

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA E**  
**PATRIMÔNIO**

**MESTRADO PROFISSIONAL**

**LORENA CRISTINA BRITO MORAES**

**TERRITÓRIOS DOS SABERES E FAZERES NA CIDADE DE GOIÁS: A**  
**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO PROPOSTA DE ENSINO NO CURSO DE**  
**EDIFICAÇÕES DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS - IFG**

**GOIÁS – GO**

**2021**

**LORENA CRISTINA BRITO MORAES**

**TERRITÓRIOS DOS SABERES E FAZERES NA CIDADE DE GOIÁS: A  
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO PROPOSTA DE ENSINO NO CURSO DE  
EDIFICAÇÕES DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS - IFG**

Relatório técnico para apresentação à banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

**Orientador:** Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva.

**GOIÁS – GO**

**2021**



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA  
BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data<sup>1</sup>. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

**Dados do autor (a)**

Nome completo: Lorena Cristina Brito Moraes

Email: lo.cmoaes@gmail.com

**Dados do trabalho**

Título: Territórios dos Saberes e Fazeres na Cidade de Goiás: a Educação Patrimonial como proposta de ensino no curso de Edificações do Instituto Federal de Goiás – IFG.

Tipo:

Tese  Dissertação

Curso/Programa: Pós-graduação *Stricto Sensu* em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP), Mestrado Profissional.

Concorda com a liberação documento

SIM  NÃO

<sup>1</sup>Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás, 02 de Dezembro de 2021.

Lorena Cristina Brito Moraes

Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE**

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

M828t Moraes, Lorena Cristina Brito.

Territórios dos saberes e fazeres na Cidade de Goiás : a educação patrimonial como proposta de ensino no curso de edificações do Instituto Federal de Goiás - IFG [manuscrito] / Lorena Cristina Brito Moraes. – Goiás, GO, 2021.  
143f. ; il.

Orientador: Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva.

Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2021.

1. Patrimônio cultural. 1.1. Educação patrimonial.  
1.2. Identidade e memória. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 719:37(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

**LORENA CRISTINA BRITO MORAES**

**TERRITÓRIOS DOS SABERES E FAZERES NA CIDADE DE GOIÁS: A  
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO PROPOSTA DE ENSINO NO CURSO DE  
EDIFICAÇÕES DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS - IFG**

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins de Defesa, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovado em 03 de setembro de 2021, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

---

Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva – (UEG)  
Orientador

---

Profa. Dra Maria Dailza Conceição Fagundes - (UEG)  
Membro interno

---

Prof. Dr. Leandro Carvalho Damacena Neto - (IFG)  
Membro externo

---

Prof. Dr. Wagner Jacinto de Oliveira (IFG)  
Suplente externo

Goiás, 03 de setembro de 2021.

*Mas as coisas do passado que decidimos ignorar são muito mais indefesas diante de nosso esquecimento aniquilador... Isto significa que o bom-senso erra redondamente ao considerar que o passado seja algo fixo, imutável, invariável, oposto ao fluxo contínuo do presente. Pelo contrário, pelo menos em nossas próprias consciências, o passado é maleável e flexível, modificando-se constantemente à medida que nossa memória reinterpreta e reexplica o que aconteceu. Assim, temos tantas vidas quanto pontos de vista.*

*Peter L. Berger*

## AGRADECIMENTOS

À oportunidade de realizar um mestrado, que durante muito tempo foi um sonho e tornou-se realidade. Foi um período de estudo, pesquisa, escrita, aprendizados e realizações. Agora, em sua etapa final, é tempo de agradecer.

Agradecer primeiro a Deus, meu porto seguro, minha fortaleza, por permitir a realização de cursar o Mestrado, na minha cidade, com a temática almejada. Ao meu pai, Hamilton, a minha mãe, Marly, ao meu padrasto Francisco, in memoriam, aos meus irmãos, Hamilton Júnior e Larissa e aos meus sobrinhos, pelo apoio incondicional que tornou possível a concretização desse sonho.

A Wagner Falcão Carlos por todo apoio durante a pesquisa e pelas valiosas trocas que culminaram na elaboração do produto. A Victor Teixeira por ilustrar a cartilha.

Ao Diretor Geral do IFG/Câmpus Cidade de Goiás, professor Sandro de Lima, por proporcionar a realização desta pesquisa e a todos os servidores que tornaram o trabalho possível. Aos meus colegas de trabalho, Ádria, Ana Cristina, Anne, Cibele, Fabiana, Kelly, Jefferson, Laís, Leandro, Luciana, Lucas, Mara, Meire, Paulo, Regina, Rita, Rômulo, Ruslana e Thiago, pelas contribuições e pelo apoio durante a realização da pesquisa.

Ao meu orientador, Professor Doutor Neemias Oliveira da Silva, pela paciência, cuidado, pelos ensinamentos, por ser esta pessoa tão generosa, com quem aprendi muito.

Aos docentes do Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, UEG/Câmpus Cora Coralina, pelas valiosas contribuições ao longo desta caminhada e por possibilitar reflexões constantes para elaboração deste estudo.

Aos professores que estiveram presentes em minha qualificação, cujas valiosas observações foram essenciais para a conclusão do trabalho. Professora Dra. Maria Dailza Conceição Fagundes e Professor Dr. Leandro Carvalho Damacena Neto, meus agradecimentos.

Aos colegas do PROMEP agradeço pela amizade, pelas discussões e aprendizados. Desejo muito sucesso para todos! Especialmente, agradeço por poder compartilhar angústias, dúvidas e os “sofrimentos diários” com Dhyovana Cardoso, Kênia Morais, Luciana Sérgio e Tatiane Canuto.

À Ingrid e Michely, pela ajuda em resolver as burocracias institucionais e também a todos os funcionários administrativos do Câmpus Cora Coralina, os quais proporcionaram as condições para que nós, alunos, alcançássemos um ensino de qualidade.

Aos participantes da pesquisa, que disponibilizaram tempo para responderem ao questionário, cujas respostas foram essenciais para o trabalho realizado.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Associação Beneficente de Santa Luzia .....	21
<b>Figura 2</b> - Câmpus do Instituto Federal de Goiás .....	24
<b>Figura 3</b> - Quartel do Batalhão de Infantaria do XX, sede provisória do IFG – Câmpus Cidade de Goiás .....	25
<b>Figura 4</b> - Sede própria e atual do IFG - Câmpus Cidade de Goiás .....	25
<b>Figura 5</b> - Planta de Tombamento da Cidade de Goiás .....	35
<b>Figura 6</b> - Dança dos Congos – Festa de Nossa Senhora do Rosário – Cidade de Goiás .....	43
<b>Figura 7</b> - Bloco Pilão de Prata - Cidade de Goiás .....	43
<b>Figura 8</b> - Folia e Festa do Divino na Cidade de Goiás .....	44
<b>Figura 9</b> - Procissão do Fogaréu – Cidade de Goiás .....	45
<b>Figura 10</b> – Mapa dos bairros João Francisco e Centro .....	46
<b>Figura 11</b> - Festa de Santa Rita .....	47
<b>Figura 12</b> - Mapa do Município de Goiás .....	78
<b>Figura 13</b> - Edificações utilizadas pelo Câmpus Cidade de Goiás .....	96
<b>Figura 14</b> - Representações da cultura material da Cidade de Goiás .....	97
<b>Figura 15</b> - Representações da cultura imaterial .....	97
<b>Figura 16</b> - Espaço de Memória Afetiva .....	98
<b>Figura 17</b> - Mapa da Cidade de Goiás .....	99



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Naturalidade dos docentes do Câmpus Cidade de Goiás.....	67
<b>Gráfico 2</b> - Tempo de vínculo no IFG – Câmpus Cidade de Goiás.....	68
<b>Gráfico 3</b> - Docentes que ministram ou ministraram a disciplina Patrimônio Histórico Cultural .....	73
<b>Gráfico 4</b> - Gráfico dos egressos que moram na Cidade de Goiás.....	76
<b>Gráfico 5</b> - Bairros da Cidade de Goiás – apontados pelos egressos.....	77

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Perfil dos egressos do Curso de Edificações do IFG, por câmpus .....	55-57
<b>Quadro 2</b> - Projeto Pedagógico do Curso de Edificações Região Metropolitana de Goiânia .....	57-58
<b>Quadro 3</b> - Projeto Pedagógico do Curso de Edificações - Fora da região metropolitana .....	58-59
<b>Quadro 4</b> - Matriz Curricular 2014 e 2017- PPC Edificações Câmpus Cidade de Goiás .....	59-60
<b>Quadro 5</b> - Matriz Curricular – Curso de Edificações do IFG, por câmpus .....	60-61
<b>Quadro 6</b> - Ementa das disciplinas do Curso de Edificações - Cidade de Goiás, PPC de 2017 .....	64

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**Art.** – Artigo.

**CEFET-GO** - Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás.

**CF** - Constituição Federal.

**CONSUP/IFG** - Conselho Superior/ Instituto Federal de Goiás.

**DPHAN** - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

**EJA** - Educação para Jovens e Adultos.

**IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

**IFG** - Instituto Federal de Goiás.

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

**OVAT** - Organização Vilaboense de Artes e Tradições.

**PIO** - Projeto Integrador Orientado.

**PPC** - Projeto Pedagógico de Curso.

**PPCs** - Projetos Pedagógicos de Cursos.

**PROMEP** - Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio.

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

## RESUMO

Este é um estudo sobre a proposta de Educação Patrimonial prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Edificações do Instituto Federal de Goiás (IFG). A pesquisa identifica as discussões sobre Patrimônio e sua relação com a construção da identidade do egresso na perspectiva do patrimônio cultural. Utilizou-se como suporte a pesquisa documental sobre as escolas profissionais, estudos de memória, identidade, patrimônio e educação patrimonial. A partir da análise documental, constatou-se o limitado diálogo com a Educação Patrimonial e, diante disso, foi realizado questionários com egressos e profissionais do curso de Edificações, que apontaram aspectos envolvendo o trabalho com Patrimônio Histórico. Destaca-se que esta pesquisa pretende contribuir com o Projeto Pedagógico do Curso de Edificações, servindo de base para futuras reformulações, a fim de que seja inserido o trabalho com patrimônio a partir da realidade dos educandos, compreendendo que ele vai além do edificado. Nesse sentido, decorre do presente trabalho o desenvolvimento de um produto educacional do tipo cartilha interativa, com o objetivo de contribuir com os estudos sobre o Patrimônio Cultural para professores e alunos do referido curso, utilizando como instrumento para consulta o aplicativo móvel.

**Palavras-chave:** identidade; memória; patrimônio; educação patrimonial; tecnologia.

## ABSTRACT

This is a study on the Heritage Education proposal foreseen in the Pedagogical Project of the High-school Integrated Technical Course in Buildings of the Federal Institute of Goiás (IFG). The research identifies the discussions about Heritage and its relationship with the construction of the graduate's identity from the perspective of cultural heritage. Documentary research on professional schools, memory, identity, heritage and heritage education studies were used as theoretical framework to this study. Based on the documentary analysis, it became clear that there was a limited dialogue with Heritage Education. Therefore, questionnaires were conducted with graduates and professionals of the Course in Buildings. The questionnaire responses pointed out aspects involving work with Historical Heritage. It must be highlighted that this research intends to contribute with the Pedagogical Project of the Course in Buildings, as a basis for future reformulations, in order to insert the work developed with heritage through the reality of the students, understanding that it goes beyond the built. In this sense, as a result of the present study, an interactive booklet was developed, as an educational product, aiming to contribute to the studies on Cultural Heritage for teachers and students of the high-school integrated technical course focused on this research, using a mobile application as a tool for consultation.

**Keywords:** identity; memory; heritage; heritage education; technology.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 O PATRIMÔNIO CULTURAL NA PERSPECTIVA DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS .....</b>	<b>19</b>
<b>1.1 O Instituto Federal de Goiás – Caminhos para a consolidação da Rede Federal de Ensino .....</b>	<b>19</b>
<i>1.1.1 Memória e Identidade na perspectiva do Patrimônio Cultural .....</i>	<i>27</i>
<i>1.1.2 Educação Patrimonial – Caminhos para formação integral .....</i>	<i>37</i>
<b>1.2 O Instituto Federal de Goiás – Câmpus Cidade de Goiás .....</b>	<b>49</b>
<b>1.3 Metodologia da Pesquisa .....</b>	<b>51</b>
<i>1.3.1 Considerações gerais sobre os Projetos Pedagógicos do Curso de Edificação e o PPC - Cidade de Goiás – 2014 e 2017 .....</i>	<i>54</i>
<i>1.3.2 A formação integral do técnico em Edificações por meio do trabalho com Patrimônio Cultural .....</i>	<i>63</i>
<b>2 O PATRIMÔNIO CULTURAL POR MEIO DO OLHAR DOS EGRESSOS E DOCENTES DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM EDIFICAÇÕES DO CÂMPUS CIDADE DE GOIÁS .....</b>	<b>66</b>
<b>2.1 O Patrimônio Cultural nos Projetos Pedagógicos do Curso de Edificações do Câmpus Cidade de Goiás: a reformulação por meio do olhar dos docentes .....</b>	<b>66</b>
<i>2.1.1 Integração curricular como metodologia para o trabalho com a Educação Patrimonial .....</i>	<i>73</i>
<b>2.2 O Patrimônio Cultural por meio dos técnicos em edificações: análise do questionário com egressos do curso do Câmpus Cidade de Goiás .....</b>	<b>75</b>
<i>2.2.1 A Educação Patrimonial no Câmpus Cidade de Goiás: olhar dos egressos .....</i>	<i>80</i>
<i>2.2.2 A Cidade de Goiás Patrimônio da Humanidade, na perspectiva dos egressos .....</i>	<i>83</i>
<b>3 CARTILHA INTERATIVA COMO INSTRUMENTO PARA APRENDIZAGEM .....</b>	<b>91</b>
<b>3.1 Apresentação e formato definido do produto educacional .....</b>	<b>91</b>
<b>3.2 Público alvo .....</b>	<b>100</b>
<b>3.3 O impacto esperado na comunidade escolar .....</b>	<b>101</b>

<b>4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO .....</b>	<b>103</b>
<b>4.1 Manual de uso do Produto .....</b>	<b>103</b>
<b>4.2 Proposta de aplicação na comunidade escolar .....</b>	<b>105</b>
<b>4.3 A devolutiva para a comunidade escolar .....</b>	<b>106</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>123</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>130</b>

## INTRODUÇÃO

O Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, da Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Cora Coralina (PROMEP), visa contribuir com o processo de “formação para o patrimônio”, cujo objetivo é “capacitar profissionais para atuarem em pesquisa, preservação e gestão do patrimônio cultural brasileiro”. Além disso, estando o referido programa inserido na área de Ensino, as pesquisas que são realizadas devem cooperar na formação dos sujeitos, resultando na elaboração e aplicação de um produto que possa auxiliar no processo de ensino aprendizagem.

Dessa forma, o presente relatório técnico, além do relato da pesquisa, contempla a elaboração de uma cartilha interativa digital sobre a Educação Patrimonial para os alunos do Curso Técnico em Edificações do Instituto Federal de Goiás, e também para os alunos dos demais cursos ofertados pela instituição. A cartilha foi desenvolvida com o intuito de facilitar o acesso aos conteúdos envolvendo patrimônio cultural em Goiás, uma vez que poderá ser utilizada pelas plataformas digitais, sem custo para o aluno.

O estudo sobre patrimônio cultural sempre me despertou interesse, pois nascida na Cidade de Goiás, tive uma infância cercada de elementos da nossa cultura. Lembro dos passeios pelos espaços museais, das rodas de conversa, ainda na infância, em que eram contadas as “lendas” e estórias que despertavam a imaginação. Além do patrimônio cultural, cresci em meio ao cerrado, tendo a oportunidade de conhecer as belezas naturais, como a colheita de frutos, passeios pela estrada imperial e banhos em rios distantes do centro.

Todavia, o patrimônio, mesmo fazendo parte da minha vida, não foi discutido nas escolas por onde estudei. Limitava-se a alguns passeios aos museus, mas sem a discussão a respeito da importância do patrimônio para a construção da identidade, fato este que despertou o meu interesse no tema da Educação Patrimonial nas escolas.

O primeiro trabalho como pesquisadora do patrimônio foi realizado durante a especialização, na Universidade Estadual de Goiás, em que pesquisei o Arraial de Ouro Fino<sup>1</sup>, local que conhecia e não entendia o porquê do abandono. Durante a pesquisa, foi iniciado o contato com as políticas públicas de preservação<sup>2</sup> e o direito à memória, que é garantido por

---

<sup>1</sup> Arraial de mineração da Bacia do Rio Vermelho, que surgiu em 1720, durante o período de produção aurífera, e que foi extinto após o final do ciclo do ouro em Goiás.

<sup>2</sup> O conceito de “preservação” configura num conjunto de ações que constituem o que, atualmente, se denomina “processo de patrimonialização”, o qual tem início com a atribuição de valor a determinados objetos, construtos, obras da natureza, paisagens, saberes e práticas e se completa com ações concretas que visam mantê-los ou lhes dar continuidade.



lei, o que culminou no trabalho final “Direito à Memória: Proteção Legal no Sítio Histórico e Arqueológico de Ouro Fino”. Em minha segunda graduação, em Pedagogia, pela Universidade de Brasília, pesquisei como era realizado o trabalho com a Educação Patrimonial numa escola do Município de Goiás. Na pesquisa, em conversa com os estudantes, percebi que o tema continuava sendo tratado apenas com visitas aos espaços museais, havendo o desconhecimento de alguns alunos sobre os elementos que compõem o patrimônio cultural, fato discutido na pesquisa “A Educação Patrimonial na Escola Municipal Santa Bárbara, Cidade de Goiás-GO”. Em minha outra graduação, no curso de Direito, na Universidade Federal de Goiás, o tema sobre patrimônio continuou presente, resultando na pesquisa: “Os desafios postos ao patrimônio histórico para efetivação do direito à cidade”. Foi discutido na pesquisa o trabalho envolvendo o Direito à Cidade, na perspectiva da Cidade de Goiás, reconhecida como Patrimônio Histórico da Humanidade, em que os benefícios advindos do patrimônio não atingiram toda população, mantendo os moradores dos bairros periféricos alheios às políticas públicas provenientes do tombamento<sup>3</sup>.

A ausência de discussões sobre Educação Patrimonial, que perpassa minha história de vida na cidade de Goiás e minha trajetória de ensino, despertou o interesse na pesquisa e a oportunidade de ingressar no Programa de Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, na Universidade Estadual de Goiás.

Sou servidora do Instituto Federal de Goiás, instituição que atualmente oferece cursos técnicos, integrados ao Ensino Médio, em Agroecologia, Produção de Áudio e Vídeo e Edificações, o EJA em Artesanato, além dos cursos superiores: Bacharelado em Agroecologia, Bacharelado em Cinema e Audiovisual e Licenciatura em Artes Visuais. Além desses, já ofertou cursos técnicos em Informática para Internet e EJA em Conservação e Restauo. No IFG foi possível desenvolver a minha pesquisa de mestrado, ao acompanhar a vivência diária de estudantes e docentes.

Assim, a presente pesquisa procura considerar o trabalho com patrimônio cultural no contexto da Educação Profissional, à luz dos documentos que versem sobre o Patrimônio e Educação Patrimonial. Para tanto, busca-se analisar os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) Técnicos Integrados em Edificações, do Instituto Federal de Goiás (IFG), a fim de constatar o diálogo existente com referido tema. Trata-se de um estudo de caso, no qual, além da análise

---

<sup>3</sup> O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias (IPHAN, 2020).

documental de PPCs de cursos de Edificações, também foram realizados questionários com egressos, do mencionado curso, do Câmpus Cidade de Goiás. Além dos discentes, consultou-se também parte da equipe docente, sendo que, dentre eles, alguns atuaram na reformulação do PPC do Curso Técnico Integrado em Edificações, do Câmpus Cidade de Goiás, responsável por trazer a discussão sobre o Patrimônio para dentro da matriz curricular. Buscou-se, assim, identificar o nível do diálogo da formação acadêmica e da instituição com o tema de Patrimônio Histórico Cultural.

Portanto, por que estudar patrimônio num curso de Edificações? A proposta desta pesquisa parte do pressuposto de que o conhecimento acerca de nossas origens, de nossa história é fator essencial para o exercício da cidadania. Todavia, para efetivá-lo, são necessárias políticas educacionais que promovam uma formação identitária dos educandos, em especial no curso de Edificações, de modo que os alunos aprendam não somente a natureza envolvendo o bem físico, mas a história e a memória atrelada a ele.

O estudo sobre patrimônio, memória e identidade se mostra um importante instrumento a ser observado, em que pese ao desenvolvimento de políticas públicas que tenham como receptores o acesso à cultura. Desconsiderar esse tema é, também, desconsiderar a luta e a conquista histórica dos sujeitos envolvidos no processo de discussão, elaboração e aprovação dos documentos legais que abordam a salvaguarda do patrimônio cultural.

A partir desta pesquisa, tem-se uma proposta de Educação Patrimonial que contemple os estudantes do referido curso no que tange à formação de um técnico em edificações com consciência crítica em relação ao patrimônio, reconhecendo nele a sua história e a história de seu povo.

Para tanto, há dispositivos, como as Cartas Patrimoniais<sup>4</sup>, que trazem conceitos do patrimônio e diretrizes voltadas a sua preservação, que deve ser feita atrelada ao conhecimento da população acerca da importância do patrimônio, como assinala a Recomendação de Paris de 1968, ao afirmar que “Em matéria de preservação de bens culturais, a garantia mais segura é constituída pelo respeito e pela vinculação que a própria população experimenta em relação a esses bens” (RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1968, p. 02).

Além destes, há também uma série de instrumentos legais que efetivam o alcance à cultura e à proteção ao patrimônio cultural, a começar pela Constituição Federal, que enuncia ainda em seu artigo 23, inciso V, que compete ao Estado “Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência” (BRASIL, 1988).

---

<sup>4</sup> As Cartas Patrimoniais são documentos elaborados por especialistas que objetivam orientar e uniformizar as práticas em torno da proteção aos bens culturais (GRANATO; RIBEIRO; DE ARAÚJO, 2018, p. 202).

Nos artigos 215 e 216 do referido dispositivo, discute-se o conceito de patrimônio, trazendo questões relativas à cultura e ao papel do Estado brasileiro de garantir “A todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional”, apoiando, incentivando e promovendo a valorização e a difusão, bem como protegendo as manifestações “Das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988).

A obtenção da educação também está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/1996, ao estabelecer, em seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos contemplem as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos, fato que nos remete à importância de se conhecer o patrimônio cultural “Como um referencial para o exercício da cidadania e do desenvolvimento social por meio do processo educativo” (SANTOS, 2008, p. 16).

Sendo assim, a presente pesquisa possui caráter exploratório, de modo a identificar como é a relação dos cursos do IFG com a temática do Patrimônio Cultural. Para tanto, além da leitura e entendimento dos mencionados dispositivos legais, documentos institucionais de caráter geral (Lei de Criação, Estatuto, Regimento, Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Político Pedagógico) foram analisados. O estudo contemplou textos que discutem o patrimônio, a memória e identidade. Foram também analisados os sete Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados em Edificações do Instituto Federal de Goiás, a fim de identificar a existência do diálogo deles com a temática do patrimônio. Para tanto, buscou-se as discussões envolvendo o campo do patrimônio, bem como o bem cultural a ser pesquisado.

A pesquisa realizada apresenta, assim, uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos exploratórios, constituindo também um estudo de caso que utiliza como instrumento a pesquisa documental (ANDRADE, 2019). É por meio dos documentos institucionais então analisados que se busca a identificação de um possível diálogo com a temática do patrimônio. Trata-se de um estudo de caso porque, embora nos documentos estejam presentes alguns elementos importantes para a análise, é por meio do aprofundamento dos aspectos de um possível diálogo em um curso específico que a pesquisa acaba-se delineando. Para tanto, utilizou-se de questionários para melhor compreender a abordagem de patrimônio dada junto aos egressos do curso. Espera-se que, após a conclusão da pesquisa, se possa contribuir para a formação de alunos, em especial os de Cursos Técnicos em Edificações, que consigam compreender que patrimônio se constitui para além do que se encontra edificado.

Como suporte teórico, utilizou-se autores como Stuart Hall (2006), Françoise Choay (2017), José Reginaldo Santos Gonçalves (2015), Joël Candau (2018), Michael Pollak (1989),

Sônia Regina Rampim Florêncio (2012, 2015), Tatiana Dantas Marchette (2016), Átila Bezerra Tolentino (2012, 2016, 2019), Andréa Ferreira Delgado (2005), Simone Scifoni (2015, 2019), Paulo Freire (2007), Sandra Pelegrini (2006, 2009), entre outros.

A problematização que deu origem à pesquisa foi: De que modo a Educação Patrimonial é trabalhada no Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Edificações, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Cidade de Goiás? Para tanto, elencamos como questões norteadoras para a análise do problema proposto: A educação patrimonial está presente na formação do técnico em edificações? A educação patrimonial é tratada de modo amplo, com vistas a contemplar as diversas faces do patrimônio (cultura e memória) ou apenas ligadas às questões físico prediais?

A hipótese que se levanta é que a Educação Patrimonial é trabalhada de maneira tangencial no Curso Técnico Integrado em Edificações, o que é muito prejudicial para a formação destes profissionais, uma vez que, atuando no mundo do trabalho, terão contato direto com o patrimônio e, portanto, seria essencial que em sua formação tivesse a conscientização da importância desse patrimônio para a construção de identidade(s).

O objetivo geral da pesquisa é analisar o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Edificações, do IFG – Câmpus Cidade de Goiás, à luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Projeto Político Pedagógico do Curso e das discussões acerca da Educação Patrimonial. Em prol disso, iremos verificar como a história patrimonial da Cidade de Goiás é trabalhada no curso em questão, de forma a compreender a apropriação do patrimônio material e imaterial por parte dos alunos, e investigar como a memória cultural é trabalhada no respectivo curso.

O relatório técnico está estruturado em quatro partes. Na primeira delas, intitulada “O Patrimônio Cultural na perspectiva do Instituto Federal de Goiás”, há a discussão sobre algumas concepções acerca do conceito de patrimônio cultural, identidade, memória e educação patrimonial, trazidas para subsidiar o leitor na compreensão da pesquisa. Tratam-se de conceitos fundamentais para o desenvolvimento do estudo. Para tanto, buscou-se as discussões envolvendo o campo do patrimônio, bem como o bem cultural a ser pesquisado.

A segunda parte, “O Patrimônio Cultural por meio do olhar dos egressos e docentes do Curso Técnico Integrado em Edificações do Câmpus Cidade de Goiás”, apresenta os resultados da pesquisa documental dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Edificações e como tem sido o trabalho com a Educação Patrimonial junto aos aspectos envolvendo a memória e a identidade, sob o olhar dos egressos e professores, além de se discutir o uso de tecnologia no referido curso. Por meio dos questionários realizados, buscou-se compreender de que modo a educação patrimonial tem sido trabalhada no curso de Edificações do Câmpus Cidade de Goiás.

A terceira parte, “Cartilha interativa como instrumento para aprendizagem”, se dedica à apresentação da proposta do produto educacional, decorrente das discussões apresentadas na pesquisa, elaborado com fins de contribuir com a proposta de educação patrimonial no Instituto Federal de Goiás, tendo como público alvo os alunos do Curso Técnico Integrado em Edificações. Todavia, poderá ser utilizado por estudantes de outras instituições de ensino, bem como por aqueles que se interessem pela temática do Patrimônio Cultural, em especial, o da Cidade de Goiás. Espera-se que o produto apresentado possa contribuir para o processo educativo, utilizando as novas tecnologias como aliadas do aprendizado, em especial, no momento de pandemia da Covid-19, que trouxe a necessidade do isolamento social, atingindo o universo escolar, que teve que se adequar a novas propostas de ensino.

A quarta e última parte, “Proposta de Aplicação do Produto”, apresenta a proposta de aplicação do produto educacional, com manual de uso, no qual será exposto todo o processo de criação, bem como as funcionalidades planejadas para sua aplicação, pensadas de forma a contribuir com o processo de aprendizagem, com saberes sobre elementos que envolvem o patrimônio cultural, mas não apenas os “tombados e institucionalizados”, como também os que fazem parte da vida da sociedade. Além disso, será apresentada a proposta de aplicação na comunidade escolar que teve o Projeto Pedagógico do Curso de Edificações como instrumento essencial para a idealização do produto, que ao final de sua elaboração poderá ser utilizado também por outras instituições de ensino.

## **1 O PATRIMÔNIO CULTURAL NA PERSPECTIVA DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS**

O presente item se dedica ao bem cultural pesquisado: o Instituto Federal de Goiás. Por meio da análise documental e bibliográfica, discuti-se o processo histórico de consolidação da rede federal de ensino, com ênfase ao Câmpus Cidade de Goiás, espaço que desencadeou a pesquisa realizada. Apresentou-se também a discussão teórico metodológica sobre Memória, Identidade, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, na perspectiva de uma formação para além do mundo do trabalho.

### **1.1 O Instituto Federal de Goiás – Caminhos para a consolidação da Rede Federal de Ensino**

A educação com caráter de formação profissional tem suas raízes históricas, podendo ser percebida no período imperial, em que havia a preocupação em “capacitar” os jovens para o mercado de trabalho. Atrelado a essa função, a educação também teria a finalidade de “tirar” os jovens das ruas, afastando-os da marginalidade. Dessa forma, cabia às associações religiosas e filantrópicas a tarefa de formação dos jovens, tendo em vista a “Preocupação do Império em relação à busca da formação compulsória de trabalhadores em vários ofícios”, porém, com o objetivo principal de retirar as crianças da rua para que não se transformassem em futuros desocupados (GARCIA *et al.*, 2018, p. 1).

Surgia, assim, o processo de profissionalização no Brasil, capacitando a mão de obra dos jovens oriundos da classe proletária, desprovidos de recursos financeiros. Em Goiás, se deu por meio da Escola de Aprendizes e Artífices de Goiás, destinada aos filhos das classes desfavorecidas, já que os filhos da elite tinham uma formação voltada para aspectos humanísticos que “Permitissem uma continuidade de estudos nas faculdades de Direito e de Medicina. Eles, os filhos da elite, não estavam inseridos, portanto, no grupo ao qual se destinava uma educação voltada para a “moralização” por meio do trabalho” (LÔBO, 2015, p. 74). Estas divisões sociais podiam ser percebidas também no processo de escolarização e decorriam:

[...]do pensamento europeu proveniente do século XIX, segundo o qual, a sociedade se constituía de duas classes sociais opostas: burgueses e trabalhadores, que possuíam papéis diferentes e para os quais a escola deveria ser organizada de maneira particular. Nesse sentido, às classes de poder aquisitivo considerável eram reservados os estudos clássicos, o trabalho intelectual era valorizado às elites; às classes menos favorecidas cabia o trabalho manual, menos valorizado. Sacramentava-se, assim, a velha

dualidade do ensino: uma escola para os pobres e uma escola para os ricos; uma escola para aqueles que vão dirigir a sociedade e uma escola para aqueles que vão servir a sociedade (MAGALHÃES, 2011, p. 93).

Conforme Garcia *et al.* (2018), o novo regime federativo da República veio possibilitar a realização de iniciativas por parte dos Estados da Federação no que diz respeito à organização do ensino profissional. Era o início da rede federal de ensino, que teve suas bases alicerçadas ainda durante o governo do Presidente da República Nilo Peçanha.

Destaca-se que, por meio do Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, instaurou uma rede de dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices, representando um “marco inicial da Rede Federal”, que ainda mantinha o cunho assistencialista atrelado à preocupação em capacitar para o trabalho. Ao ofertar formação técnica e profissional, tais escolas tinham:

[...] finalidade de ministrar o ensino de ofícios referentes às especialidades industriais de cada Estado, proporcionar aos considerados ociosos e desprovidos da fortuna uma profissão, um ofício, e formar os futuros operários úteis às indústrias nascentes. O conjunto das dezenove escolas profissionais congêneres foi concebido no âmbito das ações voltadas à afirmação e consolidação da República Federativa Brasileira, bem como, ao seu progresso que foi atribuído à educação do povo, ao controle social e à industrialização, entre outras condições (KUNZE, 2009, p. 9).

A consolidação dessas escolas teve como marco a Constituição Brasileira de 1937, promulgada pelo então presidente Getúlio Vargas, sendo a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial, voltado para os filhos dos trabalhadores, ensinando os ofícios necessários para o trabalho. O artigo 129 da referida constituição elucidava que:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (BRASIL, 1937).

Fortalecendo o campo legislativo, foi promulgada em 13 de janeiro de 1937, a Lei nº 378, que transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em Lyceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus. No Estado de Goiás, a Escola de Artífices era localizada na antiga capital do Estado, a Cidade de Goiás.

A Figura 1 mostra o prédio que foi utilizado, na Cidade de Goiás, para abrigar a Escola de Aprendizes Artífices, que foi instalada em 1910, mas com funcionamento efetivo só em

1912, indo até 1941. Em 1942, foi transferida pra Goiânia, após a transferência da capital (SÁ, 2014). Atualmente, o referido prédio abriga a Associação Beneficente de Santa Luzia.

**Figura 1 - Associação Beneficente de Santa Luzia**



**Fonte: Acervo pessoal, 2020.**

No período de implantação das referidas escolas, se atribuía à educação “A tarefa de dirimir todas as mazelas sociais, econômicas e políticas”, de forma que a preocupação existente refletia mais em controlar os “Conflitos sociais decorrentes da crescente urbanização do que com a implementação de políticas educacionais destinadas à formação profissional” (SÁ, 2014, p. 198). Dessa forma, vale destacar que:

Embora, na justificativa de criação das Escolas de Aprendizes Artífices, tenham sido utilizados argumentos voltados para propósitos industrialistas, na realidade, o incipiente complexo fabril existente no país, ainda não demandava um significativo contingente de força de trabalho qualificada. As escolas que se encontravam distantes dos centros de desenvolvimento industrial, como a da cidade de Goiás, adaptaram-se ao mercado local, ensinando, apenas, os ofícios artesanais compatíveis com as oportunidades de atuação profissional para os seus educandos. Assim, a função assistencialista, disciplinadora e moralizadora da escola tornou-se preponderante sobre sua função de preparadora da força de trabalho. Em Goiás, isto ficou mais evidente devido ao nível de desenvolvimento das forças produtivas no estado, que permanecia eminentemente agrário, com a economia fundamentada na agricultura de subsistência e uma incipiente pecuária de corte para o comércio com outras regiões do país (SÁ, 2014, p. 198).

Assim, os ofícios ensinados nas Escolas de Aprendizes Artífices, na antiga capital do estado de Goiás, se limitavam às oficinas artesanais, suprimindo os interesses da sociedade local, como o ensino do ofício de Ferraria, Sapataria, Marcenaria, Alfaiataria e Funilaria. A instrução de atividades ligadas ao campo industrial ocorreria onde havia certo desenvolvimento



industrial, como São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, locais em que foram implantadas oficinas para atender o mercado de mão de obra industrial, como mecânica, tornearia e eletricidade (FONSECA, 1986; CUNHA, 2005a).

A política de oferta de ensino de ofícios de cunho artesanal nas Escolas de Artífices em Goiás começou a ser reformulada após o período da fundação de Goiânia, em 1933, com a transferência da Instituição para a nova capital, em 1942.

A partir da transferência da Escola de Artífices de Goiás para a nova capital do Estado, deu-se início à oferta de cursos profissionalizantes na área industrial, atendendo aos anseios do novo mercado em expansão. Para tanto, mudou-se a denominação da instituição para Escola Técnica de Goiânia. Em 1947, começou a ocorrer as “Primeiras experiências de convergência entre formação profissional e formação geral no então ensino técnico integrado de 2º grau, com a criação dos cursos técnicos de Eletrotécnica, Construção de Máquinas e Motores e Edificações” (IFG, 2018).

Nos anos de 1970, a qualidade de ensino ofertada pelas “escolas técnicas” culminou na modificação do perfil socioeconômico dos seus estudantes. Dessa forma, nas décadas de 1980 e 1990, a instituição passou a contar com o ingresso de estudantes das classes sociais médias, em detrimento dos oriundos das camadas sociais populares, fator impulsionado também pelos processos seletivos (IFG, 2018), em que:

Ao contrário das modalidades de recrutamento das escolas de aprendizes artífices, de forte conteúdo ideológico ligado ao assistencialismo, as novas escolas industriais previam a realização de ‘exames vestibulares’ e de testes de aptidão física e mental. A pobreza deixava de ser, então, critério suficiente para o aprendizado de um ofício, embora não perdesse seu caráter necessário. A aptidão para um ofício, incluindo aí as atitudes consideradas adequadas para o desempenho de uma atividade industrial qualquer, passava a ser um fator prioritário na admissão (CUNHA, 2005b, p. 36).

Em 1996, ocorreu nova reformulação legislativa com a aprovação da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB nº 9.394/96, na qual há a presença da educação profissional, enquanto modalidade de educação. No Título V, é apresentado “Dos níveis e das modalidades de educação e ensino”, trazendo, no Capítulo III, a Educação Profissional. No referido texto, há a defesa de uma educação nacional voltada ao mundo do trabalho, trazendo a preocupação com o desenvolvimento de sujeitos que além de possuírem uma capacidade crítico-social, sejam capazes de desempenhar condições para atuar no mercado de trabalho, mantendo presentes os preceitos ainda estabelecidos nas Escolas de Artífices (DE ABREU, 2009). Todavia, as mudanças não cessaram com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996:

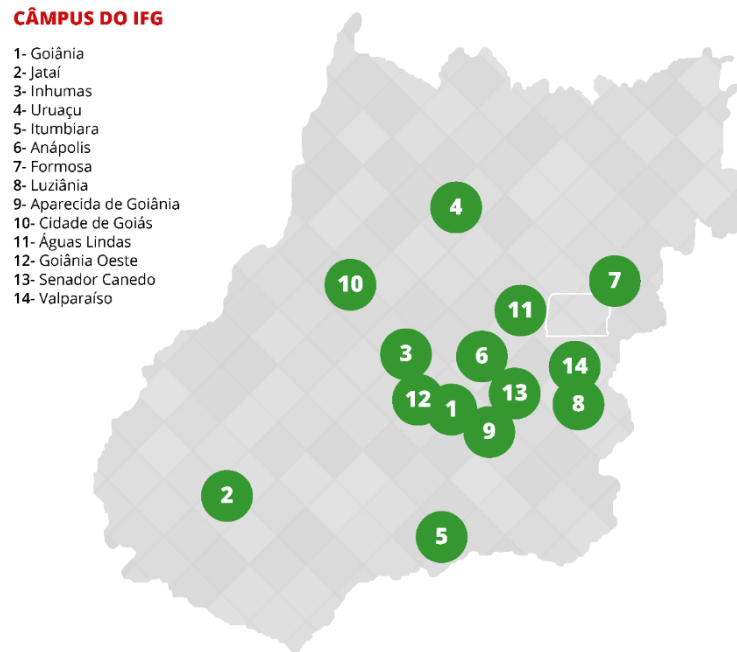
O Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, definiu a separação entre o Ensino Médio e o Ensino Técnico. Este último poderia ser realizado de forma concomitante ou após conclusão do Ensino Médio. O Ensino Médio foi concebido como de caráter estritamente propedêutico e os Cursos Técnicos como capacitação técnica para o exercício de uma determinada função no mercado de trabalho. O Parecer nº 15/98 e a Resolução nº 3/98 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação estabeleceram os princípios norteadores do Ensino Médio no Brasil, caracterizando a Reforma do Ensino Médio. Em termos de país, desarticulava-se a experiência mais exitosa de educação que integrava formação profissional e formação geral (IFG, 2018, p. 9).

Tais reformas fizeram com que, em 22 de março de 1999, a Escola Técnica Federal de Goiás fosse transformada no Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), que possibilitou a oferta de cursos superiores e de formação de tecnólogos/os. Além do ensino, a instituição passou também a desenvolver pesquisa e a promover extensão (IFG, 2018). O cenário da educação profissional técnica foi reformulado novamente, em 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892, de 30 de dezembro de 2008, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, período em que surge a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da transformação do CEFET-GO em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Com a criação dos institutos:

A função social da Instituição foi mais uma vez ampliada. A ela foi atribuída a função de oferecer diversos níveis de ensino – formação inicial de trabalhadoras/es (FIC), cursos técnicos e cursos superiores de tecnologia, bacharelado, licenciatura e pós-graduação – e de promover pesquisa e extensão contextualizada. Recebia destaque a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a convergência entre ciência, tecnologia e cultura nos desenhos curriculares e a condução de políticas e programas voltados para a inclusão e para a diversidade. Além da ampliação da sua função social, a Instituição também foi expandida por meio de uma estrutura multicâmpus, o que, em última instância, acarretou profundas mudanças em sua organização administrativa e acadêmica (PDI-IFG, 2018, p. 10).

A referida lei foi responsável pela expansão da Instituição, com a criação das novas unidades de ensino. Nesse processo, ocorreu a transformação das unidades de Goiânia, de Jataí e de Inhumas em Câmpus. Além disso, foram criados os Câmpus de Itumbiara e de Uruaçu, em 2008; os Câmpus de Anápolis, de Formosa e de Luziânia, em 2010; os Câmpus de Aparecida de Goiânia e da Cidade de Goiás, em 2012; o Câmpus de Goiânia Oeste, em 2013; os Câmpus de Águas Lindas, de Senador Canedo e de Valparaíso, em 2014 (IFG, 2018, p. 10), conforme apresentado no mapa da Figura 2:

**Figura 2 - Câmpus do Instituto Federal de Goiás**



Fonte: Site do IFG.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional, do Instituto Federal de Goiás, a criação dos novos câmpus foram “definidos com base em demandas educacionais, sociais e econômicas presentes nos municípios sede e nas micro e mesorregiões que compõem suas áreas de influência”, articulando os princípios da territorialidade e da verticalização como forma de responder às demandas dos arranjos produtivos e socioculturais locais e regionais (PDI, 2018, p.13).

Nesta perspectiva, o Câmpus Cidade de Goiás foi implementado em 2012, cuja política institucional para sua criação teve respaldo nos estudos realizados pelo Observatório do Mundo do Trabalho (2014), responsável pela indicação para que o Câmpus tivesse como uma de suas bases de ensino e formação o eixo tecnológico de Infraestrutura (IFG, 2017), para atender aos moradores da Cidade e também dos municípios vizinhos, compondo assim a política de expansão da rede federal de ensino. Destaca-se que o referido Câmpus está inserido numa cidade reconhecida como Patrimônio Histórico da Humanidade e iniciou suas atividades utilizando as instalações de um prédio histórico: o Quartel do XX<sup>5</sup>. Tal ação remete ao fato de que o Projeto Pedagógico do Curso de Edificações, após sua reformulação, trouxe a disciplina

<sup>5</sup> Quartel do XX - Batalhão de Infantaria, localizado na Praça Brasil Ramos Caiado, um prédio histórico, que faz parte das construções tombadas do centro histórico de Goiás. Construído entre 1751 e 1763, abrigou o batalhão de infantaria até a década de 1940, depois disso assumiu várias funções como hotel, hospital, arquivo da prefeitura, Secretaria Municipal de Cultura e, atualmente, Secretaria Municipal de Educação.

Patrimônio Histórico Cultural voltada para construções representativas da cultura material, não sendo apontadas discussões envolvendo a cultura imaterial, que se faz presente na Cidade, em especial nas regiões localizadas no entorno do espaço tombado.

As Figuras 3 e 4 trazem as sedes do IFG – Câmpus Cidade de Goiás. Na primeira imagem, é apresentada a sede provisória, que utilizou as dependências do Quartel do XX, no centro histórico da Cidade de Goiás, em um edifício tombado como Patrimônio Histórico. Na Figura 4, é mostrada a imagem da sede própria do instituto, construída no residencial Bauman, bairro à margem da região tombada.

**Figura 3 - Quartel do Batalhão de Infantaria do XX – Sede provisória do IFG Câmpus Cidade de Goiás**



Fonte: IFG – Câmpus Cidade de Goiás.

**Figura 4 - Sede própria e atual do IFG Câmpus Cidade de Goiás**



Fonte: Site IFG.

Ao comparar as Figuras 3 e 4, lembra-se que o curso de Edificações tem como objetivo a formação do técnico que será capacitado para o trabalho no campo da construção civil, todavia, o campo da construção é extenso, havendo vários tipos de edificações. Nesse sentido, o aluno poderá se deparar com construções modernas, mas também com construções históricas, assim como a atual sede do IFG e a primeira instalação do Câmpus do Instituto Federal de Goiás, localizada num prédio histórico.

Verifica-se, então, neste cenário de expansão, proveniente da Lei de Criação da Rede Federal de Ensino, que a educação profissional passou por mudanças significativas ao longo de sua consolidação, de forma a se adequar à realidade atual, com preceitos que fazem parte do cotidiano do educando. Todavia, as bases gestadas durante as Escolas de Artífices ainda podem ser percebidas, quando se visa a formação da classe trabalhadora e seus filhos/filhas para o mercado de trabalho. Por esse motivo, cada câmpus do IFG passa a ter sua particularidade, objetivando atender às demandas da região, mas sem deixar de lado os preceitos do ensino técnico integrado, de modo a:

Atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades dos Institutos Federais. Para tanto, é necessário um diálogo vivo e próximo dessas instituições com a realidade local e regional, buscando a compreensão de seus aspectos essenciais, ou seja, do que existe de universal nessa realidade. Há de se considerar que local e universal não existem como antítese, não expressam necessariamente oposição de idéias, um não existe em detrimento do outro, mas por vezes se justapõem, permeiam se, complementam-se e separam-se (PACHECO, 2018, p. 10).

Destaca-se ainda que o Instituto Federal, em sua perspectiva de construção da cidadania, alicerçou suas bases nas ideias de Marx e Engels, de formação integral, politécnica<sup>6</sup>, integral e omnilateral, que abarquem “O ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica” (CIAVATTA, 2005, p. 03). Preceitos estes alinhados ao pensamento de Gramsci de escola unitária, constituída por meio da “Integração entre trabalho, ciência e cultura”, modelo educacional como alternativa à escola dita tradicional (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015, p. 1063).

Assim, as concepções de escola unitária, de Gramsci, e de politécnica, proveniente de Marx e de Engels, não colidem, mas sim, se complementam, posto que os “Estudos de Gramsci aprofunda um aspecto da politécnica não muito explorado por Marx e Engels: sua dimensão intelectual, cultural e humanística” (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015, p. 1069). Tais

---

<sup>6</sup> Politécnica ou instrução politécnica é parte da formação integral. Assim, é pela formação politécnica que se daria a formação intelectual, física e tecnológica, o que sugere que o conceito de politécnica pode abarcar a ideia de formação humana integral (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015, p. 1061).

preceitos estão presentes no Plano de Regimento Institucional do Instituto Federal de Goiás, ao elucidar que:

A oferta dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no atual contexto tem como objetivos: proporcionar uma formação integral, com a articulação do conhecimento à prática social, às relações de trabalho e aos processos científicos e tecnológicos; integrar a teoria à prática no domínio das técnicas de produção nas áreas de formação profissional dos cursos; contextualizar a Educação Profissional e Tecnológica ao mundo do trabalho e às transformações técnico-científicas e artístico-culturais abordadas pelas áreas de conhecimento na educação básica e superior (PDI, 2018, p. 108).

Verifica-se que a proposta de formação integral dos Institutos Federais remete aos princípios da escola politécnica e omnilateral, em que se busca uma formação integral do educando, com conhecimentos além do saber técnico necessário ao campo profissional, como também uma formação cidadã, de modo que se possa intervir no espaço em que se está inserido.

Dessa forma, considera-se que os Institutos Federais se “transformem em instrumentos sintonizados com as demandas sociais, econômicas e culturais, permeando-se das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental” (PACHECO, 2008, p. 21), elementos que devem estar presentes nas matrizes curriculares dos cursos ofertados, visando uma formação integral, que vá além da capacitação para o mundo do trabalho.

### *1.1.1 Memória e Identidade na perspectiva do Patrimônio Cultural*

Conforme Magaly Cabral (2004), “Mnemosyne (Memória) é a deusa que impede o esquecimento, está do lado da luz, da vidência inspirada”. Tal conceito também é encontrado no dicionário, que define memória “Como lembrança, reminiscência, recordação, mas também como monumento comemorativo. Memorar é definido como trazer a memória, tornar lembrado, mas também como comemorar, solenizar” (CABRAL, 2004, p. 36). Nessa perspectiva:

Memória é construção e não está aprisionada nos objetos. Ela se situa na dimensão inter-relacional entre os seres e entre os seres e as coisas. Sendo a base para a construção da identidade, da consciência do indivíduo e dos grupos sociais, a memória é que vai registrar todo o processo de identificação dos sujeitos com o espaço em que se inserem e as consequentes relações que se venham a estabelecer a partir dessa identificação (CABRAL, 2004, p. 36).

De tal modo, relações construídas no convívio em sociedade, nas lembranças do povo, que permanecem vivas por gerações, mantêm-se preservadas por meio de uma “memória afetiva”, na qual as pessoas, por meio do afeto que têm para com determinado acontecimento

ou saber, selecionam aquilo que será “lembrado” pelas as gerações futuras, constituindo o que Ecléa Bosi (2003) aponta como “Construção social do grupo em que a pessoa vive e onde coexistem elementos da escolha e rejeição em relação ao que será lembrado” (BOSI, 2003, p. 54).

Dessa forma, o grupo social realiza o trabalho de seleção, apontando as lembranças que serão protegidas. Todavia, “Os feitos abstratos, as palavras dos homens importantes só se revestem de significação para o velho e para a criança quando traduzidos por alguma grandeza na vida cotidiana”, grandeza esta que seleciona aquilo que será preservado e ressignificado, como formador da identidade de determinado grupo (BOSI, 2002, p. 74).

Seguindo tais preceitos, “A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, seja também por nós modelada”, fato que “Resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento” (CANDAUI, 2018, p. 16).

O processo de seleção dos referenciais de memória aponta para os elementos que são constituídos nos grupos sociais, por meio das memórias afetivas e, principalmente, por meio do que é instituído como oficial por aqueles que detêm o poder. Todavia, há uma:

Básica diferença entre uma identidade, socialmente já dada, seja étnica, familiar etc. e uma adquirida em função de uma trajetória com opções e escolhas mais ou menos dramáticas. A multiplicidade de referências, seja em termos de grupos ou de atitudes, às vezes aparentemente contraditórias, leva à problemática da fragmentação, para alguns autores, um dos indícios da modernidade. Se, por um lado, as ideologias individualistas marcam o advento do indivíduo-sujeito, por outro lado, expressam a fragmentação de domínios que sucede a uma ordem tradicional hipoteticamente mais integrada. Na realidade, são as duas faces da mesma moeda. As possíveis unidades englobantes, “descompassadoras” - nação, linhagem, família, partido, igreja – variam no seu maior ou menor vínculo com os dois modelos polares – o da tradição e o da modernidade (VELHO, 1988, p. 97).

Dessa forma, a tradição presente nas memórias afetivas dos grupos e a fragmentação usada para selecionar o que serão reconhecidos como lembranças sociais fazem com que a “memória e a identidade se entrecruzam indissociáveis”, de forma que “não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente” (CANDAUI, 2018, p. 19). Tais relações são responsáveis por fazer com que:

As identidades não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de “trações culturais” – vinculações primordiais -, mas são produzidas e se modificam no quadro de relações, reações e interações sociosituacionais – situações, contextos, circunstâncias – de onde emergem o sentimento de pertencimento, de “visões de mundo” identitárias ou étnicas. Essa emergência é a consequência de processos dinâmicos de inclusão e exclusão de diferentes atores que colocam em ação estratégias de designação e de atribuição de características identitárias reais ou fictícias, recursos simbólicos mobilizados em detrimento de outros provisórios ou definitivamente descartados (CANDAUI, 2018, p. 27).

As relações estabelecidas no processo de construção de identidades nos remetem aos estudos de Gilberto Velho (1988, p. 103), ao trabalhar os conceitos envolvendo memória, relacionando-a com projeto. Conforme o referido autor, “A memória é fragmentada. O sentido de identidade depende em grande parte da organização desses pedaços, fragmentos de fatos e episódios separados”, de forma que o projeto serviria como instrumento para organizar esses fragmentos, tendo em vista que:

O passado, assim, é descontínuo. A consistência e o significado desse passado e da memória articulam-se à elaboração de projetos que dão sentido e estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos e situações. [...] O projeto é o instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos. Assim ele existe, fundamentalmente, como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo (VELHO, 1988, p. 103).

Além disso, “Na sociedade moderno-contemporânea o indivíduo está exposto a múltiplas experiências, contraditórias e eventualmente fragmentadoras. A memória e o projeto, de alguma maneira, não só ordenam como dão significado a essa trajetória” (VELHO, 1988, p. 102), que será essencial nos processos identitários.

Destaca-se que a memória e a identidade também se concentram em espaços constituídos “como referências perenes percebidas como um desafio ao tempo” (CANDAUI, 2018, p. 156), por manterem preservados a histórias vivenciadas em determinado período. Dessa forma, “na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens, ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1994, p. 55), de modo que a lembrança se constitui por meios dos referenciais preservados na memória e também nos espaços que permanecem na sociedade atual.

Logo, os espaços que constituem os “lugares de memória” têm a função de “parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial” (NORA, 1993, p. 22). Contudo, a memória não está presente apenas em determinado local e em monumentos construídos, estando presente também nos costumes e tradições dos povos, que devem ser preservados pela sociedade, como instrumento necessário



para construção de identidade. Destaca-se ainda que não há uma identidade unificada, de modo que:

A identidade não é uma essência; não é um dado ou fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder (SILVA, 2000, p. 96).

Fato que nos remete ao respeito que deve existir nas relações sociais, de modo que sejam valorizadas as características de cada grupo, que refletem no processo constitutivo de identidades. Sendo assim, é preciso que tais conceitos sejam discutidos, em especial no ambiente escolar, espaço que, além do aprendizado formal, pode propiciar a discussão dos temas referentes à memória cultural do educando, de forma que ele conheça suas raízes históricas, se sentindo pertencente ao espaço em que está inserido, pois o “Patrimônio não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado, ele, de certo modo, constrói, forma as pessoas” (GONÇALVES, 2009, p. 31), cuja construção deverá se pautar na formação crítica para com o patrimônio.

Tais preceitos devem estar presentes em todas etapas do processo de ensino-aprendizagem, em especial na educação profissional, que além de capacitar os alunos para o mundo do trabalho, também permite a formação crítica do educando enquanto cidadão, conhecedor de seus direitos e deveres para com a sociedade, de modo que se compreenda que há saberes que vão além dos impostos como oficiais e deveres que remontam à preservação do espaço em que se vive.

O ensino destes saberes deve ser realizado em todas as instituições de ensino, em especial na Cidade de Goiás, em que há lugares de memória, estabelecidos pela política do patrimônio, que remontam ao passado de colonização europeia, que pode ser percebido em alguns monumentos históricos tombados (NORA, 1993). Além desses monumentos, há na cidade saberes e representações culturais que acompanham os moradores há gerações e se constituem também em elementos representativos do patrimônio da comunidade.

Marc Guillaume (apud CANDAU, 2018) aduz que o patrimônio funciona como um “aparelho ideológico da memória”, de modo que “a conservação sistemática dos vestígios, relíquias, testemunhos, impressões, trações, serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói a respeito do passado e, em particular a ilusão da continuidade” (CANDAU, 2018, p. 158).

São, portanto, vestígios que compõem os referenciais históricos que vão além daqueles institucionalizados. Estão presentes na comunidade, manifestando-se na cidade, cuja história não foi construída apenas pelos “conquistadores”, como também e, sobretudo, pelos que nela viviam, como os indígenas e os africanos, cuja memória cultural constitui-se em elemento essencial para a construção da identidade de um povo.

Esses referenciais históricos estão presentes na realidade da Cidade de Goiás e na identidade do povo goiano como um todo.

Nessa perspectiva, é necessário que se discuta a sensibilização dos estudantes em relação às questões do Patrimônio Cultural e possibilite-se a implementação de ações educativas como forma de estimular a comunidade a apropriar-se de seus bens culturais tangíveis e intangíveis, integrando-os às suas vidas e ao seu cotidiano (PELEGRINI, 2009, p. 35).

As ações educativas que envolvem a comunidade com seus bens e referenciais históricos proporcionam aos discentes o aprendizado sobre suas origens, para que possam se apropriar de suas histórias e memórias, elementos essenciais para o exercício da cidadania e para a construção de identidades. Pois, ao trazer as discussões sobre a integração da comunidade escolar com o cotidiano do lugar percebido na sua cultura, seja aquela patrimonializada ou não, de modo que se conheça a história “extra oficial” e perceba que patrimônio vai além do edificado e “elitizado”, o educando formará uma opinião crítica.

Busca-se, assim, a compreensão por parte do educando de que o “seu patrimônio cultural” também está presente nos costumes da sociedade, herdados de suas raízes indígenas, africanas. Isso possibilita ao educando conhecer sua história e se sentir pertencente a ela, podendo assim cooperar para a efetivação de políticas públicas de preservação.

Dessa forma:

[...] necessário se fez e se faz sair da situação cômoda da seleção do que é representativo, como patrimônio cultural, por parte do Estado. Cabe encarar os conflitos, dilemas e novos olhares sobre o que constitui as memórias e identidades representativas dos diferentes grupos e segmentos que formam a sociedade brasileira. É também necessário perceber que a coletividade não é um todo harmônico. Mais do que a unidade, o que prevalece é a diversidade. Nesse jogo social, cabe perguntar o que está por trás entre o que selecionar como representativo de uma suposta memória e identidade coletiva e o que está relegado ao limbo do esquecimento (TOLENTINO, 2019, p. 139).

Diversidade esta que se faz presente na Cidade de Goiás, que além dos espaços tombados pela política do patrimônio, possui elementos de cultura imaterial, presentes nas

memórias e costumes do seu povo, que devem ser respeitados, pois são elementos essenciais no processo de construção de identidades<sup>7</sup>.

Vale destacar que os trabalhos visando a preservação do patrimônio no Brasil remontam às décadas iniciais do século XX, período em que ocorreram vários congressos internacionais, com a presença de diversas autoridades diplomáticas e políticas, arquitetos e antropólogos, que juntos buscaram soluções para salvaguarda dos “referenciais de memória da sociedade”, elaborando, assim, diretrizes e recomendações - representadas nas Cartas Patrimoniais, responsáveis por nortear as ações em prol da preservação de alguns monumentos e prédios históricos (PELEGRINI, 2006).

Tais recomendações foram fortalecidas pelo avanço legislativo nas últimas décadas, o “Que viabilizou maior efetividade na proteção do meio ambiente cultural enquanto direito difuso indisponível, essencial à sadia qualidade de vida das presentes e futuras gerações”. (RODRIGUES; MIRANDA, 2012, p. 214). Elementos estes que constituem as “identidades nacionais” de determinadas sociedades, representando vínculos a lugares, eventos, símbolos, histórias particulares. “Elas representam o que algumas vezes é chamado de uma forma particularista de vínculo ou pertencimento” (HALL, 2006, p. 76).

Esse vínculo que aponta Hall (2006) é essencial para a construção da identidade do homem com lugar em que ele está inserido, contribuindo, assim, para a construção do sentimento de pertencimento e de afeto ao local, que, junto à aplicação de políticas públicas, podem tornarem-se instrumentos para preservação dos elementos referenciais de sua história.

Assim:

As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2006, p. 51).

Portanto, tais elementos da cultura imaterial também correspondem ao patrimônio cultural da sociedade, tendo em vista que “Designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum” (CHOAY, 2017, p.11).

Corresponde, então, a um grande acervo, um registro dos acontecimentos da história de um

---

<sup>7</sup> Nesse sentido, é visível certa preocupação do Curso Técnico Integrado em Edificações do Instituto Federal de Goiás, no Câmpus Cidade de Goiás, em dialogar com essa diversidade. O referido curso teve sua autorização para funcionamento obtida por meio da Resolução nº. 32, de 13 de novembro de 2012, e traz em seu Projeto Pedagógico, reformulado em 2017, uma formação com temas presentes na cidade, associando o perfil do egresso à identidade local, uma vez que o curso está implantado numa cidade cujo centro histórico recebeu, em dezembro de 2001, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, o título de “Cidade Monumento da Humanidade”.

lugar, de uma sociedade e, muitas vezes, se perde por falta de incentivo ou pela perda da identidade da comunidade, que sofre mudanças e interferências do mundo globalizado (MEDEIROS; SURYA, 2012, p. 293).

Todavia, as políticas públicas não terão efeito caso a população não se aproprie do seu patrimônio, de modo que compete também às instituições de ensino o trabalho com a Educação Patrimonial, para que o educando compreenda que o patrimônio vai além daquilo institucionalizado, se sentindo pertencente à cultura e história do local em que se vive, de forma a buscar sua preservação, fator essencial para formação de identidades e para consolidação da cidadania.

Destaca-se que “No Brasil, as práticas de patrimônio surgem a partir da iniciativa do Estado em assumir o papel proeminente na formação de uma concepção oficial de cultura, voltada para a construção de uma idéia de nação” (CORÁ, 2014, p. 1095), selecionando alguns “monumentos” para serem patrimonializados e que:

[...] expressam ou representam a “identidade” de grupos e segmentos sociais. Um tipo de arquitetura, assim como uma culinária, uma atividade festiva, uma forma de artesanato ou um tipo de música, pode ser identificado como “patrimônio cultural” na medida em que é reconhecido por um grupo (e eventualmente pelo Estado) como algo que lhe é próprio, associado à sua história e, portanto, capaz de definir sua “identidade”. Defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público desse patrimônio significa lutar pela própria existência e permanência social e cultural do grupo (GONÇALVES, 2015, p. 213).

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e preceitua, em seu Art. 1º, que ele é constituído pelo “Conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937).

No Brasil, a influência em relação à política do patrimônio, vislumbrada em outros países, fez com que “A orientação da legislação e de políticas públicas foi um tanto etnocêntrica, privilegiando a preservação de apenas uma parte do patrimônio cultural – sobretudo as obras de influência europeia reconhecidas pela cultura oficial” (VIANNA, 2004, p. 76). Desse modo, a maioria dos patrimônios culturais eleitos no Brasil remetem ao passado colonial “patrimonializando”, aquilo que se identifica com a herança dos “conquistadores”, “Seguindo a tendência de preservar o patrimônio relacionado com uma história considerada “legítima” pela classe dirigente do país” (CORÁ, 2014, p. 1098).

Tal fato ocorreu na Cidade de Goiás, que é objeto privilegiado da história do patrimônio no Brasil, por extensão da educação patrimonial, desde os anos 1950, quando foi incorporada ao mapa do Patrimônio Nacional pela ação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), por ter sido a capital do estado por mais de 200 anos (DELGADO; OLIVEIRA, 2008). Seu centro histórico recebeu, em dezembro de 2001, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, o título de “Cidade Monumento da Humanidade”, por manter preservado sua arquitetura, cultura e memória, que remontam à sua fundação, datada do início do século XVIII, constituindo-se como primeiro núcleo urbano fundado no território goiano. Tal evento consagrou o trabalho de mobilização iniciado em 1998 na cidade, coordenado pelo Movimento Pró-Cidade de Goiás – Patrimônio da Humanidade, reunindo entidades “como a Organização Vilaboense de Artes e Tradições<sup>8</sup> (OVAT), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e os governos municipal e estadual” (DELGADO, 2005, p. 113).

Vale destacar que o conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico da Cidade teve seu processo de tombamento pelo IPHAN “em três momentos distintos, na década de 50, em 1978 e em 2004, nos quais se foi ampliando a área tombada e a área protegida” (TAMASO, 2015, p. 163). Todavia, o reconhecimento de Goiás a nível mundial aponta apenas para os monumentos listados pela OVAT e pelo IPHAN como referenciais da história, deixando de lado uma parte importante do patrimônio que ficou alheio ao tombamento, cujos valores para a memória da cidade são tão necessários quanto aquilo que foi tombado.

Neste interim, se faz necessário um trabalho de reflexão, em especial nas instituições de ensino, para que se possa compreender que as formas de expressões das manifestações culturais na Cidade de Goiás não se limitam ao centro histórico, pois também ocorrem nas “áreas externas à patrimonializada” (TAMASO, 2015, p. 169). Dessa forma, “as políticas culturais não deveriam promover apenas os objetos ‘autênticos’ de uma sociedade, mas os culturalmente representativos” (BRITTO, 2014, p. 977), já que há na Cidade de Goiás vários outros patrimônios alheios ao tombamento que são referências de nossa memória coletiva, como os bens naturais, o Rio Vermelho, os córregos, os becos e as manifestações culturais distantes do centro histórico, elementos detentores da cultura imaterial que também necessitam de proteção.

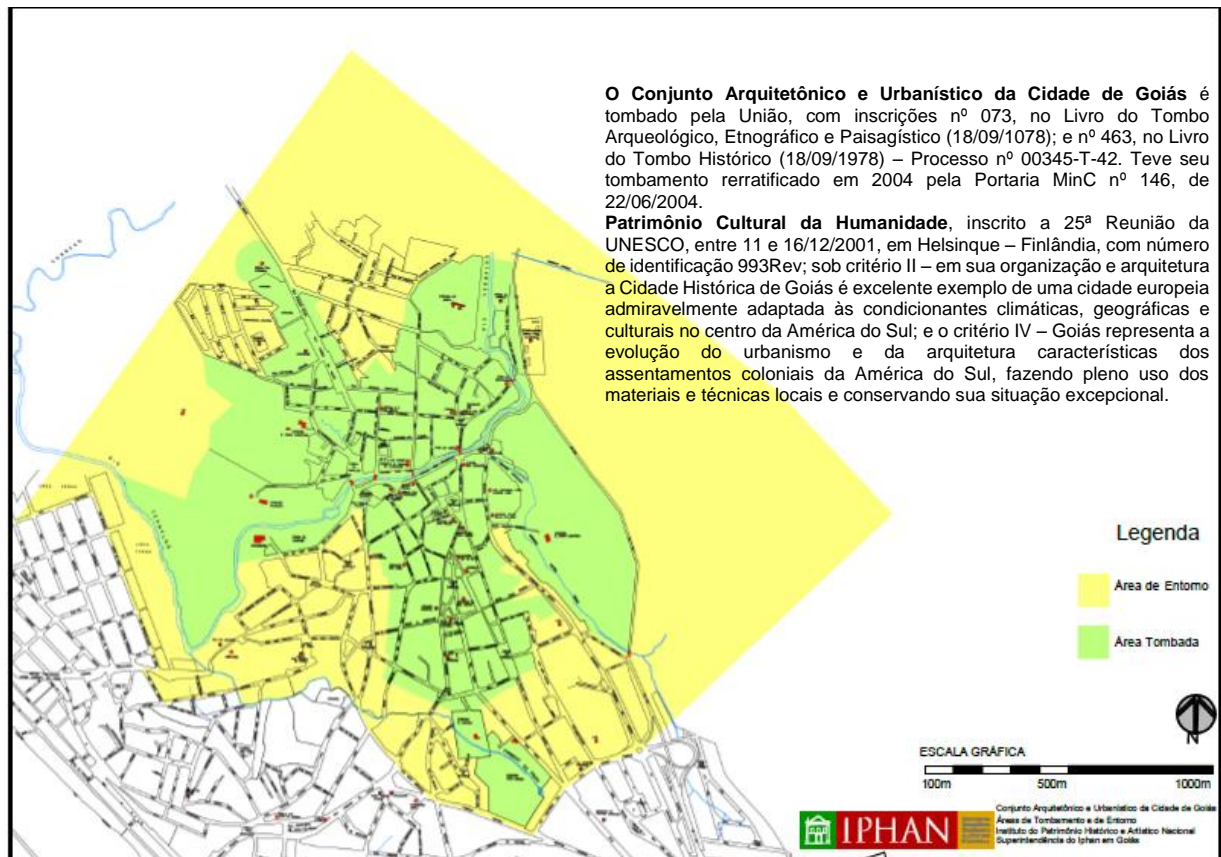
Tal fato pode ser percebido na planta do tombamento da Cidade de Goiás, na Figura 5, com a imagem do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás - Áreas de Tombamento e de Entorno - do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que

---

<sup>8</sup> Entidade cultural pioneira, composta por um conjunto de moradores da Cidade de Goiás, que se institucionalizaram como guardiães da memória da cidade, na década de 1960 (DELGADO, 2005, p. 114).

aponta as áreas tombadas e as áreas de entorno, de modo que apenas o centro histórico foi agraciado com título de Patrimônio da Humanidade, enaltecendo as memórias dos “conquistadores”, deixando à margem elementos que compõem a memória daqueles que aqui viviam e que também foram responsáveis pela construção da sociedade, como os índios e negros.

**Figura 5 - Planta de Tombamento da Cidade de Goiás**



**Fonte: Arquivo Escritório Técnico IPHAN – Cidade de Goiás.**

Percebe-se que a política da patrimonialização faz com que o valor estético e histórico acabe sendo instituído pelas classes detentoras do poder, determinando o que deve ser preservado e provocando aquilo que Andréa Ferreira Delgado (2005, p. 124) aponta como “Invenção das tradições locais, em que determinados agentes controlam os lugares da memória, e produzem determinada interpretação do passado a partir da imposição dos signos que pretensamente representam a memória coletiva”. Essa invenção de tradições acaba por construir a memória da comunidade, que se constitui como o elemento responsável por dar visibilidade à Cidade como lugar histórico, referencial da memória e berço da cultura goiana.

Tais elementos são utilizados para compor a identidade do vilaboense<sup>9</sup>, identificando a comunidade com o lugar em que ela está inserida, de modo que se possa conhecer o passado, respeitando os referenciais do local, seja os reconhecidos oficialmente, seja os não “oficiais”, mas que, assim como aqueles assim “intitulados”, também são detentores de tradições e saberes que contribuem para a formação da sociedade atual e, por isso, não devem ser “apagados” da memória coletiva, pois:

A herança coletiva do passado junto com seus monumentos restaurados se torna uma forma de validar o presente e se transformam em símbolos da identidade nacional, atuando no sentido da construção e fortalecimento de comunidades políticas imaginadas: as nações (ANDERSON, 2008). Para Benedict Anderson, tanto a nacionalidade quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos e é nesse sentido que afirmamos que as políticas de identidade e patrimônio contribuem à sua construção (LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013, p. 6).

Dessa forma, a partir do que foi preservado pode-se criticar e problematizar o que não foi apagado da memória, aquilo que foi silenciado pela memória coletiva oficial, pois esses patrimônios “institucionalizados” são lugares de memória construídos, preservados, restaurados e tombados a partir de uma memória coletiva oficial, aparelhada pelo Estado.

É preciso que o aluno compreenda as “Memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’ (POLLAK, 1989, p. 3), silenciadas que submergem para romper com estes silenciamentos e apagamentos, possibilitando a crítica à memória coletiva imposta, a partir de identidades, grupos culturais e sociais que não se reconhecem como pertencentes àquela memória e identidades perpetuadas pelo patrimônio histórico tombado e preservado, mas se identificam com a cultura extra oficial, presentes nas suas tradições, que são elementos da cultura imaterial, que simbolizam as “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, com os respectivos instrumentos, objetos, artefatos, e lugares que lhes eram associados” (PELEGRINI, 2009, p. 22).

A existência de uma memória coletiva, presente nos grupos formadores das sociedades, faz com que “Fixar uma determinada identidade como norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença” (SILVA, 2000, p. 83). Desse modo, o processo de normalizar elege uma identidade específica como o “parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas” atribuindo

---

<sup>9</sup> Gentílico atribuído aos nascidos na Cidade de Goiás. Vilaboense vem do antigo nome da Cidade, Vila Boa de Goiás.

a essa identidade todas as “características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa” (SILVA, 2000, p. 83).

Sendo assim, elementos culturais para além daquilo edificado e “tombado” devem ser preservados, dando-lhes a necessária e devida visibilidade, para que se conheçam esses elementos da cultura, que estão além do que foi institucionalizado. Nesse cenário, para que seja efetivada a proteção de tais elementos, é preciso também que a sociedade se mobilize em prol da preservação, cuja:

[...] legislação brasileira relativa à salvaguarda e proteção do patrimônio cultural tem-se desenvolvido desde, pelo menos, a primeira metade do século 20. Nasceu quando a melancolia perante a ameaça de desaparecimento das tradições e identidades culturais – típicas do romantismo- foi sendo substituída pela ação pragmática moderna de criação de jurisprudência e políticas com o objetivo de desenvolver meios de controlar e encaminhar solução para as tensões e conflitos de interesses na área [...] Existem instrumentos de proteção do patrimônio material – sobretudo o tombamento – que já vêm sendo experimentados e legitimados desde a década de 1930 (VIANNA, 2004, p. 76).

De fato, os instrumentos normativos são essenciais para a preservação do patrimônio cultural, todavia, não garantem a efetividade da proteção, pois sozinhos não despertam sentimento de pertencimento da comunidade para com seu patrimônio, fator essencial para salvaguarda, uma vez que “nem só destes instrumentos pode depender a desejada proteção do mesmo patrimônio”, tendo em vista que “a própria cultura, o próprio atuar dos homens, faz surgir diferentes e muitas vezes mais efetivos instrumentos de proteção do patrimônio cultural” (HENRIQUES FILHO, 2013, p. 105).

Assim sendo, além do poder público, é necessário que a população se aproprie dos seus patrimônios, “Portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (CF, 1988, Art. 216), de modo que possa contribuir para sua preservação, posto que a sociedade brasileira é a titular principal do patrimônio cultural, numa conjuntura em que a legislação de proteção não surtirá total efeito diante da ausência de parceria com a comunidade, já que esta deve se sentir pertencente ao local em que está inserida, tornando-se agente de proteção (HENRIQUES FILHO, 2013).

### *1.1.2 Educação Patrimonial – Caminhos para formação integral*

Conforme o Art. 1º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino



e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. A educação constitui assim:

Direito de todo ser humano. E, de modo a que, numa sociedade, os indivíduos tenham direito ao conjunto de bens e serviços disponíveis, ela é um dos requisitos fundamentais. É a educação, inclusive, que vai permitir e orientar os indivíduos na direção de usufruir de outros direitos constituídos na sociedade em que vive. A educação vem sendo destacada como uma importante ferramenta social, no mundo contemporâneo, que possibilita enfrentar os novos desafios gerados pela globalização e pelo avanço tecnológico na era da informação. O fato é que, sabemos, nenhuma nação conseguiu progredir sem investir na educação. A educação, com certeza, é a garantia de acesso aos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade. Mas entendo, ainda, a educação, como uma prática para a cidadania e, simultaneamente, como formadora de indivíduos críticos, criativos e autônomos, capazes de agir no seu meio e transformá-lo (CABRAL, 2012, p. 39).

Além disso, a educação corresponde a uma das práticas para se alcançar a cidadania, direito assegurado por lei e que deve primar uma formação crítica do educando. Tal afirmação nos remete para o fato de que educar através da história local aproximará os temas discutidos na sala de aula da realidade vivenciada pelos estudantes, promovendo, dessa maneira, uma compreensão acerca do patrimônio cultural construído por nossos antepassados, fator fundamental para conservar os laços de memória para com a nossa história. Nessa perspectiva:

A educação que se vislumbra é aquela que se caracteriza como mediação para a construção coletiva do conhecimento, a que identifica a comunidade como produtora de saberes, que reconhece, portanto, a existência de um saber local. Enfim, a que reconhece que os bens culturais estão inseridos em contextos de significados próprios associados à memória do local (FLORÊNCIO, 2015, p. 26).

Vale ressaltar que a educação começa em casa, com a família, estendendo-se para a escola, e juntas, por meio do diálogo, possibilitam aos estudantes conhecerem aspectos da realidade e da história que estão presentes não apenas nos monumentos tombados, mas também nos espaços onde eles moram ou passam cotidianamente, como morros, rios, ruas, becos, pontes, igrejas, casas e, principalmente, nas manifestações culturais. Na Cidade de Goiás, em especial, onde a cultura material e imaterial remontam a um passado ainda presente, essas manifestações continuam desconhecidas por parte da população<sup>10</sup>, especialmente, as que moram nos bairros periféricos (população negra, pobre).

Esses moradores dos bairros distantes do centro histórico não se reconhecem como pertencentes àquela identidade que o patrimônio histórico “tombado” preserva e conserva, mas

---

<sup>10</sup> Conforme Censo 2010, variável da população residente, declarada por cor ou raça no município de Goiás, num total de 24.727, declararam como Branca: 9.006; Preta: 2.718; Amarela 498; Parda: 12.347; Indígena: 159.

se identificam com sua herança cultural, que, embora por muito tempo marginalizada pelo Estado, acaba por “emergir” na sociedade atual, contribuindo para a formação de identidades.

Nesse processo educacional sobre o patrimônio, as discussões envolvendo a Educação Patrimonial no Brasil ainda são recentes. A Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016, estabelece Diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas do Patrimônio e traz em seu Art. 2º que:

Entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação.

Parágrafo único. Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades (PORTARIA 137, 2016).

Alinhado a tal entendimento, o conceito de Educação Patrimonial, utilizado atualmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, “É fruto de uma construção coletiva com instituições e pessoas da sociedade civil, mediada pela Coordenação de Educação Patrimonial do Departamento de Articulação e Fomento” (FLORÊNCIO, 2012, p. 24), que resultou na Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, que institui a Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN, seguindo os preceitos da Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016.

Desse modo, os processos educativos de base democrática devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo entre os agentes culturais e sociais e “Pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas” (FLORÊNCIO, 2012, p. 24), de modo que seja “Respeitado sua história de vida, considerando o “educando” como sujeito histórico-social” (CABRAL, 2004, p. 41).

A educação patrimonial se constitui num processo que “Utiliza bens culturais, de natureza material e imaterial, como recursos educacionais, aproximando a sociedade do patrimônio cultural que a representa simbolicamente, promovendo a ampliação do entendimento da história passada e presente” (MARCHETTE, 2016, p. 89), que não se limitam apenas aos espaços institucionalizados, como os que compõem o patrimônio material, mas também àqueles que fazem parte do cotidiano do povo, como os costumes e tradições do lugar, que devem ser preservados, buscando parceria com a comunidade em prol da preservação. Sendo assim, para que tal processo educativo seja efetivado, é necessário que os espaços formais de ensino busquem ações que aproximem a população do seu patrimônio cultural, pois:

Quanto mais nos sentimos pertencentes a um grupo, mais temos condições de ter consciência do nosso papel social e da nossa condição de cidadão. Os elos de pertencimento que estabelecemos com o grupo permitem a tomada de consciência crítica e a interpretação autônoma do universo cultural. Quando os grupos são capazes de apropriar-se de seu passado, de reinventá-lo em contextos atuais, estão dando continuidade ao processo criador. Isso é condição necessária para uma atitude cidadã (MACHADO; MONTEIRO, 2010, p. 25).

Compreende-se, então, que as atividades envolvendo a proposta de Educação Patrimonial buscam promover o diálogo entre estudantes, professores e responsáveis pelas instituições de ensino sobre os elementos presentes nos espaços que o sujeito ocupa, seja na escola ou na cidade, contribuindo para a formação crítica dos envolvidos. Diante disso, estes poderão tornar-se agentes de mudanças, não aceitando como elementos constituidores da memória social do local em que vivem apenas aquilo que foi legitimado pela classe detentora do poder, mas podendo construir junto com a sociedade e buscando a preservação do que é realmente seu patrimônio cultural e, principalmente, poderão “compreender que o que se quer preservar e comunicar não são objetos, monumentos, sítios, prédios, manifestações, mas sim pensamentos, sentimentos, sensações e intuições” (CABRAL, 2012, p. 41).

Tal fato faz com que a Educação Patrimonial tenha um “Papel decisivo no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, colocando-se para muito além da divulgação do patrimônio” (FLORÊNCIO, 2015, p. 23). Dessa forma, segundo Florêncio (2015, p. 23) “não bastam a ‘promoção’ e ‘difusão’ de conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação do patrimônio cultural”, pois “trata-se, essencialmente, da possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural”.

Como aponta Átila Bezerra Tolentino (2019, p. 145), “Acompanhando todo esse debate e reflexão em torno da ampliação do conceito de patrimônio cultural, a educação patrimonial também se expandiu e se ressignificou”, se adequando às necessidades atuais, vista como instrumento que vai além do ato de “conscientizar” sobre a importância do patrimônio cultural, posto que:

Durante um bom tempo, principalmente a partir da década de 1980, prevaleceu e foi fortemente influenciadora no país uma prática educativa voltada para o patrimônio cultural de caráter instrutivista, ou seja, uma “educação-bancária” na perspectiva de Paulo Freire (2011). O Guia básico de educação patrimonial do Museu Imperial (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999) foi a principal referência nesse sentido, defendendo a educação patrimonial como uma metodologia, em que seu objetivo é a “alfabetização cultural”. Nessa linha de pensamento, a educação patrimonial é vista como transmissão de informações, com o fim de conscientizar e levar a “luz” do conhecimento à população. Isso caracteriza uma violência simbólica [...] na medida em que coloca o outro na condição de receptor passivo e considera os patrimônios

como uma coisa dada, os quais preciso aceitá-los, e que já foram definidos por um agente ou por um suposto grupo coeso, do qual eu não participei (TOLENTINO, 2019, p. 145).

Faz-se necessário, assim, o diálogo com as comunidades, discutindo o patrimônio não apenas por meio daquilo que foi institucionalizado, mas a partir dos elementos que compõem a realidade da população, como os aspectos culturais que remetem às memórias presentes. Segue, então, o entendimento de Simone Scifoni (2015, p. 200) acerca da Educação Patrimonial, compreendendo “O patrimônio a partir das histórias e dos significados atribuídos pelos seus moradores, reconhecendo a existência de um saber local [...] criando uma perspectiva de participação social no processo de identificação e proteção do patrimônio”, tendo em vista que “Atuar com educação patrimonial é não atuar de uma forma passiva em relação a um patrimônio fetichizado, que já vem pronto e determinado. É necessário compreender o patrimônio de uma forma crítica e não apenas contemplativa” (TOLENTINO, 2016, p. 44), percebendo-o como referencial da história e memória da sociedade, posto que:

Todos os bens patrimonializados contribuem para a formação de identidades de grupos e categorias sociais. Fazem parte da memória e, como tal, permitem-nos estabelecer elos de pertencimento com o passado (...) É através da memória que o indivíduo reúne os fragmentos do passado, mobiliza este passado e atribui a ele um valor, um sentido. A memória é um elemento importante na construção das identidades coletivas, pois permite conectar o passado e o presente (MACHADO; MONTEIRO, 2010, p. 26-27).

Elementos estes que podem ser trabalhados em sala, buscando uma formação cidadã, na qual o processo de ensino aprendizagem seja “Efetivo e dialógico, reflexivo e crítico, que contribui para construção democrática do conhecimento e para a transformação da realidade” (TOLENTINO, 2016, p. 47). Além disso, esse processo deve se pautar na compreensão de que o patrimônio vai além do bem físico, feito de “pedra e cal”, alcançando, assim, a formação crítica, de tal maneira que os envolvidos tomem consciência de seu pertencimento ao espaço em que vivem, fazendo com que a legislação de proteção seja efetivada.

O curso Técnico Integrado em Edificações do Instituto Federal de Goiás, Câmpus Cidade de Goiás, ao contrário dos ofertados em outros câmpus do Estado de Goiás, está localizado em uma cidade reconhecida mundialmente como Patrimônio Histórico da Humanidade: a Cidade de Goiás. O município possui patrimônio artístico e cultural que pode ser percebido por meio das visualidades, sejam elas patrimonializadas ou não, cujo valor histórico se faz presente não apenas em objetos, em suas coleções ou monumentos, como também nas expressões artísticas e, principalmente, na memória presente em seus “espaços”.

Tais expressões que compõem o patrimônio imaterial devem ser trabalhadas em sala de aula para que o aluno perceba que patrimônio vai além do edificado e está inserido para fora das “barreiras do centro histórico”, presentes nas memórias e nas manifestações culturais que ocorrem nos demais setores da cidade.

De fato, durante o processo para a Cidade ser agraciada com título de patrimônio, foram selecionadas as visualidades que seriam “fetichizadas”, promovendo o apagamento das demais, o que deixou à margem os espaços não vistos, longes do centro histórico, o que “produziu” silenciamento de parte da memória, aquela construída além das barreiras do centro histórico.

Ressalta-se aqui que as visualidades que compõem o patrimônio cultural estão em todos os lugares, sendo preciso compreender o que não está posto, os espaços não ouvidos, os espaços marginalizados, como os existentes na Cidade de Goiás, cuja história não foi construída apenas pelos “conquistadores”, como também, e sobretudo, pelos que viviam no local. O trabalho da educação, patrimonial ou museal, é fundamental para recuperar tais memórias, contribuindo para a formação de um povo que conheça sua história e respeite seus referenciais.

Assim, é necessário que se perceba que além das memórias das edificações, presentes no espaço físico-material, há aquelas subjetivas, pertencentes a cada ser humano, que compõem a história do local. A exemplo, a memória ainda resistente em manifestações como: Congadas, Folia e Festa do Divino Espírito Santo e Desfile do Bloco Pilão de Prata na Cidade de Goiás, dentre outras, que passaram pelo processo de silenciamento, mas que persistem na história da Cidade de Goiás. Desse modo, as memórias presentes nos referenciais de nossa cultura devem ser (re)lembradas, contribuindo para a formação de uma sociedade que conheça seu passado de forma crítica e possa compreender as memórias presentes nas visualidades, patrimonializadas ou não.

Um dos referenciais de memórias supracitados podem ser percebidos na Figura 6, que traz a imagem da encenação da dança dos Congos, “Performance, realizada por afrodescendentes, constituída por marchas de rua e embaixadas”, que ocorre durante a Festa da Igreja Nossa Senhora do Rosário, na Cidade de Goiás.

A Igreja foi construída em 1734, como Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, mas foi demolida em 1930, para que fosse construída outra edificação, uma nova estrutura para a entidade religiosa, em estilo de arquitetura eclética, passando a ser chamada de Igreja Nossa Senhora do Rosário, retirando o termo “dos pretos”. Contudo, mesmo após a demolição, a memória dos negros é mantida pela Igreja ao celebrar a encenação da “Dança dos Congos, que segundo seus participantes, possui origem africana e acontece na cidade de Goiás (GO) desde

a chegada dos primeiros escravos na região, na primeira metade do século XVIII” (MACEDO, 2015, p. 15).

**Figura 6 - Dança dos Congos - Festa de Nossa Senhora do Rosário – Cidade de Goiás**



Fonte: Prefeitura Municipal de Goiás.

**Figura 7 - Bloco Pilão de Prata - Cidade de Goiás**



Fonte: Casa Museu Afoxé Pilão de Prata da cidade de Goiás.

A Figura 7 também apresenta uma representação da cultura imaterial da Cidade de Goiás, o cortejo do Bloco Pilão de Prata, que corresponde a uma das manifestações culturais que “Busca valorizar as expressões, práticas culturais e religiosas afro-brasileiras que estão inseridas na Cidade de Goiás”. (OLIVEIRA, 2014). É um bloco carnavalesco, formado em 2007, mas cujo cortejo durante o carnaval iniciou-se em 2009.

O bloco é coordenado pelo historiador Paulo Sérgio Ferreira de Souza e também organizado por moradores da comunidade “Que envolve os bairros que estão configurados dentro do polígono patrimonial, como Carmo, Santa Bárbara, Alto Sant’Anna e a Carioca, ou, como o próprio coordenador da manifestação enfatiza, pelos moradores que residem ‘do lado de cá do rio’, numa alusão às divisas que ocorrem na cidade de Goiás a partir do Rio Vermelho, em que, segundo Paulo Sérgio, ‘do lado de cá do rio foi permitido aos negros construírem suas instalações’” (OLIVEIRA, 2014, p. 104).

Vale destacar que a cidade de Goiás é palco de um sincretismo religioso, ligado ao processo de povoamento da região. Dessa forma, percebe-se na Figura 8 a “tradicional” Folia do Divino Espírito Santo, representação da fé católica, que ocorre na cidade. A Folia do Divino é formada por devotos, chamados de foliões, que durante três dias (domingo de Páscoa, segunda e terça-feira), acompanhados pela banda da Polícia Militar, vão em busca de doações dos moradores para a festa do Divino.

**Figura 8 - Folia e Festa do Divino na Cidade de Goiás**



**Fonte: Portal do Divino.**

As Figuras 6, 7 e 8 trazem exemplos de manifestações culturais que ocorrem na Cidade de Goiás, contudo, faltam estudos e pesquisas de Educação Patrimonial sobre essas manifestações, que fazem parte da cultura da cidade e são referenciais de memória do povo que vive nas regiões do entorno da cidade e não se identifica com a cultura patrimonializada. Assim como ocorre na procissão do Fogaréu, que acontece durante a Quarta-feira de Cinzas na Cidade de Goiás, sendo “Um exemplo concreto de (re)invenção das tradições, de criação de valores culturais, de estratégias, de articulações, de jogos de poder que as permeiam. É o marketing de

Goiás. Sua imagem representa Goiás - Cidade e Estado - pelo Brasil e pelo mundo” (CARNEIRO, 2005, p. 13), e conforme a Figura 9, elemento “escolhido” para simbolizar a imagem das “tradições vilaboenses”:

**Figura 9 - Procissão do Fogaréu – Cidade de Goiás**



Fonte: Prefeitura Municipal de Goiás.

Diante disso, vale destacar que além de regiões de entorno, há na Cidade de Goiás espaços de poder, com a existência de dois centros: o histórico e o urbano, de modo que o histórico compreende a região do centro “tombado” e do entorno ao que é patrimonializado, enquanto o centro urbano é representado pela região do bairro João Francisco, distante da parte histórica, e que está alheio às políticas patrimoniais, constituindo-se, assim, numa região que “É quase inteiramente autossuficiente: comércio, farmácias, feira, lazer, escolas, hospital, rodoviária” (TAMASO, 2007, p. 341), faltando apenas os bancos, que ainda se mantêm no centro histórico.

A Figura 10 traz o mapa que apresenta os “dois centros” que existem na Cidade de Goiás, o centro histórico tombado e o centro econômico, localizado no bairro João Francisco. Além disso, mostra a marcação dos setores Via Lions (marcação amarelo) e Alto Santana (marcação azul), bairros distante do perímetro tombado, mas que são importantes referenciais de memórias da comunidade local.





reconhecida como patrimônio cultural, o que não impede o reconhecimento por parte da comunidade não só do João Francisco, como também de toda a Cidade de Goiás. A Figura 11 apresenta parte das celebrações que ocorrem durante a festa de Santa Rita, com a Alvorada no pátio da Igreja:

**Figura 11 - Festa de Santa Rita**



**Fonte: Arquivo da Igreja de Santa Rita.**

Portanto, para se “lembrar” destas memórias não referenciadas pelas políticas do patrimônio cultural, presentes não apenas na região do centro e entorno, como também nos outros bairros da cidade, como o João Francisco, a educação patrimonial aparece como instrumento importante, visto que, por meio desta, o aluno pode identificar o que está além daquilo que foi “tombado”, conhecendo o local em que se vive, como forma de fazer com que o patrimônio não tenha somente o reconhecimento externo - daqueles que veem a cidade apenas por meio das visualidades postas.

Logo, é preciso propiciar o conhecimento e a valorização da cidade e de sua história pelos moradores. Como forma de garantir o cumprimento da lei, uma das alternativas é o trabalho de educação patrimonial, pelo qual a população possa conhecer suas raízes históricas e recuperar a memória, uma vez que não se pode despertar o interesse na população a respeito da preservação do patrimônio material e imaterial quando se desconhece a sua importância. Conforme Tatiana Dantas Marchette (2016):

Educação patrimonial é um processo que se realiza mediante a utilização de bens culturais, de natureza material e imaterial, como recursos educacionais. Tal processo permite aproximar a sociedade do patrimônio cultural que a representa simbolicamente, promovendo a ampliação do entendimento da história passada e presente. Esse processo de aprendizagem pode ocorrer nas estruturas formais e informais de ensino, sendo central em instituições de memória, como os museus (MARCHETTE, 2016. p. 89).

Para que a Educação Patrimonial seja efetivada, é necessário que os espaços formais de ensino busquem ações educativas como forma de aproximar a comunidade do seu patrimônio cultural, buscando a aproximação e o reconhecimento, elementos necessários para preservação, pois:

Quanto mais nos sentimos pertencentes a um grupo, mais temos condições de ter consciência do nosso papel social e da nossa condição de cidadão. Os elos de pertencimento que estabelecemos com o grupo permitem a tomada de consciência crítica e a interpretação autônoma do universo cultural. Quando os grupos são capazes de apropriar-se de seu passado, de reinventá-lo em contextos atuais, estão dando continuidade ao processo criador. Isso é condição necessária para uma atitude cidadã (MACHADO; MONTEIRO, 2010, p. 25).

A presente pesquisa, ao propor o discutir o patrimônio, busca contribuir para a promoção do conhecimento acerca dos elementos que constituem o patrimônio cultural entre alunos, professores e responsáveis pelo Curso de Edificações, de modo que se conheça os espaços que eles ocupam, no Instituto como na Cidade, que é patrimônio histórico, contribuindo para formação crítica do educando, que, ao compreender o meio em que vive, poderá ser agente de mudanças, buscando a preservação do seu “patrimônio cultural”. Segue, assim, o entendimento de Simone Scifoni (2015) sobre se pensar a Educação Patrimonial:

Não na perspectiva tradicional de levar conhecimento ou ensinar a população sobre o seu patrimônio, mas, ao contrário, de compreender o patrimônio a partir das histórias e dos significados atribuídos pelos seus moradores, reconhecendo a existência de um saber local, considerando o olhar e a vivência desses, e criando uma perspectiva de participação social no processo de identificação e proteção do patrimônio (...). Neste sentido, a Educação Patrimonial sinaliza para uma concepção de educação de caráter dialógico, conforme propôs Freire (2001), na qual se busca a consciência crítica, aquela que insere as pessoas como sujeitos no mundo – uma educação libertadora (SCIFONI, 2015, p. 200).

Torna-se importante que o estudo do patrimônio esteja contemplado nas matrizes curriculares dos cursos, para que o conhecimento acerca do bem ultrapasse o físico predial, de “areia e cal” e alcance a memória dos educandos, posto que é através da memória que o indivíduo reúne os fragmentos do passado, mobiliza este passado e atribui a ele um valor, um

sentido. A memória é um elemento importante na construção das identidades coletivas, pois permite conectar o passado e o presente (MACHADO; MONTEIRO, 2010, p. 26-27).

Desse modo, a discussão da Educação Patrimonial em sala de aula contribuirá para a formação dos estudantes, que terão formação crítica em relação ao patrimônio, reconhecendo nele a história de seu povo. Para que o estudante adquira o saber sobre a importância do zelo, da valorização do Patrimônio e as formas de como fazê-lo, é necessário desenvolver políticas educacionais que promovam a “formação identitária” dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. No caso deste trabalho, a proposta considera os estudantes do curso de Edificações do Instituto Federal de Goiás.

Nesse sentido, pensar em uma proposta de educação para cidadania, é possibilitar ao estudante a construção de sua compreensão de mundo de maneira crítica e consciente, assim como ensinou Paulo Freire (2007, p. 168). De tal forma, é importante que se promova uma “Educação patrimonial que seja comprometida com o homem em transformação e com o desenvolvimento da sua capacidade do conhecer sua realidade e poder transformá-la” (CABRAL, 2012, p. 43). Destaca-se que ao trazer tais discussões para sala de aula:

Será possível a identificação e fortalecimento dos vínculos das comunidades com o seu patrimônio cultural, o que pode potencializar a articulação de ações educativas de valorização e proteção do patrimônio cultural. É preciso, portanto, identificar e promover ações que tenham como referência as expressões culturais locais e territoriais, contribuindo, dessa maneira, para a construção de mecanismos junto à sociedade com vistas a uma melhor compreensão das realidades locais (FLORÊNCIO, 2015, p. 25).

Dessa maneira, contribui-se com a formação de indivíduos conscientes de seus direitos e prontos para intervirem no espaço em que vivem, por meio de, segundo Freire (1994) “Uma educação para uma cidadania ativa, uma educação para a esperança”, fazendo com que os instrumentos normativos de proteção “rompam” a barreira do papel e alcancem a realidade prática das comunidades, pois “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 1994, p. 78). Ações a partir do trabalho conjunto poderão levar a preservação do patrimônio, seja ele material ou imaterial.

## **1.2 O Instituto Federal de Goiás – Câmpus Cidade de Goiás**

A proposta dos Institutos Federais, presente em sua lei de criação, considera que o processo de construção das propostas pedagógicas esteja atrelado aos anseios da sociedade e “Se transformem em instrumentos sintonizados com as demandas sociais, econômicas e

culturais, permeando-se das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental” (PACHECO, 2018, p. 21), o que irá traduzir-se em um compromisso pautado na ética da responsabilidade e do cuidado.

Nessa perspectiva, é “Por meio dos estudos do Observatório do Mundo do Trabalho e seus Núcleos de Base, de estudos socioeconômicos, educacionais dos municípios e das microrregiões em que os Câmpus do IFG estão inseridos” (PDI, 2018, p. 103) que são definidos os cursos oferecidos pelo instituto, de forma a atender aos anseios locais.

O Câmpus Cidade de Goiás foi fundado em 2012, com a autorização de funcionamento decorrente da Portaria nº 953, de 16 de julho de 2012, e, inicialmente ofertou os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio em Edificações e em Informática para Internet.

Atualmente, o Câmpus oferta os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em tempo integral. No eixo de Infraestrutura, com o curso técnico integrado em Edificações; no de Produção Cultural e Design tem a oferta do curso técnico integrado em Produção em Áudio e Vídeo; e no de Recursos Naturais, o técnico integrado em Agroecologia. Na modalidade Educação para Jovens e Adultos (EJA), inicialmente foi ofertado o curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Conservação e Restauo, porém, hoje tem-se o curso Técnico Integrado em Artesanato no turno noturno. No nível superior, são ofertados os cursos de Bacharelado em Agronomia, com ênfase em Agroecologia, e Bacharelado em Cinema e Audiovisual, ofertados nos turnos vespertino e matutino, respectivamente, e Licenciatura em Artes Visuais, no turno noturno.

Dentre os cursos ofertados pelo Instituto Federal de Goiás, optou-se nesta pesquisa pela análise do Curso Técnico Integrado em Edificações, do Câmpus Cidade de Goiás, curso este voltado para formação de estudantes que irão trabalhar com as construções, em seus variados aspectos, inclusive com as construções históricas.

A presente pesquisa analisa a proposta de Educação Patrimonial prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Edificações do Instituto Federal de Goiás, Câmpus Cidade de Goiás. Todavia, antes da análise do PPC do referido curso, foi realizada uma discussão acerca dos Projetos Pedagógicos dos diferentes Cursos Técnicos Integrados em Edificações do Instituto Federal de Goiás, haja vista a sua estrutura multicampi. Assim, se espera identificar nos projetos pedagógicos de curso a presença da reflexão sobre o patrimônio, uma vez que os alunos terão uma formação para o trabalho com diversos tipos de construções, inclusive as construções históricas, cujos monumentos não estão presentes apenas na Cidade de Goiás.

Em todo caso, embora reconhecidamente a Cidade de Goiás contenha edifícios que representam a história da humanidade, é preciso reconhecer que este processo não se limita às

idades tombadas, que tenham títulos de patrimônio histórico. A grande verdade é que em qualquer localidade as edificações trarão consigo elementos da história daquele povo. Por essa razão, é inegável a importância de se estudar, especialmente nos cursos que inevitavelmente terão como objeto as construções edificadas, a memória e o patrimônio, o que possibilitará aos egressos do curso uma reflexão acerca da sua própria história.

Para tanto, foram analisados os Projetos Pedagógicos dos sete cursos técnicos integrados em Edificações, ofertados pela Instituição nos seguintes câmpus: Anápolis, Aparecida de Goiânia, Goiânia, Jataí, Luziânia, Uruaçu e Cidade de Goiás (este último tendo duas matrizes distintas, uma em 2014 e outra em 2017). Nos PPs, analisou-se os objetivos de cada curso e a presença de elementos de uma formação “para o patrimônio”.

Importante aqui registrar que o Curso Técnico Integrado em Edificações pertence ao eixo tecnológico de Infraestrutura. O ingresso ocorre por meio de processo seletivo, para alunos que tenham concluído, no mínimo, o Ensino Fundamental ou equivalente, sendo destinadas 50% das vagas ofertadas para livre concorrência e 50% para cotas, conforme Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

Os processos seletivos são divulgados por intermédio de edital próprio publicado na Imprensa Oficial e nas páginas oficiais do câmpus. No edital, são apresentados os requisitos para acesso ao curso, as etapas do processo e a quantidade de vagas ofertadas. Em tais processos seletivos são exigidos conhecimentos acerca de conteúdo do Ensino Fundamental, conforme elucidado na Lei nº 9.394/96. Após a conclusão do curso, o aluno recebe o certificado de Técnico em Edificações, que o habilita a desempenhar atividades voltadas para a Construção Civil.

### **1.3 Metodologia da pesquisa**

O objetivo traçado para a pesquisa foi entender como o curso, que forma profissionais para o trabalho com as construções, proporciona uma formação que traga conscientização da importância do patrimônio para a construção de identidade(s). Em prol disso, foram analisados os Projetos Pedagógicos do referido curso, a citar o de 2014 e o que foi reformulado, em 2017, apresentando uma matriz curricular em que o tema Patrimônio Cultural é discutido por meio de um Projeto Integrador.

Além desses, foram analisados os PPCs dos demais cursos de Edificações do IFG (ministrados em outros câmpus). Destaca-se que no Primeiro Projeto Pedagógico do Câmpus Cidade de Goiás, publicado em 2014, não havia discussão sobre Patrimônio Cultural, sendo

voltado para o mercado da construção civil, sem a análise acerca de elementos que compõem os patrimônios da comunidade, como ocorre no Projetos Pedagógicos dos outros câmpus do IFG.

Nesse sentido, o que se propõe é a análise da legislação acadêmica do IFG (Estatuto e Regimentos), a análise do documento orientador para a construção dos Projetos Pedagógicos de Curso Edificações e a análise do Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Edificações, de modo a constatar o enfoque que está sendo dado ao Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial. Trata-se, portanto, de uma pesquisa documental (GIL, 2002), ao passo que serão analisados alguns documentos institucionais que norteiam o funcionamento dos cursos no âmbito do IFG.

Após a análise dos documentos institucionais e normativos referentes ao curso de Edificações, foi necessário o diálogo com os sujeitos envolvidos com o curso, os quais vivenciam/vivenciaram na prática como tem sido o trabalho envolvendo temas referentes ao patrimônio. Assim, a fim de compreender suas percepções e entendimentos sobre as possibilidades propostas pelo curso, no que tange questões envolvendo estudos de memória, identidade, patrimônio e educação patrimonial, por meio de questionários, buscou-se identificar as discussões sobre Patrimônio e sua relação com a construção da identidade do egresso na perspectiva do patrimônio cultural.

Para este relatório técnico, a princípio, foi pensada a realização de entrevistas com egressos do curso de Edificações e também com os professores do curso. Todavia, um fator inesperado alterou todas as relações sociais: o surgimento do Coronavírus<sup>11</sup> (2019-nCoV), que fez com que, no dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde decretasse situação de pandemia. De tal maneira, acompanhando as recomendações de proteção à vida, o governo do Estado de Goiás publicou o Decreto 9.633, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre a situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV), suspendendo as aulas escolares, para evitar a contaminação viral. Seguindo tais normativas, a Prefeitura Municipal de Goiás emitiu o Decreto nº 21, de 16 de março de 2020, também suspendendo as aulas nas instituições de ensino locais.

Tais recomendações, orientações e a primazia pela saúde dos alunos e servidores fizeram com que o Instituto Federal aprovasse a suspensão do Calendário Acadêmico 2020, por

---

<sup>11</sup> Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan, na China, e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminada e transmitida pessoa a pessoa. A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves.

meio da Resolução 12/2020, de 23 de março de 2020. Dessa forma, “Com a Covid-19, é preciso se afastar de toda e qualquer relação presencial com os outros” (SANT’ANNA, 2020, p. 6), fato que inviabilizou a realização das entrevistas presenciais.

Como parte da pesquisa proposta, era necessária a “contextualização teórica do problema e seu relacionamento com o que tem sido investigado a seu respeito”, esclarecendo “os pressupostos teóricos que dão fundamentação à pesquisa e as contribuições proporcionadas por investigações anteriores” (GIL, 2002, p. 162). Então, para compreender como a formação com elementos que compõem o patrimônio cultural interfere no perfil do aluno, foram consultados doze egressos do curso Técnico Integrado em Edificações, o que corresponde a um terço da totalidade das vagas ofertadas para o curso no Câmpus Cidade de Goiás, que totalizam, portanto, 36 (trinta e seis). Dos doze egressos, dois estudaram com a matriz curricular reformulada e dez, que concluíram o curso entre 2012 e 2015, períodos anteriores à reformulação do Projeto Pedagógico, cursaram a matriz antiga, naturalmente.

Além dos discentes, foram consultados nove professores do curso, dos quais, quatro participaram da equipe de Reformulação do Projeto Pedagógico, que culminou no PPC de 2017. Os questionários foram realizados por meio do *Google Forms*, uma vez que a pandemia e o isolamento social inviabilizaram as entrevistas presenciais. Por meio deles, buscou-se o conhecimento direto da realidade, tendo em vista que “à medida que as próprias pessoas informam acerca de seu comportamento, crenças e opiniões, a investigação torna-se mais livre de interpretações calcadas no subjetivismo dos pesquisadores” (GIL, 2002, p. 51). Os questionários estão anexados nesta pesquisa.

Nesse sentido, os instrumentos utilizados para a pesquisa foram os documentos institucionais que versem sobre a matriz curricular dos cursos de Edificações, bem como questionários realizados junto aos sujeitos – egressos do curso e parte da equipe docente. Após apresentar os principais conceitos referentes à Educação, Patrimônio, Identidade, Memória, Políticas Públicas, realizou-se a análise de Projetos Pedagógicos de Cursos de Edificações do IFG a fim de identificar a relação deles com o tema Patrimônio Cultural, enquanto políticas públicas de educação voltadas, também, para formação integral.

Por meio desse levantamento, buscou-se compreender a impressão dos participantes em relação à abordagem vivenciada por eles acerca das questões envolvendo o patrimônio cultural no cotidiano escolar, fato responsável pela abordagem qualitativa da pesquisa, que também constitui-se em um estudo de caso, tendo como universo egressos e docentes do Curso de Edificações do IFG – Câmpus Cidade de Goiás.



*1.3.1 Considerações gerais sobre os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Edificações e o PPC - Cidade de Goiás - 2014 e 2017*

A oferta do Curso Técnico Integrado em Edificações, no Câmpus Cidade de Goiás, teve início em 2012, com a criação do Câmpus. A matriz curricular seguia as premissas existentes nos outros câmpus do Instituto Federal de Goiás, que ofertavam o curso de Edificações, tendo seu projeto pedagógico de curso aprovado em 2014. Assim como os demais câmpus, elucidava em seu objetivo geral que:

Pretende formar profissionais que possam ser inseridos neste mercado de trabalho globalizado da Construção Civil, dentro de uma visão humanística, crítica, técnica e científica, dando-lhes condições que os favoreçam a acompanhar os planejamentos, orçamentos, projetos, controle de qualidade, execuções e manutenção de edifícios, com visão empreendedora e de transformação dentro da área de formação (IFG, 2014c, p. 07).

Nos objetivos específicos, elencados no Projeto Pedagógico de 2014, também pode ser notada a ausência de conceitos envolvendo a formação para o patrimônio cultural. A formação estava alicerçada numa preparação técnica, voltada para o mundo do trabalho com as construções:

Elaborar estudos e projetos técnicos de edificações, arquitetura, fundação, estruturas, instalações hidro-sanitárias e elétricas até 80 m<sup>2</sup>; Realizar acompanhamento e controle dos processos de produção e qualidade em obras de edificações; Realizar acompanhamento e controle dos processos de manutenção em obras de edificações; Orçar e planejar obras de edificações; Contribuir para a capacitação técnica da mão de obra da construção civil de Goiás, criando melhores condições de empregabilidade do cidadão; Aprovar e analisar projetos em órgãos afins; Desenhar e desenvolver projetos em programas específicos da área (IFG, 2014c, p. 07).

A matriz curricular de 2014, conforme apresentada no Quadro 4 (página 60), não trazia disciplina específica para a discussão sobre Patrimônio Histórico e também sobre Educação Patrimonial, apontando para a formação técnica, com habilitação para o campo da construção civil. Percebe-se que nos objetivos elencados no Projeto Pedagógico, bem como na matriz curricular apresentada, há a ausência do trabalho com patrimônio, mesmo o câmpus estando inserido em uma cidade reconhecida como patrimônio histórico e tendo suas instalações provisórias num prédio histórico, uma vez o Instituto Federal utilizou, de início, a estrutura física do Quartel do XX.

Seguindo a concepção de formação técnica para o mundo do trabalho, envolvendo o campo da construção civil, dentre as capacidades de formação para o egresso, não é

vislumbrado no Projeto Pedagógico do Câmpus Cidade de Goiás, de 2014, o tema patrimônio cultural, embora faça referência a aspectos da cultura, ao traçar o perfil do egresso:

Capacidade de interação com as temáticas referentes à diversidade social, cultural e étnica, a sustentabilidade ambiental e social, o tratamento das questões relativas aos direitos humanos, ao envelhecimento e o respeito e convívio com as diferenças, dentre elas o reconhecimento e a incorporação do aprendizado de novas formas de linguagem; Capacidade de posicionamento crítico dos profissionais, frente às alternativas e projetos de desenvolvimento econômico, social, político e cultural em debate na sociedade; Capacidade de identificar e posicionar-se frente às tendências de desenvolvimento da ciência e tecnologia e seus reflexos, sociais e ambientais, na aplicação aos processos produtivos e de trabalho; Iniciativa e liderança na tomada de decisões; Capacidade de articulação de equipes e de planejamento de metas na execução de tarefas no ambiente de trabalho e na vida pública; Capacidade de se relacionar com os profissionais dos cursos superiores e afins relacionados as atividades da construção civil (IFG, 2014c, p. 08).

Tais capacidades “técnicas”, previstas no perfil do egresso do câmpus Cidade de Goiás, por meio da matriz curricular de 2014, seguiam os parâmetros dos outros câmpus do IFG, como pode ser percebido no Quadro 1, com o perfil do egresso dos outros câmpus:

**Quadro 1 - Perfil dos egressos do Curso de Edificações do IFG, por câmpus**

CÂMPUS	PERFIL DO PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO – CAPACIDADES A SEREM ALCANÇADAS PELO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES
Anápolis	<p>Capacidade de interação com as temáticas referentes à diversidade social, cultural e étnica, a sustentabilidade ambiental e social, o tratamento das questões relativas aos direitos humanos, ao envelhecimento e o respeito e convívio com as diferenças, dentre elas o reconhecimento e a incorporação do aprendizado de novas formas de linguagem.</p> <p>Capacidade de posicionamento crítico dos profissionais, frente às alternativas e projetos de desenvolvimento econômico social, político e cultural em debate na sociedade.</p> <p>Capacidade de identificar e posicionar-se frente às tendências de desenvolvimento da ciência e tecnologia e seus reflexos, sociais e ambientais, na aplicação aos processos produtivos e de trabalho.</p> <p>Iniciativa e liderança na tomada de decisões. Capacidade de articulação de equipes e de planejamento de metas na execução de tarefas no ambiente de trabalho e na vida pública.</p> <p>Capacidade para auxiliar no planejamento dos transportes, conhecendo e atuando nas tecnologias disponíveis e nos diversos modais existentes. Também exerce atividade em toda cadeia logística de movimentação de bens e materiais, assim como, auxilia nas definições e controle de tarifas e custos relacionados ao transporte de maneira geral.</p> <p>Capacidade para atuar no planejamento, elaboração e representação gráfica de projetos dentro das normas técnicas. Elaborar orçamento, nos termos e limites regulamentares para profissão. Atuar na execução das construções dominando as técnicas construtivas, liderar equipes de trabalho, fiscalizar serviços, recebendo e armazenando adequadamente materiais no canteiro de obras, evitando danos e desperdícios. Controlar a qualidade, coletando amostras e realizando ensaios, conforme normas técnicas. Atuar na manutenção e recuperação das edificações, monitorando os elementos construtivos detectando patologias reconhecendo e especificando o material utilizado na construção das edificações.</p>

Aparecida de Goiânia	<p>O profissional deverá ser capaz de desenvolver atividades nas etapas de:</p> <p>Planejamento - elaboração e representação gráfica de projetos dentro das normas técnicas e orçamento, nos termos e limites regulamentares para profissão;</p> <p>Execução - dominar as técnicas construtivas, liderar equipes de trabalho, fiscalizar serviços, recebendo e armazenando adequadamente materiais no canteiro de obras, evitando danos e desperdício, aplicar normas técnicas de saúde e segurança do trabalho</p> <p>Controle de qualidade - coletar amostras, controlar a qualidade dos materiais e realizar ensaios, conforme normas técnicas;</p> <p>Manutenção e restauração - monitorar os elementos construtivos, detectando patologias, reconhecendo e especificando material utilizado na construção de edificações aplicando medidas de controle e proteção ambiental para os impactos gerados pelas atividades construtivas.</p>
Goiânia	<p>As atividades de planejamento, execução, controle de qualidade, manutenção e restauração de obras. Seu objetivo é formar profissionais de nível técnico capazes de acompanhar e executar trabalhos ligados às edificações, tais como: projetos, construção e monitoramento de edifícios.</p> <p>As atribuições deste profissional consistem em elaborar projetos, fiscalizar serviços e liderar equipes de trabalho nos diversos afazeres do canteiro de obras Também é de sua responsabilidade fazer orçamentos de materiais e equipamentos necessários para a construção, recebê-los e armazená-los, além de coletar amostras e realizar ensaios laboratoriais, detectar falhas nas obras e monitorar elementos construtivos.</p>
Jataí	<p>Capacidade de interação com as temáticas referentes à diversidade social, cultural e étnica, a sustentabilidade ambiental e social, o tratamento das questões relativas aos direitos humanos, ao envelhecimento e o respeito e convívio com as diferenças, dentre elas o reconhecimento e a incorporação do aprendizado de novas formas de linguagem.</p> <p>Capacidade de posicionamento crítico dos profissionais, frente às alternativas e projetos de desenvolvimento econômico, social, político e cultural em debate na sociedade.</p> <p>Capacidade de identificar e posicionar-se frente às tendências de desenvolvimento da ciência e tecnologia e seus reflexos, sociais e ambientais, na aplicação aos processos produtivos e de trabalho.</p> <p>Iniciativa e liderança na tomada de decisões.</p> <p>Capacidade de articulação de equipes e de planejamento de metas na execução de tarefas no ambiente de trabalho e na vida pública.</p>
Luziânia	<p>Desenvolver e executar projetos de edificações conforme normas técnicas de segurança e de acordo com legislação específica.</p> <p>Planejar a execução e elaborar orçamento de obras.</p> <p>Prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas na área de edificações.</p> <p>Orientar e coordenar a execução de serviços de manutenção de equipamentos e de instalações em edificações.</p> <p>Compor e acompanhar comissões para aplicação das normas de segurança do trabalho na área da construção civil.</p> <p>Orientar na assistência técnica para compra venda e utilização de produtos, equipamentos especializados.</p> <p>Ter pensamento crítico, iniciativa, criatividade, autonomia, responsabilidade, liderança;</p> <p>Trabalhar em equipe e com ética no convívio social;</p>

Uruaçu	Planejamento – elaboração e representação gráfica de projetos dentro das normas técnicas e orçamento, nos termos e limites regulamentares para profissão; Análise Topográfica – executar levantamentos topográficos, locações de obras e levantamentos de terreno, nos termos e limites regulamentares para profissão; Análises Laboratoriais – acompanhar e realizar ensaios laboratoriais tanto em campo quanto em laboratório; Recebimento de Materiais – receber e controlar, conforme as normas técnica vigentes, os materiais a serem utilizados, primando sempre pela sua qualidade; Execução – dominar as técnicas construtivas, liderar equipes de trabalho, fiscalizar serviços, recebendo e armazenando adequadamente materiais no canteiro de obras, evitando danos e desperdícios; Controle de qualidade – coletar amostras e realizar ensaios, conforme normas técnicas; Manutenção e restauração – monitorar os elementos construtivos, detectando patologias, reconhecendo e especificando material utilizado na construção de edifícios; Segurança – aplicar normas técnicas de saúde e segurança do trabalho, visando o bem estar dos funcionários sob sua responsabilidade garantindo também sua segurança; Ambiental – adotar medidas de controle e proteção ambiental para os impactos gerados pelas atividades construtivas.
--------	--

**Fonte: PPCs Edificações IFG.**

Destaca-se que por meio da análise do PPC do curso, o termo cultura estava atrelado à interação com “Temáticas referentes à diversidade social, cultural e étnica, a sustentabilidade ambiental e social” (IFG, 2014c, p. 08), e não havia uma disciplina específica voltada para o tema envolvendo patrimônio.

O Projeto Pedagógico do Curso de Edificações do Câmpus Cidade de Goiás de 2014 seguia, assim, o modelo dos demais PPCs do Instituto, que objetivava uma formação técnica, voltada ao mundo do trabalho, em especial do campo da construção civil, sem discussão com elementos do patrimônio cultural, da memória e da identidades, como pode ser visto nos Quadros comparativos 2 e 3, com os objetivos dos cursos, previstos nos Projetos Pedagógicos do Curso de Edificações:

**Quadro 2 - Projeto Pedagógico do Curso de Edificações Região Metropolitana de Goiânia**

CÂMPUS	DATA DE CRIAÇÃO	LEI/DECRETO DE CRIAÇÃO	ANO PPC	OBJETIVO DO CURSO	DURAÇÃO DO CURSO
Aparecida de Goiânia	2012	Resolução CONSUP/IFG de nº 30 de 12 de novembro de 2012.	2014	Promover a formação técnica, aliada à conscientização ambiental e social, do aluno, através do desenvolvimento de conhecimentos da área da construção civil (IFG, 2014a, p. 10).	Três anos
Goiânia	1942	Decreto n. 8.673, de 3 de fevereiro de 1942.	2012	Formar profissionais de nível técnico capazes de acompanhar e executar	Oito semestres

				trabalhos ligados às edificações, tais como: projetos, construção e monitoramento de edifícios.	
--	--	--	--	---	--

Fonte: PPCs Edificações IFG.

**Quadro 3 - Projeto Pedagógico do Curso de Edificações – Fora da região metropolitana**

CÂMPUS	DATA DE CRIAÇÃO	LEI/DECRETO DE CRIAÇÃO	ANO PPC	OBJETIVO DO CURSO	DURAÇÃO DO CURSO
Anápolis	2010	Resolução CONSUP/IFG de nº 19 de 20 de setembro de 2010.	2013	Ampliar a atuação institucional no atendimento da educação básica de qualidade, pública e gratuita; proporcionar uma formação integral com a articulação do conhecimento com a prática social, as relações de trabalho e os processos científicos e tecnológicos; contextualizar a educação profissional ao mundo do trabalho e às transformações históricas, sociais, técnico-científicas, artísticas. (PPC Anápolis, 2012, p.06).	Três anos
Jataí	2012	Resolução nº 48, de 13 de novembro de 2012.	2014	Ampliar a atuação institucional no atendimento da educação básica de qualidade, pública e gratuita; proporcionar uma formação integral com a articulação do conhecimento com a prática social, as relações de trabalho e os processos científicos e tecnológicos; contextualizar a educação profissional ao mundo do trabalho. (PPC Jataí, 2014, p. 05).	Três anos
Luziânia	2012	Resolução CONSUP/IFG nº 20, de 13 de novembro de 2012.	2017	Proporcionar a educação técnica de nível médio integrada ao ensino médio, para uma formação técnica profissional de nível médio capazes de atuar, dentro dos limites de suas	Três anos

				atribuições legais, nos processos inerentes à construção civil sem perder de vista a segurança dos trabalhadores, a qualidade, o respeito às normas técnicas e a preservação ambiental. (PPC Luziânia, 2017a, p. 9)	
Uruaçu	2012	Resolução nº 48, de 13 de novembro de 2012.	2015	Atender às necessidades do norte do Estado de Goiás tendo em vista a atual demanda de construção na região do entorno de Uruaçu. (PPC Uruaçu, 2012).	Três anos

Fonte: PPCs Edificações IFG.

Pela análise dos objetivos do curso, previstos nos PPCs de Edificações, percebe-se que os preceitos para o mundo do trabalho se sobrepõem aos elementos culturais, em especial aos elementos do patrimônio cultural presentes nas cidades que sediam os câmpus do Instituto Federal de Goiás, como a cidade de Goiás, cujo Projeto Pedagógico de 2014 não trazia em sua matriz curricular a discussão com Patrimônio Cultural, como pode ser percebido na comparação do Quadro 4, com a matriz curricular do Curso de Edificações do Câmpus Cidade de Goiás de 2014 e 2017. (Obs.: As matrizes curriculares dos cursos podem ser consultadas no anexo deste relatório):

**Quadro 4 – Matriz Curricular 2014 e 2017- PPC Edificações Câmpus Cidade de Goiás**

NÚCLEO	MATRIZ 2014	MATRIZ 2017
COMUM	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira
	Língua estrangeira - inglês	Língua estrangeira - Inglês
	Artes	Artes
	Geografia	Geografia
	História	História
	Matemática	Matemática
	Física	Física
	Química	Química
	Biologia	Biologia
	Filosofia	Filosofia
	Sociologia	Sociologia
	Educação Física	Educação física
	Matemática Aplicada	Matemática Aplicada
	Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho	Higiene e Segurança do Trabalho
	1ª Língua Estrangeira – Espanhol/Libras	1ª Língua Estrangeira–

<b>DIVERSIFICADO</b>		Espanhol / Libras
	Física Aplicada	Conservação e restauro - Projeto Integrador Orientado I
	Oficina de Arte	Arquitetura Colonial - Projeto Integrador Orientado II
	Educação Física, Saúde, Lazer e Trabalho	Patrimônio Histórico Cultural - Projeto Integrador Orientado III
	Desenho Básico	Arte e processo de criação
	Introdução à Pesquisa e Inovação	Topografia
	Introdução a Informática	
<b>ESPECÍFICO</b>	Materiais de construção	Materiais de construção
	Mecânica dos solos	Mecânica dos solos
	Noções de Estruturas	Noções de Estruturas
	Orçamento	Orçamento
	Tecnologia das construções	Tecnologia das construções
	Desenho arquitetônico	Desenho Técnico
	Instalações hidro-sanitárias	Instalações hidro-sanitárias
	Instalações elétricas	Instalações elétricas
	Desenho assistido por computador (Informática aplicada)	Arquitetura Colonial
	Topografia	História da arte aplicada ao restauro
		Introdução a conservação e restauro
		Patrimônio histórico cultural
		Sistemas Construtivos de Edificações Históricas
		Projeto de edificações informatizado

Fonte: PPCs Cidade de Goiás – 2014 e 2017.

Percebe-se por meio da análise da matriz curricular de 2014 a ausência de uma disciplina específica que dialogue com o tema do Patrimônio, como ocorre com as matrizes curriculares dos outros câmpus, como pode ser visto no Quadro 5, com as disciplinas que compõe a matriz curricular dos cursos de Edificações:

#### Quadro 5 - Matriz Curricular – Curso de Edificações do IFG, por câmpus

CÂMPUS	Matriz Curricular
Anápolis	<p><b>Núcleo comum:</b> Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Estrangeira – Inglês, Arte, Geografia, História, Matemática, Física, Química, Biologia, Filosofia, Sociologia, Educação Física.</p> <p><b>Núcleo Diversificado:</b> Matemática Aplicada, Física Aplicada, Oficina de Arte, Educação Física, Saúde, Lazer e Trabalho, Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho, Desenho Básico, Introdução a Pesquisa e Inovação, Introdução a Informática, 2ª Língua Estrangeira – Espanhol / Libras.</p> <p><b>Núcleo Específico:</b> Materiais de Construção, Mecânica dos Solos, Desenho Arquitetônico, Topografia, Tecnologia das Construções, Desenho Assistido por Computador, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, Noções de Estruturas, Orçamento.</p>
Aparecida de Goiânia	<p><b>Núcleo comum:</b> Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Estrangeira – Inglês, Arte, Geografia, História, Matemática, Física, Química, Biologia, Filosofia, Sociologia, Educação Física.</p> <p><b>Núcleo Diversificado:</b> Matemática Aplicada, Física Aplicada, Arte e Processo de Criação, Educação Física, Saúde, Lazer e Trabalho, Saúde, Higiene e Segurança do</p>

	Trabalho, Desenho Básico, 2ª Língua Estrangeira – Espanhol, LIBRAS, Introdução a Pesquisa e Inovação, Introdução a Informática. <b>Núcleo Específico:</b> Materiais de Construção, Mecânica dos Solos, Desenho Arquitetônico, Topografia, Tecnologia das Construções, Desenho Assistido por Computador, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, Noções de Estruturas, Orçamento.
Goiânia	Língua Portuguesa, Língua Estrangeira – Inglês, Língua Estrangeira- Espanhol, Matemática, Filosofia, Sociologia, Física, Biologia, Química, Geografia, Artes, Desenho Básico, História, Informática Básica, Educação Física, Mecânica dos Solos, Desenho Arquitetônico, Informática Aplicada (cad), Topografia, Tecnologia das Construções, Instalações Elétricas e de Sinais I, Instalações Elétricas e de Sinais II, Noções de Estrutura, Materiais de Construção, Instalações Hidro-sanitárias, Tecnologia das Construções II, Orçamento. (Informações obtidas na página do câmpus, por meio da grade curricular)
Jataí	<b>Núcleo comum:</b> Língua Portuguesa, Língua Estrangeira – Inglês, Artes, Geografia, História, Matemática, Física, Química, Biologia, Filosofia, Sociologia, Educação Física. <b>Núcleo Diversificado:</b> Matemática Aplicada, Física Aplicada, Arte e Processo de Criação, Educação Física, Saúde, Lazer e Trabalho, Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho, Desenho Básico, Introdução a Pesquisa e Inovação, Introdução a Informática, 2ª Língua Estrangeira – Espanhol/ Libras. <b>Núcleo Específico:</b> Materiais de Construção, Mecânica dos Solos, Desenho assistido por computador, Topografia, Tecnologia das Construções, Desenho Arquitetônico, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, Noções de Estruturas, Orçamento.
Luziânia	<b>Núcleo comum:</b> Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Estrangeira – Inglês, Artes, Geografia, História, Matemática, Física, Química, Biologia, Filosofia, Sociologia, Educação Física <b>Núcleo Diversificado:</b> Física Aplicada, Matemática Aplicada, Arte e Processo de Criação, Educação física, Saúde, Lazer e Trabalho, Introdução a Pesquisa e Inovação, Introdução a Informática, 2ª Língua Estrangeira – Espanhol / Libras. <b>Núcleo Específico:</b> Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho, Desenho Básico, Materiais de Construção, Mecânica dos Solos, Topografia, Desenho Arquitetônico, Instalações Hidrossanitárias, Noções de Estruturas, Tecnologia das Construções, Desenho Assistido por Computador, Instalações Elétricas, Orçamento.
Uruaçu	<b>Núcleo comum:</b> Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Estrangeira – Inglês, Artes, Geografia, História, Matemática, Física, Química, Biologia, Filosofia, Sociologia, Educação Física. <b>Núcleo Diversificado:</b> Arte e Processo de Criação, Educação Física, Saúde, Lazer e Trabalho, Higiene e Segurança do Trabalho, Introdução a Pesquisa e Inovação, Introdução a Informática, 2ª Língua Estrangeira – Espanhol, Libras. <b>Núcleo Específico:</b> Desenho Básico, Física Aplicada, Matemática Aplicada, Materiais de Construção, Topografia, Desenho assistido por computador, Instalações Hidro-sanitárias, Mecânica dos Solos, Noções de Estruturas, Tecnologia das Construções, Desenho Arquitetônico, Instalações Elétricas, Orçamento.

**Fonte: PPCs Edificações IFG.**

Conforme consta no Projeto Pedagógico, o Curso Técnico Integrado em Edificações, do Instituto Federal de Goiás, Câmpus Cidade de Goiás, de 2017, visa a formação de profissionais habilitados para trabalhar com monumentos de diferentes categorias, incluindo os prédios históricos.

Verifica-se, então, que há no Projeto Pedagógico reformulado a discussão com elementos do espaço em que o sujeito está inserido. Elementos estes que contribuem para a formação da identidade do egresso, fato descrito na justificativa do curso, ao elucidar que a Cidade de Goiás recebeu o título de Patrimônio Histórico da Humanidade e “Teve tombadas várias edificações históricas e, portanto, carece de profissionais habilitados que tenham



conhecimento para trabalhar com esses monumentos que trazem consigo um valor cultural imenso” (IFG, 2017b, p. 07).

Além disso, o referido projeto objetiva assegurar a formação de profissionais com capacitação técnico-tecnológica para o cumprimento das atividades de conservação e restauro de imóveis, incluindo os de valor histórico e cultural. Para alcançar tal objetivo, além dos conteúdos do núcleo comum e do núcleo técnico, necessários para formação de um técnico em Edificações, o curso oferta projetos integradores orientados, com as disciplinas específicas de “Introdução à Conservação e Restauro, Arquitetura Colonial e Patrimônio Histórico Cultural, que buscam garantir a integração das disciplinas dos núcleos de ensino da formação técnica integrada ao ensino médio” (IFG, 2017b, p. 10).

Há, assim, um fator que diferencia o Projeto Pedagógico do Câmpus Cidade de Goiás dos outros câmpus do IFG, pois o curso relaciona em suas matrizes curriculares disciplinas que remetem às edificações da Cidade de Goiás, de modo que habilita o técnico ao trabalho com temas presentes no cotidiano da cidade. Dessa forma, “o profissional concluinte do curso”, conforme previsto no Projeto Pedagógico, poderá:

Conhecer e aplicar normas de sustentabilidade ambiental, respeitando o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, espaço e história; ter atitude ética no trabalho e no convívio social, compreender os processos de socialização humana em âmbito coletivo e perceber-se como agente social que intervém na realidade; [...]; planejar e conduzir intervenções em edificações de interesse cultural propondo, ações de conservação e restauração<sup>12</sup>, com o uso de tecnologias tradicionais ou modernas; realizar atividades de execução, manutenção e restauro de patrimônio edificado. Aplicar normas, métodos, técnicas e procedimentos, visando à melhoria continuados processos de construção, especialmente no que tange à preservação e conservação de suas características históricas (IFG, 2017b, p. 09).

Pela análise dos objetivos dos cursos, bem como o perfil dos egressos e das matrizes curriculares, pode-se perceber que a formação dos cursos de Edificações do IFG estão alicerçadas nas bases de preparação do aluno para o mundo do trabalho, pois, além das disciplinas que englobam o núcleo comum e que são ofertadas para os estudantes do Ensino Médio, há as disciplinas do núcleo diversificado e específico, que darão os subsídios necessários para aturem como técnico em edificações. Contudo, é preciso que a formação vá

---

<sup>12</sup> Restauração ou Restauro - conjunto de operações destinadas a restabelecer a unidade da edificação, relativa à concepção original ou de intervenções significativas na sua história. O restauro deve ser baseado em análises e levantamentos inquestionáveis e a execução permitir a distinção entre o original e a intervenção. A restauração constitui o tipo de conservação que requer o maior número de ações especializadas (GOMIDE; DA SILVA; BRAGA, 2005, p. 14).

além da técnica, de modo que ocorra uma formação integral, com saberes que vão além das construções.

Nesse contexto, compreende-se como essencial a atenção com a formação integral do estudante, fato importante para conhecer e estudar o lugar em que se está inserido, uma vez que, além do reconhecimento externo como Patrimônio da Humanidade, os próprios moradores devem ter a consciência sobre a história da cidade, fator que constitui em elemento essencial para proteção dos seus referenciais de memória.

Buscando a proteção dessa memória coletiva, garantindo o cumprimento de leis que remetem à salvaguarda dos bens, uma das alternativas é o trabalho contínuo sobre a educação patrimonial com toda a população, a fim de que esta conheça sua história a partir do patrimônio histórico tombado, preservado e conservado e das memórias “subterrâneas” que vêm emergindo e trazendo à tona os referenciais de cultura. De tal modo, é possível que se reconstrua/reelabore a memória a partir do presente vivenciado e experienciado, uma vez que é inefetiva qualquer ação que vise despertar o interesse da população na preservação do patrimônio material e imaterial, mas que não reconheça sua importância.

### *1.3.2 A formação integral do técnico em Edificações por meio do trabalho com Patrimônio Cultural*

A formação integral do educando é alcançada não somente por meio de uma formação técnica, com preceitos necessários ao mundo do trabalho, mas também por uma formação na qual o educando conheça a história do local em que vive, de forma crítica, podendo contribuir para o desenvolvimento histórico social de sua comunidade.

Por meio da análise documental realizada nos PPCs dos Cursos Técnico Integrados em Edificações do Instituto Federal de Goiás, identificou-se que o Câmpus Cidade de Goiás é o único dentre eles que traz em sua matriz a discussão envolvendo o patrimônio histórico, cuja inserção foi feita no PPC reformulado, em 2017, que aponta questões envolvendo o lugar em que o sujeito está inserido, posto que:

A Cidade de Goiás, que em dezembro de 2001 recebeu o título de Patrimônio Histórico da Humanidade, teve tombadas várias edificações históricas e, portanto, carece de profissionais habilitados que tenham conhecimento para trabalhar com esses monumentos que trazem consigo um valor cultural imenso. Dessa forma o curso de edificações ofertado pelo Câmpus Cidade de Goiás apresenta em sua matriz curricular disciplinas voltadas para a área de conservação e restauro além das disciplinas que já fazem parte da formação técnica de um profissional da área de edificações (IFG, 2017b, p. 08).

Tais disciplinas são apresentadas no Projeto Pedagógico, por meio de Projetos Integradores, que decorrem da “Necessidade de integração dos conteúdos ministrados com as particularidades da região da Cidade de Goiás além de garantir uma integração multidisciplinar dos núcleos de ensino da formação técnica integrada ao ensino médio” (IFG, 2017b, p. 26). As disciplinas específicas: Introdução a Conservação e Restauro, Arquitetura Colonial e Patrimônio Histórico Cultural são as basilares desse projeto. Nelas, todo o processo de ministração, acompanhamento e avaliação é realizado pelo docente responsável por essas disciplinas, as demais disciplinas formam o conjunto confluyente de conceitos para a produção de um produto final.

Os docentes das disciplinas envolvidas no projeto PIO são tutores não presenciais (IFG, 2017b). O Quadro 6 traz as disciplinas basilares para o trabalho com Patrimônio Cultural:

**Quadro 6 - Ementa das disciplinas do Curso de Edificações - Cidade de Goiás, PPC de 2017**

ARQUITETURA COLONIAL	PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL	INTRODUÇÃO A CONSERVAÇÃO E RESTAURO	SISTEMAS CONSTRUTIVOS DE EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS	PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
O projeto integrador orientado II propõe um estudo do processo de urbanização relacionando produção, tecnologia, ciência e meio ambiente, com as técnicas construtivas empregadas ao longo da história no Brasil, desde o período colonial, passando pela influência da cultura indígena, africana, portuguesa até as avançadas técnicas aplicadas nas modernas edificações. (PPC Edificações 2017, p. 87)	Indica um levantamento das ações, sejam elas químicas, físicas, biológicas ou falhas de execução da técnica construtiva adotada, que provocam manifestações patológicas nas construções, diminuindo o valor patrimonial do bem construído.  (PPC Edificações 2017, p. 88-89).	Definição e diferenciação dos conceitos de conservação e restauro em bens culturais móveis, edifícios ou conjuntos históricos. Estudo crítico e reflexivo dos aspectos históricos evolutivos atrelados à conservação e restauração. Conhecimento dos teóricos e suas teorias referentes à conservação e restauro. Análise dos documentos normativos que tratam da temática conservação e restauro, denominados Cartas Patrimoniais. Patologias do patrimônio cultural edificado. Técnicas de conservação e restauração. (PPC Edificações 2017, p. 94)	As técnicas construtivas do período colonial. Patologias de edificações históricas e técnicas de restauração. Integralizar com a ementa do Projeto Integrador (PIO II), Arquitetura Colonial. (PPC Edificações 2017, p. 101)	Conceituação e emprego dos principais instrumentos usados para a preservação do patrimônio cultural. Patrimônio: apropriação e conservação de bens imóveis. Como e por que preservar? O que é memória? O que são bens culturais? O que é significado cultural. O que é patrimônio? O que é patrimônio cultural? O que é patrimônio tangível e intangível? O que é patrimônio natural e edificado? Qual o significado de preservação. Por que preservar. O que é preservar. O que é tombamento. Por que o nome tombamento. Preservar é o mesmo que tomar. Quando o tombamento de bens históricos começou no Brasil. Dimensão teórica e prática entre o Patrimônio Vila boense, Goiano e Brasileiro. (PPC Edificações 2017, p.106)

Fonte: PPC de Edificações Câmpus Cidade de Goiás – 2017.

Destaca-se que a localização do Câmpus Cidade de Goiás, em uma cidade histórica, é um dos fatores que refletem a necessidade da formação de um profissional com saberes sobre patrimônio cultural, porém, tais conteúdos não devem se restringir ao câmpus situado numa cidade histórica, como o da Cidade de Goiás. Em todos os cursos, é preciso que o aluno conheça a história do local em que está inserido, cumprindo os preceitos elencados no Art. 26 da LDB (Lei nº 9394/1996), trazendo para a sala de aula as discussões referentes às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Todavia, os trabalhos envolvendo a elaboração e reformulação dos PPCs devem primar pela reflexão sobre a formação integral do educando, não sendo privilegiado “Um conhecimento em detrimento do outro, mas, integrando-os para que o estudante tenha condições de exercer atividades no mundo do trabalho e seus demais papéis sociais de maneira ética” (ANDRADE, 2019, p. 63). Dessa forma, devem ser contemplados também os conhecimentos sobre o local em que se está inserido, fundamentais para o trabalho relacionado à memória e à construção de identidades.

A ausência do tema patrimônio e educação patrimonial nos projetos pedagógicos podem refletir na formação dos alunos, que não terão a oportunidade de discutir temas atrelados à memória e cultura em sua formação. Todavia, tais lacunas podem ser repensadas no momento de reformulação dos projetos pedagógicos, de forma que contemple não apenas a formação técnica do educando, como também uma formação para o patrimônio, na qual o aluno conheça o espaço em que vive, assim como os elementos da memória, podendo se apropriar deles.

Avançando na análise, é possível afirmar que uma proposta educacional realmente comprometida com a formação integral deve ter a educação patrimonial como um de seus pressupostos, já que possibilitará aos estudantes uma formação crítica em relação ao patrimônio.

## **2 O PATRIMÔNIO CULTURAL POR MEIO DO OLHAR DOS EGRESSOS E DOCENTES DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM EDIFICAÇÕES DO CÂMPUS CIDADE DE GOIÁS**

Neste item do relatório, serão discutidos os resultados da análise dos Projetos Pedagógicos do Curso de Edificações, do Instituto Federal de Goiás, no tocante à discussão das matrizes curriculares envolvendo o tema Patrimônio Cultural. Além da análise documental, será apresentado o resultado dos questionários realizados com egressos e docentes do curso de Edificações do Câmpus Cidade de Goiás, elaborados para analisar como tem sido trabalhada as questões referentes à temática envolvendo o patrimônio.

### **2.1 O Patrimônio Cultural nos Projetos Pedagógicos do Curso de Edificações do Câmpus Cidade de Goiás: a reformulação por meio do olhar dos docentes**

O Câmpus Cidade de Goiás do Instituto Federal de Goiás iniciou seu funcionamento nas instalações do prédio do Quartel do XX, localizado no centro histórico da Cidade de Goiás. Dessa forma, desde a sua implantação, já havia dentro do Instituto o contato com o patrimônio cultural, uma vez que os alunos estudavam em um prédio histórico e conviviam diariamente com elementos da cultura material, edificada, da cidade.

Como visto, as discussões envolvendo o patrimônio não estavam presentes na primeira Matriz Curricular do Câmpus Cidade de Goiás, prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Edificações, de 2014, mas foram inseridas após a reformulação, que culminou no Projeto Pedagógico de 2017, o que resultou na inserção da temática do Patrimônio Cultural no Câmpus Cidade de Goiás, fator que o distingue de outros câmpus.

Para compreender o processo de reformulação do PPC, foi consultada parte da equipe docente. Foram aplicados questionários via *Google forms*, uma vez que a pandemia e o isolamento social inviabilizaram as entrevistas presenciais, com alguns professores, totalizando nove docentes, sendo que, destes, quatro participaram do processo de reformulação do PPC. Os questionários estão anexados ao final da pesquisa.

O questionário para os profissionais do curso de edificações foi dividido em três etapas. Na primeira, foram consultados dados dos informantes, como naturalidade, formação, área de atuação e tempo de vínculo com o Instituto Federal de Goiás – Câmpus Cidade de Goiás. Na segunda etapa, foi consultada a participação no Projeto Pedagógico do Curso de Edificações e, por fim, perguntou-se sobre a Educação Patrimonial e o PPC do Curso de Edificações.

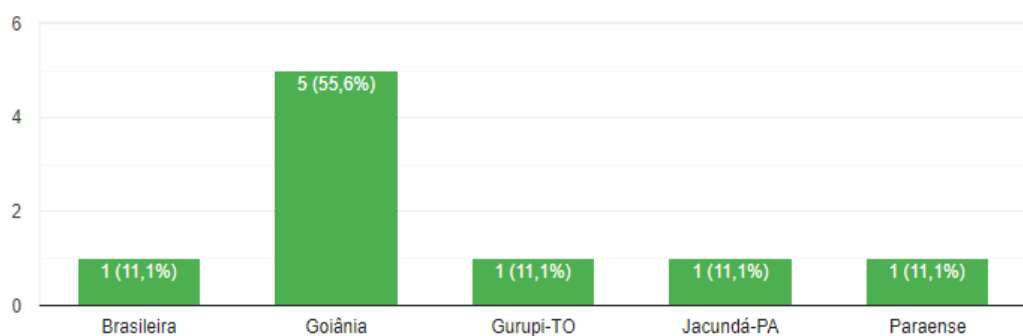
Parte da equipe profissional do referido curso tem formação técnica na área de Engenharia e Arquitetura, além dos docentes que atuam em disciplinas que compõem o núcleo comum a todos os cursos, como Português, Geografia, História, Educação Física, Inglês, dentre outras. Buscou-se, por meio do questionário, analisar o trabalho com a Educação Patrimonial na perspectiva dos docentes.

A equipe de docentes que participou da reformulação do Projeto Pedagógico do curso de Edificações do Câmpus Cidade de Goiás era formada por um docente de Geografia, um docente de História, dois docentes formados em Engenharia Civil e um docente formado em Arquitetura e Urbanismo. (Um dos docentes, por atuar como substituto, não respondeu ao questionário desta pesquisa).

O questionário foi enviado para todos os professores que lecionam no curso de Edificações e foi respondido por docentes da área de Engenharia civil (três professores); da área de Letras - Português/Inglês (três professores); área de Geografia (um professor); área de Educação e Educação Física (um professor) e da área de Arquitetura e Urbanismo (um professor).

Sobre a naturalidade dos docentes, dos nove professores consultados, cinco residem na Cidade de Goiás. Destes, um é natural do estado do Tocantins e dois são do estado do Pará, conforme Gráfico 1:

**Gráfico 1- Naturalidade dos docentes do Câmpus Cidade de Goiás**

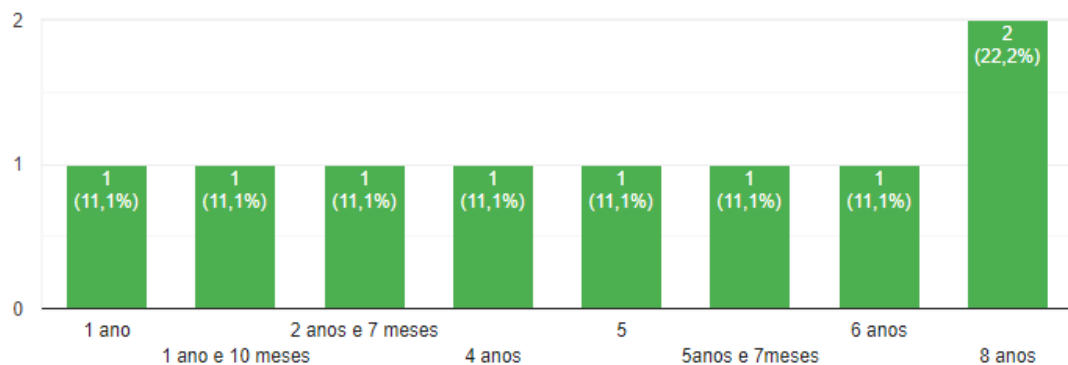


**Fonte: Elaborado pela autora, 2021.**

A naturalidade informada pelos professores também constitui-se em um tema importante para o trabalho envolvendo o Patrimônio Cultural, tendo em vista que pode ser feito, em sala de aula, um trabalho de discussão envolvendo os lugares e seus referenciais de memória, trazendo elementos da memória afetiva dos docentes que são essenciais para o processo de formação das identidades.

O tempo de vínculo com o Câmpus Cidade de Goiás também foi questionado aos professores. Conforme Gráfico 2, há docentes que trabalham no Câmpus num intervalo de um a oito anos, sendo que os mais antigos contribuíram no processo de implantação do câmpus, iniciado em 2012, conhecendo a realidade local. Há também os docentes que ingressaram recentemente, com a matriz reformulada, na qual a temática envolvendo o Patrimônio faz parte dos trabalhos no curso.

**Gráfico 2 - Tempo de vínculo no IFG – Câmpus Cidade de Goiás**



**Fonte: Elaborado pela autora, 2021.**

Ao serem questionados sobre a participação com contribuições para a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Edificações foram apontadas no tocante ao “Desenvolvimento da matriz curricular, ementas de diversas disciplinas e projetos integradores, elaboração do projeto de estágio supervisionado.” (Professor 2) e também “Ajudando a descrever o todo o projeto do curso” (Professor 4).

O tema sobre Educação Patrimonial também esteve presente no questionário, apontado pelos informantes como “O processo de ensino pelo qual se apresenta valores da cultura local, no caso de edificações está ligada ao valor histórico/cultural das construções da Cidade de Goiás” (Professor 1).

O Professor 2 compreende o tema como “Um processo de conscientização das pessoas sobre o patrimônio histórico e cultural de uma determinada região”. Ao passo que o Professor 3 afirma que a temática aborda “Os patrimônios material e imaterial, tratando-os como elementos essenciais ao resgate e à continuação de uma cultura, de identidades e memórias de um povo”. Além disso, o Professor 3 menciona ainda que “Ela é responsável por esclarecer quais os bens pertencem à nossa tradição, como devemos zelar por eles e dar continuidade”. Nessa perspectiva, entendem que a Educação Patrimonial corresponde a:

Uma área do conhecimento que possibilita compreender a importância da herança cultural através das rugosidades do tempo e a materialidade e imaterialidade presente na cidade. O processo educativo resgata as marcas do tempo, a construção das narrativas acerca do patrimônio, mas também deve-se pensar no que está à margem das áreas de tombamento e as questões acerca da apropriação do patrimônio (PROFESSOR 4).

Pelos relatos dos informantes, pode ser identificado que há conhecimento sobre os elementos que compõem a história do lugar e que devem ser analisados observando as relações sociais presentes no campo do patrimônio. Relações estas que podem ser visualizadas na Cidade de Goiás, local em que são percebidas as diferenças econômicas do centro histórico em relação aos bairros periféricos, como lembrado pelo Professor 5, ao ser questionado sobre a Educação Patrimonial:

Ao meu ver trata-se de estudar a importância histórica, social e política da produção cultural, seja ela material ou imaterial, para a sociedade em um território específico ou mais abrangente. Significa também levantar questões, contradições e problemáticas acerca da compreensão de patrimônio nas relações de classes. Isto é, o que é considerado patrimônio e aquilo que deveria ser mas é invisibilizado por conta das relações sociais e de conflito de interesses, se desdobrando na construção da identidade e da história das pessoas que se constituem nessa relação com determinado patrimônio (PROFESSOR 5).

A construção da identidade torna-se, assim, um dos elementos a ser trabalhado na educação para o patrimônio, fato trazido pelo Professor 6, que ao ser questionado sobre a Educação Patrimonial, diz que sua importância está em “Fazer com que os alunos conheçam a história do lugar, desde do início até os dias atuais. Enfatizando a importância do cuidar pra não perdemos a memória do que foi, como é e como será”. Para o Professor 7, se trata de “uma educação voltada para a compreensão do que é o patrimônio e que valoriza sua conservação”.

Seguindo esses preceitos, o Professor 8 diz que entende a educação patrimonial como “Um processo educacional que se volta para o Patrimônio cultural como fonte de (re)conhecimento social, histórico e cultural de uma comunidade e de seus sujeitos”. Da mesma maneira, o Professor 9 a conceitua como “conhecimento a respeito do patrimônio de uma cidade ou região, no que tange a cultura, história, etc.”.

Os professores foram questionados do porquê se optou em inserir a disciplina Patrimônio Histórico Cultural no Projeto Pedagógico do Curso de Edificações, de 2017, tendo em vista que a Matriz de 2014 não previa o tema de Patrimônio Cultural. Conforme o Professor 1, que participou da equipe de reformulação do Projeto Pedagógico, “A Cidade de Goiás tem diversas edificações tombadas como patrimônio e conhecer seu valor histórico, artístico e cultural é de extrema importância para a manutenção”. E segundo o Professor 2, “A gestão do



IFG na época solicitou que vinculássemos o curso a aspectos históricos e culturais condizentes com a cidade de Goiás”. Destaca-se ainda que o:

Curso de edificações tem muitas disciplinas técnicas. Neste sentido, é fundamental articular o curso de edificações conectado com a realidade da cidade de Goiás, uma cidade que faz jus ao título de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Apesar de parecer óbvio muitos estudantes não conhecem as principais edificações e o peso dessas edificações na área tombada pelo IPHAN e pela UNESCO (PROFESSOR 4).

A inserção do tema envolvendo o patrimônio cultural, como aponta o Professor 7, “Foi um entendimento do grupo de professores que o curso de edificações dialogaria mais com a cidade de Goiás se fosse oferecido aos estudantes a disciplina Patrimônio histórico cultural”. Fato relacionado com o apontamento do Professor 5, que ingressou no Câmpus Cidade de Goiás após a reformulação do Projeto Pedagógico, porém, ao ser questionado sobre a inclusão do tema patrimônio na matriz curricular diz que:

[...] acredito que seja pela necessidade de desenvolver uma visão de mundo mais ampla por parte dos egressos de um curso como o de Edificações no qual, historicamente, as disciplinas e conteúdos considerados relevantes, são de caráter técnico, localizado no campo da ciência positivista, ignorando a construção civil enquanto um produto social, histórico e cultural, resultado de um acúmulo científico e cultural da sociedade. Assim, uma disciplina que aborda o patrimônio (numa perspectiva crítica) pode levantar questões do papel do Técnico em Edificações na sociedade enquanto sujeito social e da função exercida pelo seu trabalho ao longo da história humana, rompendo com a perspectiva hegemônica de construção considerando-a apenas pela ótica de um produto comercializável dentro da lógica do mercado (PROFESSOR 5).

Fato também mencionado pelo Professor 8, cujo ingresso no Instituto foi posterior à inserção da disciplina de Patrimônio, que acredita que:

[...] em consonância com o trabalho que procuramos desenvolver no IFG, a criação da disciplina tenha relação tanto com a aproximação e a valorização da comunidade atendida pelo câmpus, localizado em uma cidade histórica, reconhecida como patrimônio da humanidade pela UNESCO, quanto com a qualidade da formação profissional oferecida a nossos estudantes (PROFESSOR 8).

Nesse sentido, a inserção da disciplina de Patrimônio Histórico na matriz curricular do Curso de Edificações, após a reformulação, esteve atrelada aos interesses do Câmpus, que está localizado numa cidade tombada como patrimônio histórico, fato trazido pelo Professor 3, que não participou da equipe de reformulação, mas relaciona a inserção da referida disciplina no Projeto Pedagógico:

[...] pelo Câmpus estar inserido em uma cidade histórica, com manifestações culturais em seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, em especial, pela arquitetura, é que há o direcionamento do curso para uma análise, percepção e estudo do Patrimônio Histórico Cultural (PROFESSOR 3).

Percebe-se, então, que o local de inserção do Câmpus, a Cidade de Goiás, foi fator fundamental para a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Edificações, inserindo nele as discussões voltadas para o Patrimônio Histórico, cujos elementos da cultura material serão estudados pelos alunos, futuros técnicos em edificações.

Tais alunos, além de conhecimentos sobre a estrutura física-predial dos monumentos, precisam conhecer a história do local, presente também na memória e nos costumes, que podem ser percebidos além daquilo que foi tombado. A história, memória e costumes estão presentes também nos bairros distantes do centro histórico, locais que correspondem aos espaços de vivências dos educandos.

Conforme o Professor 1, é “Importante para formar além de profissionais que conheçam as construções em que podem atuar nos processos de restauro e manutenção, desenvolver o conhecimento cultural e o valor que essas construções representam para a comunidade local”. Fato confirmado também pelo Professor 2, ao afirmar que “é importante estudar o patrimônio para que os estudantes possam valorizar, compreender e ajudar na conservação do patrimônio arquitetônico e histórico da cidade de Goiás”. E pelo Professor 3, ao mencionar que “permite conhecer as memórias da cidade e sua evolução”.

Vale ressaltar que a maioria dos alunos, mesmo sendo moradores da Cidade de Goiás, não conhecem parte do patrimônio material, bem como os motivos que culminaram no título de Patrimônio Histórico. Tal fato foi lembrado pelo Professor 4, ao trazer o apontamento de que “Muitos de nossos discentes não compreendem o que é um patrimônio histórico, mesmo estando inseridos em uma cidade reconhecida como tal. Nosso papel é despertá-los para atitudes críticas e reflexivas diante do que é o nosso patrimônio histórico e cultural”, cujo “despertar” poderá contribuir para preservação dos elementos que representam o patrimônio cultural, para que as gerações futuras possam conhecê-lo. Como aponta também o Professor 6:

De maneira geral, acredito que o estudo do patrimônio cultural seja importante para todos os cidadãos, pois oportuniza uma espécie de letramento cultural. Este estudo possibilita, estimula e instrumentaliza as pessoas a conhecerem, valorizarem e cuidarem mais de suas comunidades, quaisquer que sejam. Em uma cidade reconhecida como patrimônio da humanidade tudo isso ganha mais importância ainda. Além disso, quanto à formação técnica, esse estudo vem atender a uma relevante demanda da cidade ao habilitar profissionais com formação adicional específica para o trabalho no contexto local (PROFESSOR 6).

Todavia, patrimônios não compreendem apenas o bem físico, devendo envolver os aspectos culturais, que podem ser percebidos na Cidade de Goiás seja nas manifestações culturais, seja na memória do povo do lugar, guardiões de histórias que nem sempre são contadas pela política do patrimônio. Tal fato foi apresentado pelo Professor 5:

Muitas vezes nos direcionamos ao patrimônio numa perspectiva de "preservar" algo, no sentido de manter intacto e congelado no tempo. Ao meu ver, incorremos no risco de manter cristalizadas determinadas relações e estereótipos sociais que, no Brasil, muitas vezes são representadas pela figura do negro, do indígena, da mulher, do trabalhador rural, dentre outros. Essa cristalização da história muitas vezes reforça padrões culturais e de comportamento. Nesse sentido, o patrimônio acaba sendo usado como elemento que reforça a opressão e o lado da história daqueles que nos oprimem. A Cidade de Goiás, por exemplo, enquanto Patrimônio Mundial, deve trazer à tona não esse saudosismo de um tempo histórico que não volta mais, não se deve apenas enaltecer as construções prediais históricas pela sua magnitude. Existe aqui um potencial já em desenvolvimento por alguns coletivos de ampliar a discussão de patrimônio e colocar em cena discussões, por exemplo, acerca do processo de escravidão e exploração para a estruturação dessa cidade, de dar visibilidade à Comunidade Quilombola existente nessa cidade, mas que pouco se fala, de trazer à tona a cultura coronelista em contraste aos assentamentos conquistados. Por fim, o que quero dizer é que a preservação de determinado Patrimônio não nos deve servir somente para mera contemplação sentimentalista, mas para a formação crítica daquilo que ficou da nossa história (PROFESSOR 5).

Conforme relato do Professor 5, há a necessidade de se trabalhar com patrimônio além daqueles que foram institucionalizados, para que o aluno se sinta pertencente ao local em que vive, seja no patrimônio material, como no imaterial, como apontado também pelo Professor 8, ao afirmar que:

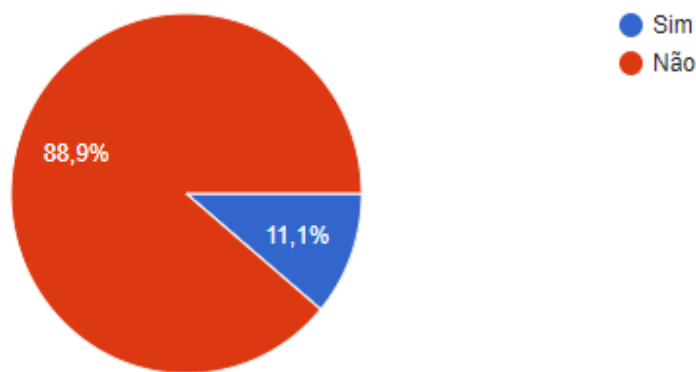
Além da formação geral como técnico em edificações, o conhecimento sobre patrimônio histórico e cultural e sobre memória assim como sua habilitação legal conferem ao profissional formado no curso um perfil diferenciado, desenvolvendo sua consciência crítica e competência técnica específica para atuar na área de conservação e restauro de bens culturais, uma área de grande importância social em sua comunidade (PROFESSOR 8).

Portanto, pode-se afirmar que o conhecimento sobre patrimônio histórico cultural e memória agrega no perfil profissional e nas possibilidades de atuação do egresso, como apontado pelo Professor 3, ao afirmar que a discussão sobre o tema em sala de aula “Possibilita uma visão mais aprofundada do tema, compreendendo que somos fazedores de cultura e que todas as formas devem ser respeitadas e valorizadas, não havendo uma hierarquização do que é melhor ou pior”. Assim, é necessário compreender que todos os elementos que compõem a cultura e a memória devem ser preservados, pois são essenciais para a construção de identidades.

### 2.1.1 Integração curricular como metodologia para o trabalho com a Educação Patrimonial

O trabalho envolvendo a temática do Patrimônio Cultural, no Câmpus Cidade de Goiás, é realizado por meio dos Projetos Integradores, cujas disciplinas são ministradas por professores com formação técnica para edificações, como os arquitetos e engenheiros. Como pode ser visto Gráfico 3, o quantitativo dos docentes que ministra ou ministrou a disciplina Patrimônio Histórico Cultural é pequeno ao ser comparado à totalidade dos professores. Todavia, o estudo envolvendo a referida temática pode ser realizada de forma interdisciplinar, não só com as disciplinas dos projetos integradores, como também nas outras disciplinas.

**Gráfico 3 - Docentes que ministram ou ministraram a disciplina Patrimônio Histórico Cultural**



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O trabalho envolvendo elementos da cultura local e elementos que constituem a memória, seja por meio do patrimônio imaterial ou material, torna-se um desafio para os professores que não receberam uma “formação para o patrimônio”. Diante disso, os participantes foram questionados se lecionar no curso de Edificações, que tem como eixo a Educação Patrimonial, modificou sua visão sobre a área de Edificações, área esta que não se restringe ao campo da atual construção civil e suas tecnologias das construções, mas que também engloba o trabalho com as construções históricas, como as presentes na Cidade de Goiás.

Conforme apresentado pelo Professor 1, o trabalho envolvendo a temática do Patrimônio é “Um desafio desenvolver os conhecimentos da área de patrimônio uma vez que minha formação não abrange essa parte, mas pela necessidade que os projetos integradores impõem pude entender e conhecer melhor essa área da construção civil”. Contribuições também

apontadas pelo Professor 9, que diz “Hoje tenho uma visão mais ampla sobre patrimônio histórico e os tipos de construções históricas.” O Professor 3 aponta um aspecto que diferencia o Câmpus Cidade de Goiás dos outros câmpus, uma vez que, segundo ele:

O curso de Edificações do campus Cidade de Goiás tem um diferencial dos outros campi do IFG por, justamente, trazer esse componente ao seu Projeto Pedagógico. É extremamente relevante ativar o conhecimento para apropriação e valorização de nossas heranças culturais (PROFESSOR 3).

O Professor 4 trouxe seu relato sobre o início dos trabalhos como docente no Câmpus Cidade de Goiás:

Ainda quando o Câmpus Cidade de Goiás utilizava as instalações do Antigo Quartel do XX não dava para passar despercebido. Um prédio que foi quartel, hospital, hotel, IFG e agora abriga parte das secretarias da Prefeitura Municipal evidencia a dinâmica presente no patrimônio. Para além da dinâmica na/da cidade através da leitura da paisagem. Há contradições reais e vivenciadas não só pelos moradores da cidade de Goiás, como os "forasteiros". Após 8 anos morando na cidade ainda me pego admirando a beleza paisagística, mesmo sabendo o peso do processo de escravização dos indígenas e negros. Que essa cidade carrega marcas de sangue, sofrimento e mortes. Ainda tem lugares que me causa estranhamento, dor e ânsia de vômito (a parte de baixo) do Museu das Bandeiras, a praça do Manchorra. As experiências que tive como professor do Curso EJA Conservação e Restauro através dos relatos dos estudantes com mais de 50 anos mostraram uma divisão que foi ampliando ao longo do tempo. A divisão Patrimônio x Goiás. Nesta perspectiva, entender a dialética dos moradores e da apropriação deste patrimônio por uma parcela da população é algo interessante. O patrimônio é de quem? (PROFESSOR 4).

Como apresentado pelo Professor 4, o patrimônio ainda não foi apropriado em sua totalidade pelos moradores da Cidade, que não se identificam com os referenciais “tombados” como patrimônio histórico, por não representar sua realidade. Destaca-se, portanto, que patrimônio não é composto apenas de monumentos, como também de manifestações culturais e de pessoas, que guardam em suas memórias importantes elementos da construção da sociedade, referenciais estes que contribuem para a formação da identidade do povo com o lugar em que se vive.

Conforme o Professor 7, “A educação patrimonial mostra a importância de conservar o patrimônio arquitetônico e histórico das cidades históricas”, fato que pode ser trabalhado com disciplinas do núcleo específico, da área de Edificações, como aponta o Professor 5, ao dizer que “A área da Engenharia é um lugar possível de disputa de projeto de sociedade e a educação patrimonial pode ser uma área de conhecimento mediadora dessas discussões”.

Todavia, como mencionado, o patrimônio vai além das construções. Dessa forma, a reformulação no Projeto Pedagógico do Curso de Edificações também colaborou para a

capacitação dos professores, que tiveram que buscar conhecimentos acerca do tema, visando contribuir para a formação dos alunos, mostrando que:

[...] é necessário um contínuo processo de estudo dos conteúdos específicos e de diálogo com os colegas de outras disciplinas, com vistas a conseguir efetivamente desenvolver o trabalho multidisciplinar e articulado com a realidade local, conforme proposto no PPC do curso. Como consequência, percebo uma ampliação tanto de meu conhecimento quanto de minha própria visão e consciência crítica com relação aos conteúdos mais gerais da área de Edificações e mais específicos da formação adicional em conservação e restauro (PROFESSOR 8).

A oferta do curso na Cidade tem, dessa maneira, grande relevância para a comunidade como um todo, pois permite que os estudantes adquiram consciência crítica quanto à preservação do patrimônio e também possibilita a eles um “laboratório a céu aberto”, o centro histórico, que é referência para a memória e identidade do povo goiano. Assim, os alunos, além de estudar os elementos de “pedra e cal” que compõem os monumentos, poderão perceber, a partir das visualidades e das histórias presentes, parte da memória da comunidade local que se mantém viva no tempo presente, contribuindo para a construção de identidades.

Os relatos dos profissionais do curso de Edificações apontam os caminhos percorridos para o trabalho com a Educação Patrimonial, conteúdo que não fazia parte do cotidiano de alguns docentes, mas que foi inserido na matriz curricular, promovendo o aprendizado da equipe. Esse aprendizado também pode ocorrer em sala de aula, a partir da prática, em especial na Cidade de Goiás, que se torna campo aberto para práticas envolvendo o estudo do patrimônio, material e imaterial, inclusive através de visitas e vivências para situar o aluno ao local em que ele está inserido, contribuindo para a efetivação do sentimento de pertencimento, necessário para a proteção dos bens culturais.

## **2.2 O Patrimônio Cultural por meio dos técnicos em edificações: análise do questionário com egressos do curso do Câmpus Cidade de Goiás**

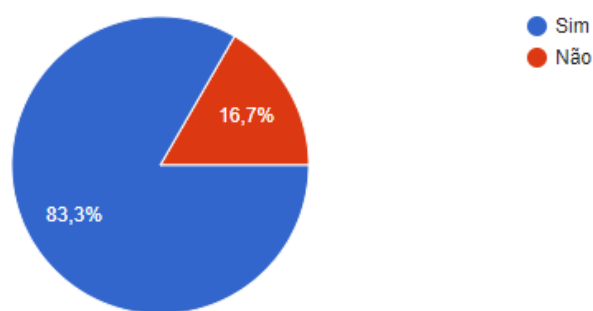
Para compreender como o tema patrimônio esteve presente na vida dos egressos do Curso Técnico Integrado em Edificações, foi realizado um questionário que além de buscar informações sobre a trajetória pessoal dos estudantes, como idade, naturalidade e cidade em que mora, buscou investigar como foi trabalhada a Educação Patrimonial antes de ingressar no curso de Edificações e durante o curso, além de informações sobre Patrimônio Cultural, memória e uso de tecnologias na educação.

Os egressos consultados têm a faixa etária entre 18 e 23 anos e responderam aos questionários enviados por celular, via aplicativo *WhatsApp*, antecidos por uma consulta sobre a disponibilidade de participar da pesquisa.

O questionário para os egressos foi intitulado “O Patrimônio Cultural no Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado Edificações no IFG – Câmpus Cidade de Goiás” e foi dividido em três seções. Na primeira, continha a explicação sobre o objetivo da pesquisa e solicitava a autorização dos mesmos para participar. Na segunda seção, foi solicitado dados pessoais, como nome, idade, endereço e em qual ano ingressou no Curso. A última seção, “A Educação Patrimonial no Curso de Edificações”, apresentou questões subjetivas.

Na primeira seção do questionário, os participantes foram indagados sobre sua trajetória de vida, a idade, naturalidade, se morador da cidade e qual bairro, qual ano ingressou no Curso Técnico Integrado em Edificações do Instituto Federal de Goiás - Câmpus Cidade de Goiás. A Figura 15 apresenta o gráfico dos egressos naturais da Cidade de Goiás e os que não são. Alguns egressos, que não são naturais da cidade, afirmaram que moraram em Goiás durante 4, 5 ou 6 anos e outros mencionaram que sempre moraram na cidade, o que remete ao fato dos participantes conhecerem a cidade, seja através das edificações como também por meio das manifestações culturais, sendo as institucionalizadas como referenciais de memória coletiva como também as que fazem parte da memória afetiva da população.

**Gráfico 4 - Gráfico dos egressos que moram na cidade de Goiás**

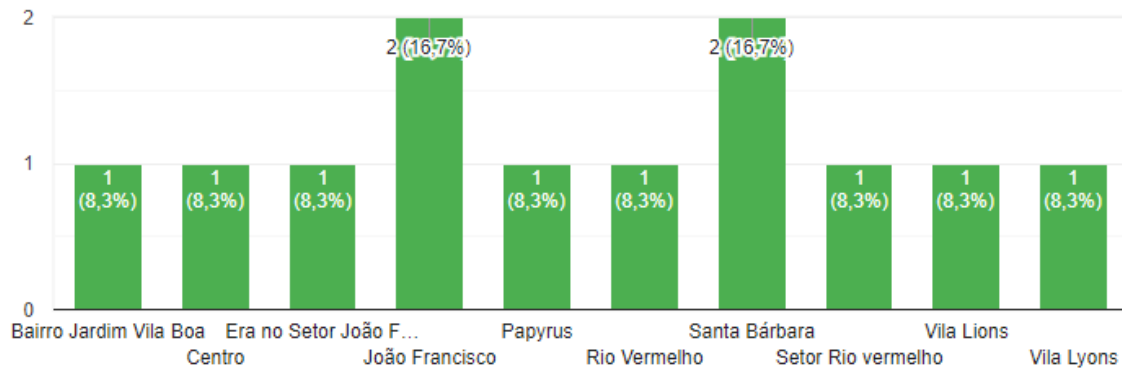


**Fonte: Elaborado pela autora, 2020.**

Conforme o Gráfico 4 construído a partir das respostas ao questionário, 16,7% dos egressos consultados não são moradores da Cidade de Goiás e 83,3% são moradores. Parte dos bairros mencionados pelos egressos corresponde a regiões do “entorno” do centro histórico, locais distantes dos patrimônios materiais tombados pela UNESCO, a citar os bairros: Vila

Lyons, Santa Bárbara, Jardim Vila Boa, Setor João Francisco, Papyrus, Rio Vermelho, conforme o Gráfico 5:

**Gráfico 5 - Bairros da Cidade de Goiás apontados pelos egressos**

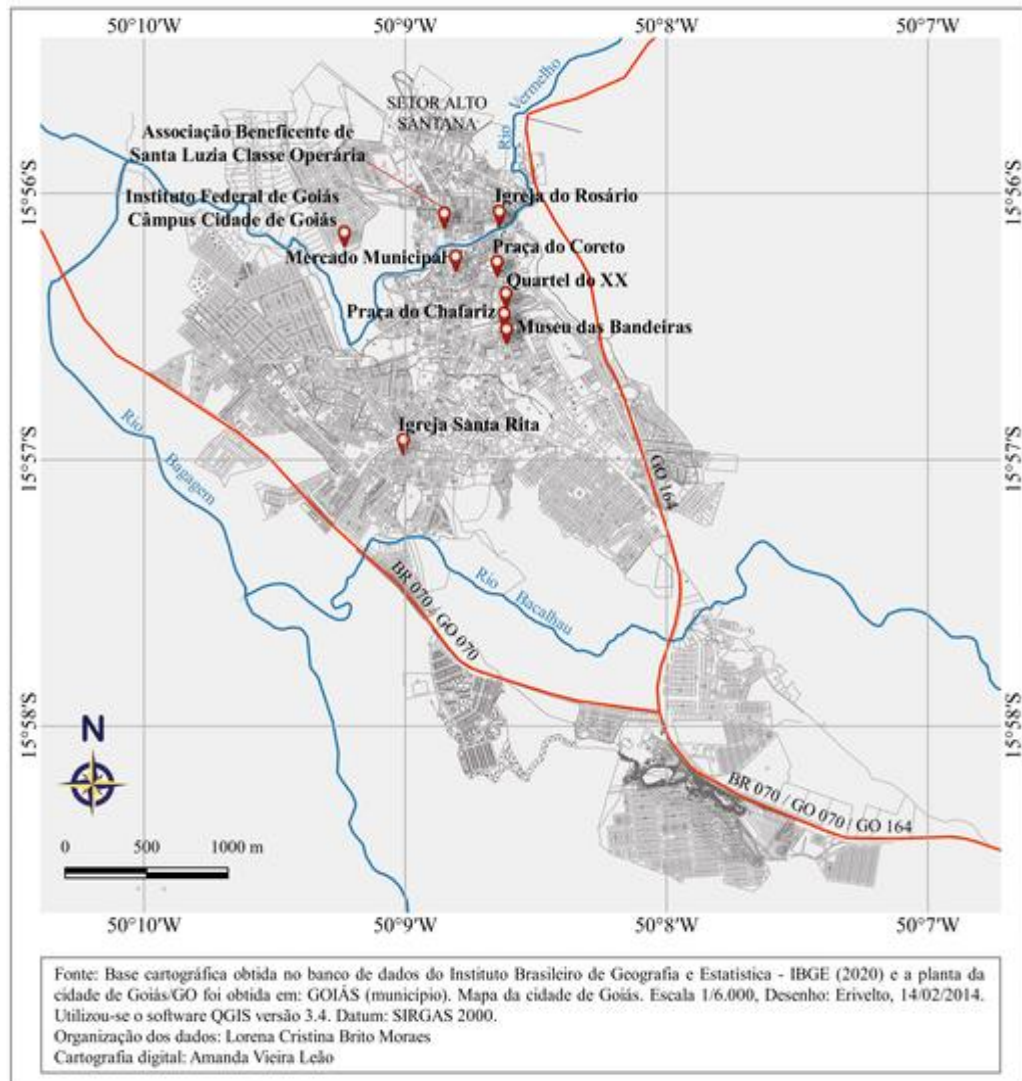


**Fonte: Elaborado pela autora, 2020.**

Vale destacar que o setor Vila Lyons é bairro vizinho de onde hoje está instalado o prédio do Instituto Federal de Goiás, no Setor Bauman. Já o Setor Santa Bárbara, local em que há o “Quilombo do Alto Santana”, que mesmo não tendo sido tombado como patrimônio histórico da humanidade, corresponde a um importante “lugar da memória” da comunidade remanescente de quilombo. Tais bairros podem ser visualizados no mapa da Cidade de Goiás, conforme Figura 12, que traz o mapa do município de Goiás, com a delimitação da região central, tombada como patrimônio histórico e os bairros periféricos não tombados.



**Figura 12 - Mapa do Município de Goiás**



**Fonte: Dados IBGE, 2020. Elaborado pela autora e Amanda Vieira Leão.**

Destaca-se que o quilombo Alto Santana está localizado na zona urbana da Cidade de Goiás, Estado de Goiás, e foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, em 30 de outubro de 2017<sup>13</sup>. O referido lugar corresponde a uma das muitas comunidades negras que tiveram sua origem resultante do período de mineração aurífera em Goiás. A escritora Regina Lacerda descreveu tal local como “Um bairro pobre onde os moradores, não podendo comprar carne, se alimentavam de caldo de osso e de suas minguidas cartilagens” (LACERDA, 1977, p. 49), o que aponta para a situação de pobreza em que viviam parte dos moradores, reconhecido como bairro da periferia, por fazer o contraponto com o Centro Histórico.

Todavia, o silenciamento da memória negra tem sido rompido na sociedade atual, que busca preservar os elementos da memória e a valorização da identidade quilombola, por meio

<sup>13</sup> A certificação Quilombola às comunidades de Alto Santana consta na portaria nº 281, de 24 de outubro de 2017.

da preservação dos espaços de memória coletiva do quilombo, lugares em que a lembrança e os saberes das gerações têm sido preservados, mantendo tradições percebidas na sabedoria do povo, como na tradição de confecção de panelas de barro, remédios e pratos típicos. Além do uso de espaços coletivos, como a lavanderia, local em que a memória afetiva da população quilombola se mistura a uma edificação.

Tais referenciais de elementos da cultura que estão além do centro histórico devem ser discutidos por meio da Educação Patrimonial, de forma que seja realizado um trabalho de “Sensibilização e propiciar que os moradores da comunidade se vejam como sujeitos produtores de sua cultura e que tenham uma participação ativa e crítica nas ações de preservação e valorização de seu patrimônio cultural” (TOLENTINO, 2012, p. 48).

Dos egressos não moradores de Goiás, dois são naturais de Goiânia, atual capital do Estado de Goiás, cidade que também tem elementos da cultura material tombados como patrimônio cultural, a citar:

Estação Ferroviária de Goiânia, Mureta e Trampolim do Lago das Rosas, Antigo Palace Hotel, Antigo Grande Hotel, Antiga Subprefeitura e Fórum de Campinas, Antiga Escola Técnica de Goiânia, Colégio Estadual Lyceu de Goiânia, Teatro de Goiânia, Traçado Viário dos Núcleos Urbanos Pioneiros, e o Conjunto da Praça Cívica. A Praça Cívica é considerada o principal elemento do traçado urbano de Goiânia (GO). O tombamento desse traçado abrange 22 bens, sendo 12 deles constituintes do chamado Conjunto da Praça Cívica, que inclui edifícios institucionais e mobiliário urbano. O tombamento desse acervo arquitetônico e urbanístico de Goiânia foi aprovado pelo Conselho Consultivo do Iphan, em dezembro de 2002. O Conjunto é formado pelo coreto, fontes luminosas, obeliscos com luminárias, Fórum e Tribunal de Justiça (atual Procuradoria Geral do Estado), Departamento Estadual de Informação (atual Museu Zoroastro Artiaga), Palácio das Esmeraldas, Delegacia Fiscal (futura sede do Iphan/GO), Chefatura de Polícia (atual Subsecretaria Estadual de Cultura), Secretaria Geral (atual Centro Cultural Marieta Telles) e Tribunal Regional Eleitoral, Residência de Pedro Ludovico (atual Museu Pedro Ludovico) e a Torre do Relógio. Estes dois últimos não se encontram diretamente na Praça, mas em sua poligonal de entorno (SITE IPHAN).

Os monumentos tombados nas cidades de Goiás e Goiânia apontam para o fato de que o patrimônio cultural não está presente apenas em monumentos edificados localizados nos centros históricos, uma vez que também se encontra nos referências culturais da população, elementos estes que compõem as memórias afetivas e que são constituidores de identidades. Dessa forma, assim como ocorre na Cidade de Goiás, as manifestações culturais de Goiânia não ocorrem apenas na parte tombada, como também nas demais regiões da cidade, fato que remete para a necessidade do trabalho com patrimônio cultural em todos os cursos de Edificações do Instituto Federal de Goiás.

Nos questionários realizados, do total de egressos moradores da Cidade de Goiás, verifica-se que a maioria não mora no centro histórico, mas sim nos bairros que compõem o entorno da cidade, locais que não pertencem ao perímetro tombado como patrimônio histórico, mas não deixam de ser “lugares de memória” (NORA, 1993) para a comunidade, seja na história, seja nas manifestações culturais, cujos rituais não são exclusivos do centro, pois ocorrem nos demais bairros da cidade.

Percebe-se no mapa do município de Goiás, Figura 12 (acima), a dimensão do centro histórico se comparado às demais regiões da cidade, o que nos remete ao fato de que os elementos que compõem a história e a memória da sociedade não podem ser restringido apenas ao espaço institucionalizado pela política do patrimônio como referência cultural, sendo necessário valorizar os saberes da população que não se encontram somente numa determinada localidade da cidade, mas sim nos demais bairros, como nos mencionados pelos egressos.

### *2.2.1 A Educação Patrimonial no Câmpus Cidade de Goiás: olhar dos egressos*

Os trabalhos com Educação Patrimonial não estão apontados no Projeto Pedagógico do Câmpus Cidade de Goiás, reformulado em 2017, de forma direta. Todavia, a inserção da disciplina Patrimônio Histórico remete a atividades que direcionam para a prática de conceitos envolvendo a referida temática. Diante disso, a segunda parte do questionário para os egressos foi iniciada com uma seção indagando o que é Educação Patrimonial. Nessa etapa, procurou-se identificar o conhecimento dos egressos do curso Técnico Integrado em Edificações acerca de elementos que compõem a temática.

Por meio das respostas, verifica-se que a concepção sobre o tema não é a mesma entre todos, em especial, entre aqueles que tiveram em sua matriz curricular a disciplina de Patrimônio Histórico Cultural, como os Egressos de nº 2 e nº 10.

Ao ser questionado sobre a educação patrimonial, o Egresso 2 diz: “Essa educação é muito importante para gerar nas pessoas (seja morador da cidade ou turista) uma consciência da importância que se tem no conjunto patrimonial da(s) cidade(s)”. Assim como para o Egresso 10, ao afirmar que “Estabelece um entendimento sobre a valorização dos edifícios históricos e manter a história viva”. Tais relatos apontam para o conhecimento relacionado ao patrimônio enquanto bem material, não havendo a citação por parte deles sobre elementos da cultura imaterial.

O Egresso 11 não teve em sua matriz curricular a disciplina de Patrimônio Histórico, fato que não traz o desconhecimento sobre o tema, pois ao ser questionado sobre a Educação

Patrimonial diz que “É uma ferramenta para compreensão da importância de se conhecer e preservar tudo aquilo que é público e possui valor material e imaterial”. O mesmo ocorre com o Egresso 12, que não teve em sua formação, como Técnico em Edificações, a disciplina de Patrimônio Histórico, todavia, não demonstra desconhecimento. Ao ser indagado, traz a resposta de que:

Para mim é o aprendizado concedido com viés na preservação do bem histórico (referente a pesquisa, seria o bem cultural), podendo integrar a uma reeducação da forma de se lidar com certos aspectos presentes em nosso espaço que recordam ou contam algo advindo do passado e que cabe ser lembrado ou permanecer (EGRESSO 12).

Nessa perspectiva, o Egresso 3 afirma que: “Educação patrimonial é o entendimento do valor histórico e cultural que os patrimônios carregam para que assim as pessoas possam respeitá-los e preservá-los”. Esses conceitos apontados trazem algumas das premissas da Educação Patrimonial, do conhecimento como fator essencial para despertar nas pessoas o sentimento de pertencimento, necessário à preservação dos bens.

Entretanto, patrimônio ainda é visto por alguns egressos como sinônimo de bem material, como aponta o Egresso 6, ao afirmar que “Ao meu ver seria uma educação direcionada para as especificidades históricas e arquitetônicas das construções”. A partir das discussões trazidas pelos egressos, pode-se compreender a importância do processo educativo no trabalho com temas envolvendo patrimônio partindo de conceitos já adquiridos pelos alunos, junto ao diálogo com a comunidade, uma vez que:

A educação patrimonial como componente essencial das atividades de patrimonialização e, portanto, como direito social, implica em um processo de diálogo a partir do qual se aprende/ensina, no qual se apreende os sentidos locais conferidos aos bens e lugares, os saberes populares, as relações estabelecidas com as coisas. Para haver diálogo é preciso, antes de tudo, valorizar o outro, se dispor a aprender com ele. (...) Só há diálogo em relações que são horizontais, entre iguais. É nesse sentido que as estratégias de educação patrimonial contribuem com o fortalecimento dos vínculos entre instituição, proteção do patrimônio e as pessoas, possibilitando incorporar o olhar dos sujeitos locais como forma legítima de interpretação desse patrimônio cultural (SCIFONI, 2019. p. 29-30).

Estudar sobre patrimônio cultural, em uma cidade reconhecida como Patrimônio Histórico da Humanidade, traz um fator diferencial para os alunos do curso Técnico Integrado em Edificações, que poderão ter, além do debate em sala de aula, as vivências, seja nos espaços históricos, seja nas manifestações culturais da cidade. Nesse local, a cultura está presente e pode ser vivenciada pelos moradores, promovendo, assim, um diálogo sobre o patrimônio, seja o institucionalizado, seja aquele presente nas memórias das comunidades.

No questionário realizado com os egressos do curso de Edificações, buscou-se a opinião deles sobre a importância de se estudar patrimônio numa cidade reconhecida como Patrimônio, sendo este o fator que diferencia o Câmpus Cidade de Goiás dos outros câmpus, o local em que se está inserido, a Cidade de Goiás.

Percebe-se pelas respostas obtidas que o estudo de uma disciplina voltada para o patrimônio contribui para a formação, como apontado pelo Egresso 2, ao mencionar o fato de “Gerar nos moradores daquela cidade um entendimento (o porquê a cidade foi tombada? Pra que? Como conservar?), através disso, se tem uma maior onda de preservação e pertencimento por parte dos moradores”.

Pode-se constatar ainda nos relatos dos egressos do curso com a matriz que não continha a disciplina Patrimônio Histórico, a percepção da importância de se estudar patrimônio numa cidade reconhecida como Patrimônio Histórico da Humanidade:

É importante pois temos que saber o valor social para preservar e incentivar as pessoas ao nosso redor a valorizarem também. Não somente os prédios como também as tradições, como a procissão do fogaréu. (EGRESSO 3).

E bem importante por passar para as pessoas o valor cultural desses patrimônios fazendo com que mais pessoas conheçam a nossa cultura e nossa história através dos patrimônios históricos da humanidade. (EGRESSO 4).

É extremamente relevante, pois protege a história do povo da localidade em questão, bem como aborda questões econômicas e culturais daquelas região para as futuras gerações (EGRESSO 5).

A “proteção da história do povo, da localidade”, como mencionada pelo Egresso 6, pode ser efetivada por meio de políticas que envolvam o trabalho com a Educação Patrimonial, não só em cidades reconhecidas como patrimônio histórico, como aponta o Egresso 7:

Uma falha que encontro na cidade de Goiás é o não interesse da população com o patrimônio. É um trabalho que poderia ser realizado para despertar a curiosidade do vilaboense é a visitação a esses espaços ocupados apenas por turistas. Estudando patrimônio e colocando em prática na sua própria cidade Histórica é de suma importância (EGRESSO 7).

Falta de interesse que pode ser proveniente do desconhecimento sobre referenciais históricos e da memória do local em que se está inserido, que pode ser visualizado nas edificações, tombadas ou não, e sentida por meio das manifestações culturais, como aponta o Egresso 12:

A importância é de se preservar a cultura por trás das edificações existentes e entender que o patrimônio tem seu valor. E que por mais que sejam antigas as edificações, elas possuem um simbolismo histórico, cultural, artístico e técnico, que devem ser considerados para as futuras gerações e que não atrapalham na vivência das pessoas, em especial as que moram em locais tombados. A preservação não consiste apenas em manter o existente, há diversas formas de se avaliar o bem de um patrimônio e integrá-lo na atualidade (EGRESSO 12).

O relato do Egresso 12 aponta para bens que compõem o patrimônio material, ao citar as edificações. Entretanto, é importante trabalhar questões envolvendo o patrimônio cultural, para que se perceba que patrimônio vai além da “pedra e cal”, não se limitando àquilo que pode ser tocado, podendo ser percebido na história do local em que se vive, na Cidade de Goiás, especialmente, as manifestações históricas e saberes estão presentes não somente na região central, mas também nos setores distantes da região tombada, que guardam seus referenciais culturais ao longo das gerações, como:

[...] as doceiras, o empadão goiano, os doces cristalizados, o pastelinho, o bolo de arroz, os licores ou o típico arroz com pequi ou então, as manifestações religiosas, como a procissão do Fogaréu que ocorre todos os anos durante a programação da semana Santa, a festa do Divino, da Nossa Senhora do Rosário, além do Afoxé, que é um cortejo religioso de matriz africana, revelam o sincretismo religioso e cultural de Goiás, de um povo com identidades plurais (SILVA, s/d, p. 01).

Portanto, elementos que compõem o patrimônio de um povo, que vão além daquilo que poder ser tocado, alcançando o que pode ser sentido, de modo que caminhar na cidade desperte o exercício de “Imaginar como seria o cheiro, os sabores, os amores e as dores de cada canto, de cada beco, de gestos e de pessoas que por vezes passaram nos mesmos lugares” (SILVA, s/d, p. 09). Fatos estes que constituem o patrimônio imaterial, presente na cidade de Goiás, e que também devem ser campos de estudos e debates, pois refletem a memória afetiva das comunidades, essenciais para construção de identidade e de pertencimento ao espaço em que se está inserido.

### *2.2.2 A Cidade de Goiás Patrimônio da Humanidade, na perspectiva dos egressos*

O Câmpus Cidade de Goiás está instalado em uma cidade reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Histórico da Humanidade, com monumentos e manifestações culturais que preservam parte da memória daqueles que aqui viviam. Tendo estes como referenciais históricos, é possível que seus moradores já tenham tido alguma experiência com a temática. No questionário, os egressos foram indagados se antes de ingressar no curso de Edificações

tiveram a oportunidade de estudar sobre patrimônio e foi solicitado que falassem um pouco sobre a experiência com o estudo do tema.

Verificou-se, então, que 50% dos informantes relataram que não tiveram a oportunidade de estudar temas específicos sobre patrimônio antes de ingressar no curso de Edificações, temática esta que foi lembrada pelos alunos por meio das visitas aos espaços museais da Cidade de Goiás, como apontado pelo Egresso 6: “Antes de entrar no curso, o que foi estudado sobre patrimônio foi muito vago e discutido em datas de visitação aos museus. Não sendo um estudo voltado para o patrimônio”. As visitas aos museus também foram relatadas por outros egressos, como o Egresso 7, que afirma: “Não houve uma disciplina específica para estudar o patrimônio, mas esse assunto foi abordado em alguns momentos nas disciplinas de história e geografia, bem como nas visitas aos museus” (EGRESSO 7).

Contudo, as visitas aos museus não podem ser realizadas de forma isolada, mas dentro de um contexto interdisciplinar, sendo discutido antes em sala de aula, como forma de aproximar o educando ao tema que será apresentado na visita, fato trazido pelo Egresso 10, que relatou sua experiência: “Com uma professora de história, durante o Ensino Fundamental II, foi uma experiência marcante, pois tivemos a teoria do Brasil colônia e vimos na prática, em visitas por museus em Goiás, a história do Brasil”. Tal relato aponta para uma das principais etapas de organização para visitas, que consiste nas discussões em sala de aula para:

Nota-se, por conseguinte, que o desconhecimento sobre patrimônio ainda é uma realidade presente entre os estudantes, como pode ser percebido no questionário, já que 50% dos informantes não tiveram contato com tema, assim como parte dos moradores da Cidade de Goiás, como relatado pelo Egresso 2, que teve em sua matriz curricular a disciplina Patrimônio Histórico:

[...] tive a honra de estudar Patrimônios com a Professora C.C, juntos nós fizemos pesquisas aprofundadas que nos levou a conhecer a nossa cidade, cidade a qual é tombada como patrimônio histórico, mas nós não sabíamos o porquê, e através dessa matéria passamos a entender quando e o porquê que uma cidade é tombada. (EGRESSO 2).

O conhecimento sobre a história do local em que estamos inseridos é fator fundamental para preservação do patrimônio cultural, que não se restringe aos bens materiais, assim, é preciso conhecer a memória sobre os povos que aqui viveram, como relatado pelo Egresso 8: “Estudei sobre a história dos negros e indígenas que viviam na cidade e eram submetidos a vários serviços”. Memórias estas que se fazem presentes na cidade e que também podem ser

estudadas por meio de visitas aos espaços tombados, discutindo as histórias dos povos que aqui viveram e que contribuíram para a formação da sociedade.

Logo, percebe-se que é preciso conhecer a história que está além daquilo visto nos bens edificados, para despertar nos estudantes o sentimento de pertencimento, afim de evitar relatos como do Egresso 12, que diz: “Patrimônio para mim era apenas o simbolismo de algo histórico que não poderia ser tocado”.

Vale aqui reforçar que o trabalho com o patrimônio não deve ser restringido ao curso de Edificações, podendo ocorrer em outras etapas de ensino, a começar ainda na primeira fase de escolarização, como forma de conhecer de onde viemos, nossa história, que pode ser percebida não somente por meio das construções históricas, como também na memória e costumes daqueles que viveram/vivem no local.

Ressalta-se que o curso de Edificações tem em sua proposta pedagógica a formação integral do educando, fato que aponta para uma formação que vai além da mera transmissão de conhecimentos técnicos. Dessa forma, nesta parte da pesquisa, foi analisado como o estudo sobre o patrimônio contribuiu na formação dos egressos como profissional de Edificações. Buscou-se analisar se um dos objetivos trazidos pelo Pedagógico do Curso de Edificações, do Câmpus Cidade de Goiás, foi alcançado. O objetivo citado consiste em:

Formar um sujeito consciente de sua relevância no contexto sócio-histórico-cultural, capaz de atuar dignamente não somente como técnico, mas como sujeito político defensor da história, memória e patrimônio coletivos (...) Desenvolver a consciência para a valorização e preservação do patrimônio cultural local (IFG, 2017b, p. 9).

Nesse sentido, os informantes, em suas respostas, demonstraram que os objetivos traçados no Projeto Pedagógico, referentes a saberes históricos, foram em parte alcançados, pois são egressos que apontam em suas falas sobre elementos da história do local, além de aspectos da formação técnica, como informado pelo Egresso 1, ao mencionar como aprendizado “a parte de manter e restaurar os patrimônios sem perder a autenticidade” e pelo Egresso 2, ao afirmar que o estudo sobre o tema foi “de grande relevância, principalmente para fazer os levantamentos de reformas e/ou restauração que moradores do centro histórico queria fazer e compreender a diferença entre reforma e restauração”.

Conforme o Egresso 5, “O patrimônio contribuiu me trazendo conhecimentos, através dele pude ter contato com técnicas que foram desenvolvidas há muitos anos atrás e o curso me permitiu ter um contato maior com essas técnicas.” Fato trazido também pelo Egresso 6, que aponta que o estudo de elementos do patrimônio:



Mostrou que preservar um patrimônio é muito mais que apenas manter viva uma história, é preservar certas formas de construir que podem dar a premissa para novas técnicas. Isso reflete no campo da construção o aperfeiçoamento das edificações e a integração entre formas rudimentares de execução e novas (EGRESSO 6).

Parte dos informantes não estudaram com a Matriz Curricular de 2017, a reformulada, fato que não os impediram de ter uma formação com elementos do patrimônio, como relatado pelo Egresso 3:

Apesar de não ter cursado a disciplina, eu fiz parte do projeto de pesquisa Manifestações patológicas nos edifícios históricos da Cidade de Goiás e nele tínhamos como objetivo sugerir intervenções ao IPHAN para a preservação dos prédios e este estudo me fez enxergar melhor a importância de conservá-los pois eles carregam a história e cultura da cidade. E a cidade de Goiás, na área de edificações, também possui diversos estilos arquitetônicos que mostram a mudança das concepções artísticas na arquitetura, como o estilo colonial, gótico (Igreja do Rosário) e barroco (EGRESSO 3).

Assim também aponta o Egresso 4, ao informar que não teve estudo específico sobre patrimônio, “Mas como moradora da cidade de Goiás, percebo a importância de preservar a arquitetura da Cidade de Goiás, visto contém em suas casas, ruas e igrejas a história do povo vilaboense e também do Brasil”. Nota-se, assim, a importância do referido tema para a formação dos estudantes, com aprendizado significativo sobre suas “raízes históricas”, que irá acompanhá-los não apenas durante o Ensino Médio, mas durante toda suas trajetórias, como aponta os Egressos 7 e 12:

Ao concluir essa matéria, eu me senti mais sensível a questão de tentar conservar, preservar, não só o acervo histórico da minha cidade, mais também das demais cidades que conheço (EGRESSO 7).

O curso de Edificações para mim foi um curso de extrema importância, apesar de não ter se envolvido com a prática do curso. O patrimônio teve um novo olhar para mim, pois antes de entrar no curso, patrimônio para mim era apenas coisas antigas que ficavam guardadas nos museus. E depois entendi a importância de conservar o patrimônio e também o trabalho que é feito para não obstruir uma história (EGRESSO 12).

De fato, os informantes apontaram que o estudo sobre patrimônio contribuí para a formação como profissional de edificações, um profissional com real conhecimento sobre as construções, integrando as diversas técnicas. Todavia, além do conhecimento sobre patrimônio material, o conhecimento sobre elementos do espaço em que se vive contribuirá para formação do técnico, que irá analisar não o bem material em si, mas os elementos culturais que estão atrelados ao bem, responsáveis por preservar a história do lugar em que se vive.

A reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Edificações trouxe a perspectiva de se trabalhar com o tema de Patrimônio Histórico em uma cidade portadora de referências culturais que contribuíram para que fosse tombada pela UNESCO. Nesta etapa, os informantes foram questionados como compreendem o seu papel enquanto técnico de edificações a partir de uma formação sobre elementos que compõem o patrimônio e a memória cultural. Alguns egressos apontaram a questão de preservação dos prédios históricos:

Como técnica em edificações tenho mais ainda a obrigação de incentivar a preservação dos prédios históricos que carregam histórias e as mudanças no estilo arquitetônico sendo além de atrativos turisticamente contribuindo além de culturalmente, economicamente, também são objetos de estudo para pesquisas (EGRESSO 3).

Compreendi que é meu papel é de preservação e de usar técnicas para que todo patrimônio permaneça seguro e ao mesmo tempo com poucas alterações "modernas" (EGRESSO 11).

O papel de um colaborador, estarei realizando manutenções nos bens patrimoniais e soluções de preservação para que se mantenha a história e nisso a memória cultural do espaço (EGRESSO 12).

Além da preocupação com a manutenção das características físico prediais dos monumentos históricos, os egressos também apontaram para preservação de identidade, vejamos:

Bastante valioso por passar para as outras gerações a importância da nossa cultura, história (EGRESSO 4).

Faz parte do meu dever assegurar que sejam mantidas as identidades culturais da cidade, garantindo a preservação do patrimônio e da memória cultural (EGRESSO 8).

Percebo que temos que estudar cada vez mais, não só as normas estabelecidas por órgão como Iphan mas, saber da história dos antepassados (EGRESSO 9).

As informações trazidas pelos egressos apontam para o fato de que “o patrimônio é campo de educação” (CABRAL, 2004, p. 40), e as políticas públicas patrimoniais podem ser trabalhadas nas instituições de ensino, visando uma formação crítica e integral. Os depoimentos também mostram a compreensão dos mesmos sobre o papel do profissional da área de Edificações para a preservação do patrimônio e da memória cultural, papel que vai além da preservação dos monumentos históricos, indo ao encontro de uma formação crítica, na qual se compreende o lugar em que se está inserido, se identificando com a história e memória do lugar, cujo conhecimento torna-se um dos principais elementos para a preservação.

Como forma de contribuir com os estudos, em especial com a temática sobre patrimônio cultural, a tecnologia tem sido uma aliada, oferecendo possibilidades ao aprendizado, tornando-se ferramenta essencial para a educação, especialmente, no momento atual, em cenário de

pandemia, com isolamento social e Educação à distância. Todavia, tal instrumento está presente na educação há tempos. Buscou-se, nesta etapa, compreender como a tecnologia é aplicada no curso de Edificações. Parte dos egressos lembraram do trabalho com o *software* AutoCAD<sup>14</sup>.

Conforme o Egresso 3: “A tecnologia está totalmente relacionada ao curso de edificações, pois os projetos eram realizados no AutoCAD, a disciplina de orçamento no Excel, entre outras aplicações. Atualmente, a tecnologia é indispensável em todas as áreas”. O Egresso 10 afirma que “a tecnologia é uma ferramenta que facilita o nosso trabalho, através da AutoCAD, que é um programa para fazer plantas com isso concluímos trabalhos mais rápidos e com qualidade”.

Algumas disciplinas específicas foram lembradas pelos egressos, como a de “Tecnologia das construções”, que, segundo o Egresso 6, “Foi relevante nesse processo, uma vez que possibilitou o estudo sobre a aplicabilidade de novas tecnologias na área da construção civil”. Da mesma maneira, o Egresso 8 explica que “foi aplicada no estudo de tecnologias da construção, em aparelhos que facilitam a vida do profissional, como por exemplo a utilização de *softwares* para elaboração de projetos”. Destaca-se ainda que o tempo atual, de isolamento social, foi lembrado pelo Egresso 7, ao dizer que:

A tecnologia em meio à pandemia é uma ferramenta necessária, principalmente na educação, estamos vivendo momentos de aulas no formato EAD. No meu curso a tecnologia também estava presente, como formas de programas para realização de projetos (EGRESSO 7).

A tecnologia é, portanto, uma aliada importante para o processo de ensino aprendizagem. No curso de Edificações, esteve presente em disciplinas específicas, por meio de *software* do tipo AutoCAD e também nos projetos desenvolvidos. Tal instrumento se torna necessário para o aprendizado, principalmente no momento atual, no qual o isolamento social faz com que ensino remoto seja uma realidade, que necessita do suporte de instrumentos tecnológicos para proporcionar maior integração entre professor, aluno e saberes.

Percebe-se, então, a tecnologia como uma importante aliada no processo de ensino aprendizagem e, pensando na proposta de criação de um produto educacional que tenha como instrumento o campo tecnológico, buscou-se na pesquisa com os egressos sugestões para o trabalho com as questões sobre o patrimônio histórico na escola, que servirão de subsídio para a elaboração do produto educacional que será apresentado neste relatório.

---

<sup>14</sup> AutoCad é um programa de *software* de Desenho Assistido por Computador e utilizado para a criação de projetos de engenharia, como projetos de edifícios, pontes, dentre outros.

Durante o período de planejamento do referido produto, pensou-se em algo que contribuísse para o aprendizado dos alunos, portanto, a opinião dos egressos foi fator essencial para o planejamento do produto educacional. Conforme Egresso 2, o tema sobre Patrimônio “Além de ser trabalhada em sala de aula, o interessante é levar esse conteúdo pra além da sala de aula, conscientizando não só o profissional da área, mas também os moradores e etc.”. Como sugere também o Egresso 3:

Além de estudar sobre as heranças históricas, sociais e culturais podem ser estudados soluções para a preservação dos edifícios de forma mais sustentável, econômica ou eficaz e nas tradições culturais estudarem formas de elas não se desfazerem ao longo do tempo. Pois eu acho que gera mais interesse nos alunos atuar de forma direta nestas questões e em vez de eles verem o patrimônio como algo somente do passado, eles possam enxergar como questões que possam ser trabalhadas na atualidade (EGRESSO 3).

Os egressos apontaram sugestões essenciais para o trabalho com a Educação Patrimonial, em especial no tocante à visitação dos espaços:

Antes de levar os alunos para um museu, precisa ser falado para os alunos a história do local visitado, e a importância de conservar o prédio. Ter uma aula interativa é uma das melhores sugestão, pois sempre precisamos fazer a ligação entre a teoria e a prática. Ou seja, conhecimento da História da Cidade e a visitação pela cidade. Precisamos conservar a cidade não para os turistas, mas sim para o indivíduo que nela mora (EGRESSO 7).

Para pessoas que vivem em locais históricos isso deve ser feito na prática com conversas com pessoas que já tem um tempo que mora na cidade e visitas (EGRESSO 9).

Nas escolas tanto de qualquer nível seja ela, superior ou de ensino fundamental, deve ter contato conhecer história, para ver a importância tem para a construção da sociedade, pois até mesmo poucas as pessoas q reconhecem isso. Se as escolas colocarem, em pelo menos um ano uma matéria sobre patrimônio já ajudaria a manter o patrimônio vivo, já que aos poucos tá sendo deixado de lado (EGRESSO 10).

Parte dos egressos, aqueles que não estudaram com a matriz reformulada, sugere que o estudo com tema do patrimônio seja feito “Em uma disciplina específica sobre o assunto, em virtude da sua relevância, referente disciplina deveria ser trabalhada profundamente” (EGRESSO 5). Ou que “Deva ser uma matéria dentro da HISTÓRIA e com visitas técnicas para vivências”, como apontado pelo Egresso 11.

O Egresso 6 sugere que seja realizada “Através da promoção de palestras, debates e dinâmicas direcionadas a abordagem dessa temática”, como também aponta o Egresso 8, ao dizer que “Podem ser trabalhadas em workshops e em trabalhos extraclasse com apresentações dos alunos sobre o conteúdo”. A preocupação com restauração também foi trazida nas sugestões:

Acredito que o patrimônio histórico deve ser visto como algo a se preservar, mas que não seja intocável. Se tratando de uma questão importante como a preservação de um patrimônio edificado, a uma série de fatores colocados para a preservação, mas que em muitas ocasiões devem se servir da nova tecnologia de construção para serem preservados. Como método de ensino, as visitas técnicas e o uso de teóricos do restauro seriam formas para se pensar na manutenção do patrimônio, pois o ensino da restauração vai muito além de apenas conservar uma estrutura e de se utilizar um único processo de restauração (EGRESSO 12).

As informações dos egressos trouxeram importantes sugestões para a elaboração do produto, que se dará como forma de contribuir para que os objetivos traçados no Projeto Pedagógico sejam alcançados. Percebemos que os egressos que não tiveram em sua matriz curricular a disciplina de Patrimônio Histórico sugerem uma disciplina voltada para o tema e estes, assim como os egressos da matriz reformulada, apontam que a visita aos espaços museais não devem ser planejadas de forma isolada, mas em um contexto de discussão em sala de aula, promovendo conhecimento prévio acerca do tema estudado. As “visitas técnicas”, com fins de complementar o conteúdo estudado em sala de aula, são, portanto, importantes instrumentos para promoção do aprendizado e podem ocorrer em centros históricos, como os existentes na Cidade de Goiás, e também nos demais espaços da comunidade, para que os estudantes compreendam que patrimônio vai além daquilo que é edificado.

Além disso, foi sugerida a promoção de palestras, debates e dinâmicas direcionadas à abordagem dessa temática, que podem ocorrer não somente no espaço escolar, como na comunidade, como forma de aproximar sociedade e escola, agentes essenciais para a proteção do patrimônio, que não se limita aos monumentos arquitetônicos, como os que estão presentes no centro histórico da Cidade de Goiás.

### 3 CARTILHA INTERATIVA COMO INSTRUMENTO PARA APRENDIZAGEM

O relatório apresentado foi elaborado através da proposta de desenvolvimento de um produto educacional que poderá ser usado pelos alunos do curso Técnico em Edificações, do Câmpus Cidade de Goiás, de forma a contribuir com os estudos sobre a Educação Patrimonial, para que os educandos possam compreender que patrimônio vai além do edificado, estando presente na memória e nas manifestações culturais da sociedade.

#### 3.1 Apresentação e formato definido do produto educacional

Neste relatório técnico, foi analisado o Projeto Pedagógico do Curso de Edificações do Câmpus Cidade de Goiás, curso este que tem em sua matriz curricular a disciplina de Patrimônio Histórico. Por isso, é necessário que o aluno compreenda o que corresponde o patrimônio cultural, conceituado como:

[...] o patrimônio cultural – ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos – não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos (CANCLINI, 1994, p. 99).

Dessa forma, o produto educacional foi pensado como instrumento para ser utilizado pelos docentes do curso de Edificações como forma de contribuir para o processo de ensino aprendizagem, em especial no que se refere ao tema envolvendo patrimônio cultural, de forma que os alunos possam compreender que patrimônio está para além dos prédios históricos, tombados, e apreender o processo de preservação desse patrimônio.

A pesquisa e o produto apresentados visam, portanto, contribuir com os estudos sobre a Educação Patrimonial, partindo do pressuposto de que o patrimônio é mais do que aquilo que é edificado e elitizado, estando presente nas memórias, em especial, nas subterrâneas, como as existentes na Cidade de Goiás, a exemplo, as memórias quilombolas - que estão sendo protegidas com o reconhecimento do Quilombo do Alto Santana.

Além disso, procurou-se o diálogo com os elementos que compõem o patrimônio material e imaterial, presentes nos monumentos, mas também nas memórias, se constituindo em saberes importantes para a construção das identidades e para a formação cidadã. Tais elementos são responsáveis pelo sentimento de pertencimento dos discentes pela cultura e história locais, fato que pode ser trabalhado em sala por meio de uma educação para o

patrimônio, necessária para a formação das identidades culturais e para a efetividade da cidadania, proporcionando uma educação de fato integral, que contempla o estudo acerca dos elementos materiais da cidade, mas que esteja alicerçada nas memórias que vão além dos monumentos.

Vivemos na era da tecnologia, em que o uso do celular é uma realidade presente na vida dos jovens. Dessa maneira, pensou-se para a execução do produto o uso de um aplicativo com uma Cartilha Interativa sobre Patrimônio na Cidade de Goiás, em que os temas sobre patrimônio pudessem ser facilmente acessados pelos alunos, discutindo a temática a partir dos elementos presentes na Cidade de Goiás, local que sedia o curso Técnico Integrado em Edificações.

Destaca-se ainda que na sociedade atual, em especial no momento de pandemia, a tecnologia tornou-se aliada no processo de ensino aprendizagem, uma vez que com isolamento social as aulas presenciais foram suspensas e, com isso, as instituições de ensino tiveram que se reinventar, buscando novas possibilidades, encontrando no uso de tecnologias instrumentos necessários para contribuir com o aprendizado dos discentes e garantir a continuidade dos estudos e cumprimento do calendário escolar.

Todavia, o uso da tecnologia já se fazia presente da educação, tendo em vista que as “Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) exercem a função de instrumentos mediadores ao processo de ensinar e aprender, mesmo que de forma ainda insipiente em alguns contextos” (TEZANI, 2017, p. 303).

No questionário realizado com os professores do curso de Edificações, buscou-se compreender como as tecnologias são aplicadas no curso de Edificações. Houve consenso nas respostas, tendo em vista que todos os informantes afirmaram sobre o uso das tecnologias em sala de aula, como apontado pelo Professor 3: “Não há mais como falarmos em Educação sem tocarmos na questão tecnológica. A tecnologia está presente no curso, com o uso de aplicativos, maquinários e insumos direcionados à área de Edificações”. Conforme Professor 1, “Usa-se instrumentos relacionados à tecnologia em procedimentos laboratoriais constantemente realizados, além dos instrumentos convencionais utilizados na educação, como o uso de mídias”. O Professor 2, do núcleo específico, que compõem as disciplinas técnicas do curso, trouxe detalhes do uso, corroborando com o Professor 7:

[...] com as ferramentas rápidos de comunicação existentes nos dias atuais isso se faz muito presente no processo de educação e formação de estudantes. No curso técnico de edificações é aplicada por meio de vídeo aulas, laboratório de informática onde os alunos aprendem a trabalhar com um software específico para desenho, nas aulas de topografia com auxílio de uma estação total, além dos laboratórios de química, materiais de construção entre outros (PROFESSOR 2).

[...] a tecnologia faz parte da nossa vida, então é natural que ela também faça parte da educação, parte importante na nossa formação humana. No curso de edificações não poderia ser mais importante, já que os estudantes aprendem vários tipos de construções, desde as mais tradicionais até as mais atuais e aprendem as diferentes formas de aplicação de tecnologias diversas em cada tipo de construção (PROFESSOR 7).

Conforme relatos, há a presença de instrumentos da tecnologia em sala de aula, de modo que os alunos já convivem no cotidiano escolar com o uso de tecnologias, não sendo surpreendidos com a proposta do produto educacional apresentada neste relatório, a qual busca contribuir com o ensino sobre patrimônio para os estudantes do curso de Edificações, que já possuem a disciplina Patrimônio Histórico, como também para aqueles que se interessem sobre o tema.

O Mestrado Profissional na área de Educação da CAPES/MEC tem como atributo o desenvolvimento de produtos educacionais que possam auxiliar o processo de ensino aprendizagem. Conforme Marco Antônio Moreira (2004), o mestrado (profissional) em ensino decorre da:

[...] elaboração de um trabalho final de pesquisa profissional, aplicada, descrevendo o desenvolvimento de processos ou produtos de natureza educacional, visando à melhoria do ensino na área específica, sugerindo-se fortemente que, em forma e conteúdo, este trabalho se constitua em material que possa ser utilizado por outros profissionais (MOREIRA, 2004, p. 134).

Nessa perspectiva, os produtos elaborados devem ser pensados de forma a contribuir com o aprendizado, por meio de uma formação crítica. A proposta de produto educacional, que será apresentada, surgiu por meio da análise dos Projetos Pedagógicos do Curso de Edificações, visando contribuir para o estudo sobre Patrimônio Cultural.

Por meio da pesquisa realizada, comprovou-se a hipótese de que a Educação Patrimonial é trabalhada de maneira tangencial no Curso Técnico Integrado em Edificações, de modo a primar pelo patrimônio edificado, sem considerar os estudos relacionados à memória e à formação de identidade. Todavia, tendo o Instituto Federal de Goiás a proposta de educação integral, é necessário que tais conceitos sejam trabalhados no curso, visando uma formação dos educandos com conhecimento acerca dos elementos que compõem o Patrimônio Cultural, em sua totalidade.

Após a realização dos questionários com docentes e egressos do curso de Edificações, seja os que formaram com a matriz de 2014, como também de 2017, percebeu-se que há certo conhecimento relacionado ao tema do Patrimônio Cultural, material edificado, contudo, não foram identificados trabalhos com o patrimônio imaterial, por meio dos saberes e



representações que ocorrem dentro da comunidade. Devido a isso, constatou-se com a pesquisa que há certo desconhecimento dos alunos sobre as vertentes do patrimônio, uma vez que ele não está presente apenas naquilo que é edificado. Sendo assim, ao longo da pesquisa foi sendo identificada a necessidade do produto educacional estar relacionado à promoção do trabalho envolvendo a Educação Patrimonial, por meio de elementos que compõem o patrimônio material e imaterial que estão presentes no cotidiano dos alunos.

Em prol disso, o produto elaborado visa contribuir com o aprendizado, por meio de uma formação crítica, proporcionando ao aluno conhecer a instituição em que estuda, desde sua fundação e, em especial, os conceitos envolvendo o Patrimônio Cultural, tendo como objeto para estudo a Cidade de Goiás.

O produto educacional que apresentado neste relatório foi estruturado tendo como objetivo auxiliar no processo de ensino aprendizagem dos alunos do Curso Técnico Integrado em Edificações, do Câmpus Cidade de Goiás, que tem em sua matriz curricular a disciplina Patrimônio Histórico Cultural. Assim, pensou-se na proposta de uma cartilha interativa, que poderá ser acessada por meio de dispositivos móveis, atrelando o processo de aprendizagem às tecnologias existentes e presentes na vida do educando, visto que “Os muros da escola se ampliam à interação com a sociedade-mundo, a mobilidade permite o aprendizado a qualquer hora, em qualquer lugar” (FEDOCE; SQUIRRA, 2011, p. 277).

Ao pensar na era dos “nativos digitais” (PRENSKY, 2001), na qual jovens desde suas primeiras idades já têm contato com a tecnologia, percebe-se que estes aprendem a linguagem digital desde o início da vida em sociedade. Com as inúmeras possibilidades de informações a serem acessadas com um “clique”, o aparelho celular não é encarado como objeto que tenha como função realizar chamadas e enviar e receber mensagens. Vai muito além, sendo também utilizado para ouvir música, tirar e enviar fotografias, acessar a Internet e até mesmo assistir TV. Tais possibilidades de acesso a informações podem fazer parte da realidade escolar, de modo que os educadores possam utilizar as informações provenientes dos recursos interativos como mecanismos para consolidação do aprendizado (PESCADOR, 2010).

Destaca-se que a sociedade atual, além de ser palco dos avanços da Internet, é cenário da pandemia da COVID-19, responsável pelo isolamento social, pela suspensão das atividades presenciais nas escolas e pela adoção do ensino remoto, o que levou as escolas a repensar suas práticas e reorganizar as metodologias de ensino. Dessa forma, “Para o desenvolvimento das competências e habilidades dessa nova geração de nativos digitais, a escola teve e tem que se reestruturar, pedagógica e fisicamente. Portanto, professor educador e aluno precisam dialogar”

(COELHO, 2012, p. 89). Diálogo este que poderá ser feito por meio de instrumentos pelos quais os estudantes detêm certo domínio de uso.

Como forma de corresponder aos anseios destes novos educandos, foi pensado por meio desta pesquisa um produto educacional que utilizasse como ferramenta o aparelho celular, buscando trazer facilidade ao processo de ensino, por meio de um instrumento que faz parte do cotidiano dos alunos.

A proposta é uma Cartilha Interativa sobre Educação Patrimonial na Cidade de Goiás, que poderá ser acessada pelos estudantes, por meio do telefone celular, um dos dispositivos eletrônicos mais populares e acessíveis e que suportam o uso do *Mobile Learning*, que consiste na “aprendizagem com mobilidade”, referindo-se ao “Uso de dispositivos móveis e portáteis, tais como smartphones, laptops e tablet, em processos de ensino e aprendizagem” (MEIRELLES; TAROUÇO, 2005, p. 624). Ou seja, instrumentos eletrônicos, frutos da tecnologia atual, que podem ser utilizados como ferramenta para o trabalho com a Educação Patrimonial.

Para a formulação da cartilha interativa e educativa, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os temas Memória, Identidade, Patrimônio e Educação Patrimonial, além dos documentos institucionais do IFG, em especial, a análise dos Projetos Pedagógicos do Curso de Edificações, referenciais que trazem conteúdos e orientações que irão compor o produto final. Objetivou-se a elaboração de um produto educacional a partir dos elementos presentes na Cidade de Goiás, como forma de trabalhar conceitos por meio de elementos que fazem parte da realidade dos alunos.

A cartilha tem como título “Patrimônio na Cidade de Goiás: um olhar além do edificado” e foi elaborada com o intuito de ser um material de apoio pedagógico para os professores e alunos do Curso Técnico Integrado em Edificações, utilizando conceitos sobre patrimônio e partindo da realidade dos alunos, com temas construídos a partir dos questionários aplicados.

Para facilitar o acesso, foi planejado um produto que fosse utilizado pelos alunos por meio das ferramentas disponíveis, sem gerar custo. Dessa forma, a cartilha poderá ser acessada pelo aparelho celular. Em prol disso, o projeto gráfico foi desenvolvido pelo professor de Artes Visuais, Wagner Falcão, pensando nos dispositivos móveis, isto é, com fonte maior para facilitar a leitura, sem ter que ampliar a tela.

A cartilha foi ilustrada pelo aluno do curso de Licenciatura em Artes Visuais, Victor Teixeira, que exprimiu seu olhar poético em figuras representativas do patrimônio material e imaterial da Cidade, trazendo o patrimônio a partir dos referenciais dos moradores.

Além dos conceitos sobre as “faces do patrimônio”, é discutido o processo de consolidação do Câmpus Cidade de Goiás, desde a Escola de Artífice até a Rede Federal de Ensino, com a instalação do câmpus - com a sede provisória no Quartel do XX e na sede atual, no residencial Baunam.

O patrimônio cultural edificado é mostrado por meio dos monumentos da Cidade de Goiás. Já o patrimônio imaterial, por meio de referenciais da cultura, com imagens de paneleira, doceira, benzedeira.

As representações culturais serão mostradas por imagens do cortejo do Bloco Pilão de Prata e da Festa de Santa Rita, referenciais que não são trazidos como representantes da Cidade pela política do Patrimônio, mas que são típicos da cultura local. A memória afetiva será mostrada por meio da imagem da Lavanderia do Alto Santana, espaço da comunidade “Quilombola”. Seguem imagens que serão apresentadas na Cartilha:

**Figura 13 - Edificações utilizadas pelo Câmpus Cidade de Goiás**



**Fonte: Ilustração Victor Teixeira, 2021.**

A Figura 13 traz os prédios utilizados pelo IFG – Câmpus Cidade de Goiás. O primeiro é o atual prédio da Sede Santa Luzia, que abrigou a Escola de Artífices, na então capital do Estado de Goiás. Logo abaixo, o prédio do Quartel do XX, sede provisória do câmpus e à direita, a sede própria e atual do IFG, localizada no residencial Bauman.

**Figura 14 - Representações da cultura material da Cidade de Goiás**



Fonte: Ilustra o: Victor Teixeira, 2021.

A Figura 14 traz a imagem dos monumentos edificados, localizados no Centro Histórico da Cidade de Goiás, como representativos da cultura material edificada. No fundo, há as imagens da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que foi derrubada, dando lugar a atual Igreja Nossa Senhora do Rosário.   esquerda, a imagem do Chafariz de Calda e   direita, a imagem do Mercado Municipal.

**Figura 15 - Representa es da cultura imaterial**



Fonte: Ilustra o Victor Teixeira, 2021.

Na Figura 15, são apresentados elementos da cultura imaterial da Cidade de Goiás.   esquerda, o cortejo do Bloco Pilão de Prata, Bloco Carnavalesco, representativo de práticas culturais e religiosas afro-brasileiras, que   organizado por moradores das comunidades do Carmo, Santa Bárbara, Alto Sant'Anna e Carioca. Ao centro, imagem representativa dos

saberes locais, como a benzedeira, paneleira e doceira. À direita, imagem da Festa da Igreja de Santa Rita, localizada no Bairro João Francisco.

Na Figura 16, tem-se a imagem da lavanderia do Alto Santana, localizada no Quilombo do Alto Santana, espaço de memória afetiva da comunidade, remanescente de Quilombo. Tal espaço, além de ser usado como lavanderia, é um local de encontro da comunidade, seja para “lavar roupa”, seja para troca de saberes, que resistem ao tempo. Saberes estes que são referenciais de memória, elemento essencial para a construção de identidades.

**Figura 16 - Espaço de Memória Afetiva**



**Fonte: Ilustração Victor Teixeira, 2021.**

Para fomentar a elaboração da Cartilha, foi estruturado um mapa da Cidade de Goiás, construído de forma artística, com efeito lúdico, didático e simbólico, sem escalas, trazendo a representação do patrimônio natural, por meio dos morros, das serras, do Rio Vermelho - que faz a divisão geográfica e também social dos bairros na cidade, conforme a Figura 17. Destaca-se que o Rio marcou o espaço dos grupos na antiga Capital do Estado, separado de um lado os detentores das classe privilegiadas e de outro os trabalhadores e escravizados. O mapa será apresentado na Cartilha como um roteiro interativo, apresentando a Cidade e os elementos que compõem o patrimônio.

O mapa foi elaborado com intuito de rememorar os espaços de memórias de moradores dos bairros à margem do centro histórico da Cidade, sendo construído a partir de elementos presentes na realidade dos moradores e trazidos nos questionários. Dessa forma, os ícones destacados no mapa, representando os setores da Cidade de Goiás, são elementos da cultura

material edificada, mas também elementos da cultura imaterial, como o cortejo do Bloco Pilão de Prata, a representação das doceiras e benzedeiras, a memória afetiva representada pela Lavanderia do Quilombo do Alto Santana e a Igreja de Santa Rita, por meio da representação da festa, que compõe referencial dos moradores do bairro João Francisco.

Tais ícones são acessados no mapa e, por meio de um “click”, o qual seleciona a imagem, tem-se as referências de cada figura. Junto ao mapa há também um link que direciona o leitor para um questionário com assuntos trabalhados na Cartilha. As informações sobre tais elementos poderão ser consultadas clicando na imagem. A cartilha terá também perguntas e questões, que buscam interagir o leitor com conceitos sobre Patrimônio.

**Figura 17 - Mapa da Cidade de Goiás**



**Fonte: Ilustração Victor Teixeira, 2021.**

Além desses elementos, no mapa, serão apresentados espaços de memória afetiva na Cidade e manifestações culturais, como representações e saberes, que fazem parte da comunidade e que são conhecidos pelos alunos. Tais saberes são elementos constitutivos da memória, de modo que são repassados por gerações, que mantêm preservadas tradições, como a arte de moldar o barro, fazer doces e de “benzer” para curar os males.

Destaca-se que a estruturação da Cartilha, como material de apoio didático, visa atender às demandas da disciplina Patrimônio Histórico Cultural, presente na matriz curricular do curso de Edificações, todavia, também poderá ser utilizada por aqueles que tenham interesse com a temática do patrimônio.

Em prol disso, o texto terá uma linguagem simples, de fácil entendimento e compreensão, utilizando imagens que remetem ao cotidiano dos educandos, buscando, assim, o objetivo de ser elucidativo e conciso, como forma de aproximar o leitor dos conceitos relacionados ao Patrimônio Cultural. Além disso, a Cartilha se propõe a aproximar os conteúdos com a realidade dos educandos, promovendo a integração dos pressupostos da Educação Patrimonial, além dos princípios envolvendo a Educação Integral do Instituto Federal de Goiás, que serão discutidos no texto junto com os conceitos envolvendo a memória, identidade e Patrimônio Cultural, como forma de trabalhar a Educação Patrimonial como parte desta formação humana e integral do educando.

Espera-se que, além de contribuir para o estudo da disciplina Patrimônio Histórico, a Cartilha também possa ser utilizada como uma ferramenta para o trabalho com a Educação Patrimonial, proporcionando ao leitor compreender a importância de salvaguardar o patrimônio, seja ele material ou imaterial, responsável pela preservação da memória, elemento essencial para o processo de construção de identidades e para uma formação crítica, compreendendo o local em que se está inserido e podendo contribuir para sua proteção.

### **3.2 Público alvo**

A pesquisa foi realizada no âmbito do Curso Técnico Integrado em Edificações, do Câmpus Cidade de Goiás, do Instituto Federal de Goiás. A partir da análise dos documentos institucionais, em especial dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, e do questionário realizado com parte dos egressos do curso e de profissionais que ministram aulas, organizou-se o modelo do produto educacional, que terá como alvo os atores envolvidos na pesquisa, sendo eles os alunos e professores do curso de Edificações.

Dessa forma, espera-se contribuir para o processo de ensino aprendizagem, por meio de uma Cartilha interativa sobre Patrimônio Histórico, que os alunos poderão acessar por meio dos aparelhos celulares. Destaca-se que tal consulta poderá ser feita não somente em sala de aula, como também sempre que surgir alguma dúvida sobre a temática, servindo assim como instrumento de apoio para o aprendizado, de forma que se aprenda que patrimônio não são apenas os monumentos, mas também os referenciais de memória, presentes na cultura local.

Portanto, é preciso compreender que “Patrimônio” é composto das manifestações culturais e de pessoas - responsáveis pela construção de nossa sociedade -, compondo a memória coletiva, que, conforme Tolentino e Franch (2017) é “Relacional, no sentido de que está atrelada aos sujeitos que a constroem, aos seus interesses, à sua cosmovisão e às suas experiências de vida” (TOLENTINO; FRANCH, 2017, p. 13), elementos estes que compõem o patrimônio e que estão muito além daquilo que foi edificado.

### **3.3 O impacto esperado na comunidade escolar**

Ao pensar na elaboração de um produto educacional, espera-se que ele possa contribuir para o processo de ensino aprendizagem, no qual o aluno compreenda o que é o patrimônio e como os estudos sobre a memória e a identidade estão interligados, contribuindo para uma formação cidadã, na qual o aluno saiba o local em que está inserido e possa contribuir para a preservação desse patrimônio. Busca-se, assim, ‘Incutir o sentimento de pertencimento pelo lugar onde vivem nos jovens dessas escolas e fazer com que valorizassem a sua identidade’ (TOLENTINO, 2012, p. 06).

Dessa forma, a proposta de uma cartilha interativa com tema de Patrimônio na Cidade de Goiás visa contribuir com estudos envolvendo Patrimônio Cultural, podendo ser utilizada pelos professores e alunos, recorrendo ao celular como meio de ligação entre eles, uma vez que tais aparelhos fazem parte da realidade, que pode ser “aproveitada” em sala de aula como mecanismo para facilitar o processo de aprendizagem de temas que englobam o patrimônio, de forma que o aluno:

Ao conceber a memória e a identidade como uma construção, entende-se que elas são resultado das ações dos sujeitos sociais que as estão construindo e reconstruindo, ou seja, a memória e a identidade são dinâmicas e histórico-socialmente determinadas no momento presente, por meio de um jogo social, carregado de negociações, consensos, lutas, embates e conflitos entre os sujeitos sociais (TOLENTINO; FRANCH, 2017, p. 21).



Assim sendo, espera-se que os alunos, ao conhecer os conceitos sobre patrimônio histórico cultural, possam perceber que patrimônio não é formado apenas pelos monumentos que foram “tombados”, mas também das manifestações culturais e das “pessoas” que vivem na comunidade. A partir de tais saberes, os alunos podem ser agentes de preservação dos “bens”, referenciais da memória da sociedade, despertando o sentimento de pertencimento para com suas raízes históricas. Seguem, assim, os preceitos elucidados por Átila Tolentino (2012), de “Despertar do sentimento de pertencimento e a apropriação do patrimônio cultural da cidade, potencializando elos entre os bens culturais, memória, identidade e cidadania” (TOLENTINO, 2012, p. 06).

Dessa forma, o técnico em edificações poderá ter uma formação integral com saberes que vão além da estrutura predial das edificações históricas, as quais poderá restaurar, mas, ao conhecer a história atrelada a este bem e percebendo, por meio dele, a história do seu povo, que deve ser preservada, contribuirá para a formação das identidades da gerações que ainda virão. Destaca-se que o impacto esperado com a proposta de aplicação do produto educacional não é a conscientização da comunidade sobre patrimônio, pois:

[...] a ideia redentora de conscientizar o Outro, tão propalada por educadores e técnicos do campo do patrimônio, revela uma violência simbólica (BORDIEU, 1989) ante as comunidades, visto que se apresenta pouco afeita ao olhar antropológico que toma o Outro como sujeito capaz de realizar a sua própria hermenêutica do mundo no qual está inserido. Portanto, as perspectivas conscientizadoras desconsideram a visão de mundo dos envolvidos com o processo de conservação patrimonial, tendendo a tomá-los como pessoas que necessitam da luz do conhecimento para aclarar suas consciências obtusas (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 87).

Nessa perspectiva, espera-se que seja realizado um trabalho de sensibilização, no qual a comunidade escolar “Possa se ver como sujeitos produtores de sua cultura e que tenha uma participação ativa e crítica nas ações de preservação e valorização de seu patrimônio cultural” (TOLENTINO, 2012, p. 48), de forma a não aceitar patrimônios que são postos, mas que se conheça a história do local e possa interferir nela.

## **4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO**

O sistema educacional vem se organizando, ao longo do tempo, para promover maior aproximação com os interesses dos alunos, de modo a tornar o processo de aprendizagem mais prazeroso, propiciando um aprendizado a partir dos conhecimentos prévios dos alunos, por meio de um diálogo constante.

Como aponta Sônia Florêncio (2015), a educação deve ocorrer de forma integral, indo além dos muros da escola, para que alcance os “espaços da Vida”, valorizando os “Processos educativos que imbricam os saberes escolares aos saberes que circulam nas praças, nos parques, nos museus, nos teatros, nos encontros e manifestações culturais de um modo geral” (FLORÊNCIO, 2015, p .26). Espaços estes que fazem parte da vida do aluno e devem ser utilizados como locais para aprendizado, pois:

Todo espaço que possibilite e estimule, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir consequente, é um espaço educativo. Portanto, qualquer espaço pode se tornar um espaço educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aproprie, dando-lhe este caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade e transformando-o num instrumento ativo e dinâmico da ação de seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra (GOULART, 2010, p. 24-25).

Tais preceitos, de apropriação do local em que se está inserindo, partindo do conhecimento sobre o mesmo, fazem parte do processo educacional, no qual os alunos se apropriam do local em que vivem e conhecem sua história, que pode ser visualizada por meio de monumentos e/ou contada pelas pessoas do lugar, detentoras de saberes essenciais para a construção da memória coletiva.

Pensando nisso, o produto educacional apresentado busca unir temas presentes na realidade do educando do curso de Edificações do IFG – Câmpus Cidade de Goiás: Patrimônio Histórico e o uso de Tecnologias, elementos que podem ser trabalhados com os estudantes para que “enxerguem e valorizem o seu patrimônio cultural, considerando-o como um elemento-chave na construção da sua identidade” (TOLENTINO, 2012, p. 66).

### **4.1 Manual de uso do Produto**

Durante a pesquisa foi possível perceber que parte dos egressos do curso de Edificações, mesmo morando na cidade de Goiás, reconhecida como Patrimônio Histórico, não teve contato com o patrimônio, lembrando ainda que muitos destes são moradores de áreas periféricas ao

Centro Histórico, que ficam à margem do título de Patrimônio Mundial e, portanto, eles não se identificam com aquilo que foi tombado - prédios históricos representativos da herança de uma elite.

Todavia, como visto, patrimônio não é feito somente de monumentos, compreendendo as pessoas que constroem os saberes do local, sendo retentoras de memórias. Desse modo, para compreender “As representações e apropriações do patrimônio, devemos examinar o sentido prático das expressões que usam os portadores e herdeiros dos patrimônios culturais, quando fazem afirmações sobre os seus legados” (TAMASO, 2007, p, 705).

Essas representações devem estar presentes nos estudos sobre patrimônio, como forma dos alunos conhecerem o local em que vivem e possam se apropriar das histórias e memórias, construindo elo com o lugar, fator essencial para o sentimento de preservação dos elementos que compõem as identidades.

Nessa perspectiva, deve se pensar em um processo de aprendizagem por meio da educação patrimonial, levando em conta que os “Processos educativos devem ser de base democrática, primando pela construção coletiva do conhecimento e pela participação efetiva dos diferentes atores sociais detentores e produtores das referências culturais” (TOLENTINO, 2012, p. 68). Atores estes que são o povo do lugar e também elementos do patrimônio.

Vale destacar ainda que a “Formação de uma consciência patrimonial ocorre em meio a um processo identitário – nação, lugar, grupo social, étnico, acontecimento histórico” (TAMASO, 2007, p. 693), temas que serão abordados na Cartilha, visando o aprendizado sobre elementos constituidores do local em que se vive, detentores de memórias formadoras do patrimônio.

Nessa perspectiva, a Cartilha não foi construída para ser um guia, um manual, mas sim um apoio didático para os docentes. Destaca-se que ela foi construída por meio de sugestões dos egressos e docentes, oriundas do questionário, visando o trabalho com o patrimônio a partir de memórias e saberes da comunidade.

Ademais, buscando um produto educacional que fosse acessível para os alunos, pensou-se em uma Cartilha que fosse utilizada pelo aparelho celular. Dessa forma, o produto foi elaborado para ser acessado nos dispositivos móveis, empregando uma fonte maior, para que seja aberta sem a necessidade de ampliar a tela. Além disso, por representar as tradições e trabalhar com a memória, ela foi construída de forma poética, utilizando imagens em cada início de capítulo, com fontes coloridas, que remetem às ilustrações apresentadas.

Destaca-se ainda que o Câmpus Cidade de Goiás oferta também cursos na área das Artes e do Audiovisual, assim, as ilustrações do produto foram elaboradas a partir do olhar de um

aluno do curso de Licenciatura em Artes sobre as memórias presentes em alguns referenciais da Cidade, partindo dos resultados apontados nos questionários, de forma que os educandos conheçam o seu patrimônio cultural e as suas referências culturais e, posteriormente, conheçam as da Cidade de Goiás.

O título da Cartilha é “Patrimônio na Cidade de Goiás: um olhar além do edificado” e está estruturada em tópicos, a citar: 1. Cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade. 2. O que é Patrimônio Cultural Brasileiro? 2.1 O Patrimônio Material. 2.2. E o Patrimônio Imaterial? 3. O que é Educação Patrimonial? 3.1 Para que trabalhar com a Educação Patrimonial? 4. Instituto Federal de Goiás Câmpus Cidade de Goiás. 5. Curso Técnico Integrado em Edificações. 5.1 Por que estudar patrimônio num curso de Edificações? 6. Sintetizando. 7. Mensagem Final e Referências.

Pensando nos leitores que não conhecem a Cidade de Goiás, foi elaborado um mapa interativo que pode ser acessado pelo link disponibilizado na Cartilha. O mapa foi construído de forma artística, com elementos que remontam ao patrimônio natural, material e imaterial da Cidade de Goiás. A ideia foi trabalhar um mapa afetivo, com representações de elementos da Cidade, sejam eles materiais e imateriais, trazendo também os patrimônios naturais, representados pelo Rio Vermelho e pelas serras e morros.

No mapa, os elementos visuais da Cidade de Goiás foram elaborados com o intuito de aproximar os temas relacionados ao patrimônio às vivências dos estudantes. Dessa forma, são trazidos: o Morro da Índia, Morro Santa Bárbara, Morro Dom Francisco, Morro do Cruzeiro, a Serra Dourada, o Rio Vermelho, Bloco Pilão de Prata, Lavanderia do Alto\_Santana, Igreja do Rosário, Sede do IFG, Quartel do XX, Associação Beneficente Santa Luzia, Mercado Municipal, Praça do Chafariz de Cauda, Museu das Bandeiras, Benzedeiras, Paneleiras e Doceiras e a Igreja Santa Rita. Esses conceitos são acessados por meio de um “click” na figura. Além do mapa, a Cartilha busca promover a interação do leitor com conceitos que foram trabalhados, por meio de perguntas acessadas no link disponibilizado na mesma.

#### **4.2 Proposta de aplicação na comunidade escolar**

A pandemia da COVID-19 trouxe o ensino remoto para o Instituto Federal de Goiás, fato que impossibilitou a realização de atividades presenciais e provocou a alteração da proposta inicial da aplicação na comunidade, que seria por meio de uma série de ações educativas, que começariam na instituição de ensino, com a apresentação dos resultados da pesquisa, culminando com uma visita guiada na Cidade de Goiás.

Todavia, pensou-se em uma outra proposta para apresentar a pesquisa e o produto, utilizando os recursos disponibilizados pela instituição, que são as aulas assíncronas no *Google Meet*. Assim, será realizada uma roda de conversa, que buscará o diálogo com os alunos e professores do curso de Edificações, para que possam perceber a importância do local em que estudam e trabalham e que “Existem inúmeras possibilidades de trabalhar com a identidade local de seus alunos e poder realizar um bom trabalho de educação patrimonial. Afinal, a alma da cidade é formada por seus moradores” (TOLENTINO, 2012, p. 68).

Portanto, espera-se que o Produto Educacional aqui proposto possa auxiliar nas discussões referentes ao Patrimônio Cultural, contribuindo para que a Educação Patrimonial esteja presente nos Projetos Pedagógicos. De tal maneira, almeja-se ainda que os alunos do curso Técnico em Edificações possam compreender que o patrimônio a ser preservado não corresponde apenas aos monumentos históricos, mas está presente nas memórias e manifestações culturais, elementos que correspondem à cultura imaterial, estando à margem daquilo selecionado como detentor da história do lugar, porém constituem-se num componente essencial para a formação de identidades.

#### **4.3 Devolutiva para a comunidade escolar**

A partir da leitura dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Edificações do Instituto Federal de Goiás e do resultado dos questionários aplicados para parte de egressos e dos professores do Curso de Edificações do Câmpus Cidade de Goiás, foi sendo “gestada” a ideia do produto educacional, fruto deste relatório, que tem como objetivo contribuir com o processo de ensino aprendizagem dos estudantes do curso de Edificações.

Como a pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Goiás – Câmpus Cidade de Goiás deverá ser apresentada uma proposta de “retorno” para a referida comunidade, tendo em vista que “A devolutiva constitui-se como um momento estanque e pontual no qual, ao final do estudo, os pesquisadores “devolvem” ou creem “retornar” ao campo investigado um conjunto de resultados obtidos”, por meio da pesquisa, que foi só foi possível graças a contribuição da comunidade (ALMEIDA *et. al.*, 2018, p. 204).

A proposta inicial de devolutiva para a comunidade foi elaborada pensando no ensino presencial, por meio de um conjunto de ações educativas, que seriam realizadas de forma presencial, todavia, a pandemia alterou o que havia sido inicialmente programado. Como a pesquisa foi realizada no IF Goiano Câmpus Cidade de Goiás foi pensada a proposta de

“retorno” para os envolvidos na pesquisa, ou seja, professores e alunos do curso Técnico Integrado em Edificações.

Dessa forma, para a devolutiva, será realizada uma roda de conversa com a comunidade escolar, com a apresentação dos resultados da pesquisa e do produto elaborado. Como as aulas no instituto estão sendo realizadas de forma remota, por meio da nucleação, a apresentação será via *Google Meet*, com professores e alunos Curso de Edificações. Além de apresentar o trabalho que foi realizado, será feita uma discussão sobre o Patrimônio na Cidade de Goiás, que vai além daquilo que é edificado.

Além da pesquisa, será apresentada a Cartilha interativa, explicando o porquê do produto, bem como os objetivos para sua elaboração e também os conceitos que foram discutidos nele, junto aos elementos presentes, como o mapa e o “quiz” com perguntas. Sendo a Cartilha interativa, será disponibilizada para os alunos poderem acessar no momento da apresentação, podendo perceber a interatividade por meio dos ícones presentes no produto.

Além da roda de conversa, haverá a divulgação da pesquisa nas redes sociais do Instituto e também no site, como forma de apresentar o trabalho realizado e as contribuições da pesquisa para a comunidade escolar.

Por meio da discussão sobre a pesquisa e do produto, junto ao diálogo com a comunidade, objetiva-se que as discussões sobre Educação Patrimonial sejam constantes na instituição de ensino, de modo que o educando possa “Enxergar a sua cidade com um novo olhar, ou seja, ampliaram seu campo de visão para o lugar onde vivem e puderam perceber que o seu quintal pode ser maior que o mundo e que, por isso, é necessário preservá-lo e ter orgulho dele” (TOLENTINO, 2012, p. 68).

De tal maneira, por meio da ação educativa proposta, parte-se do pressuposto que o ato de educar utilizando a história local pode aproximar os estudantes a elementos do seu cotidiano, aos espaços e saberes que remetem às memórias afetivas, de forma que possam identificar o patrimônio cultural existente, seja material ou imaterial, uma vez que o conhecimento acerca de nossas origens, de nossa história é fator essencial para o exercício da cidadania.

Logo, busca-se contribuir para o conhecimento dos alunos, professores e responsáveis pelo curso de Edificações sobre a importância do patrimônio para a construção de identidades, de modo que se conheça os espaços que eles ocupam, seja no instituto, seja na cidade - que é patrimônio histórico, colaborando para a formação crítica do educando, que, ao conhecer o meio em que vive, poderá ser agente de mudanças, buscando a preservação do seu “patrimônio cultural”.

Dessa forma, espera-se que a proposta de devolutiva para comunidade possa contribuir para a formação crítica dos alunos. A devolutiva também poderá servir de subsídio para a equipe escolar ao reformular o Projeto Político Pedagógico do Curso de Edificações, pois, trazendo dados, a partir da experiência com alunos, revela os fatos que precisam ser trabalhados em sala de aula para que a educação não seja “bancária”, de transmissão de conhecimento, mas que se pautem no diálogo com os educandos. Dessa maneira, eles podem compreender que o patrimônio vai além do bem físico, feito de “pedra e cal”, alcançado a formação crítica, reconhecendo-se como pertencente ao espaço em que vive, cujos “patrimônios” vão além do edificado (tombado).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo utilizou como categorias de análise as teorias sobre Educação, Patrimônio, Identidade e Memória, discutidas por meio da análise dos Projetos Pedagógicos do Curso de Edificações e dos documentos norteadores do Instituto Federal de Goiás.

Nesse sentido, o Patrimônio Cultural foi um dos conceitos fundamentais para as discussões aqui presentes. Por meio da relação da escola com o patrimônio, buscou-se compreender o processo de formação integral ofertado pelo Instituto, visando uma formação que esteja além do mundo do trabalho.

A hipótese prevista na pesquisa, que a Educação Patrimonial é trabalhada de maneira tangencial no Curso Técnico Integrado em Edificações, foi confirmada. Pela análise dos Projetos Pedagógicos do curso de Edificações dos câmpus do IFG, percebeu-se que nestes, exceto o Câmpus Cidade de Goiás, não dialogam com o tema envolvendo o patrimônio. Somente o Câmpus Cidade de Goiás, por meio da matriz reformulada em 2017, aponta para questão do patrimônio material. Todavia, é preciso mais que isso. A educação patrimonial deve ser problematizada e vivenciada, de forma que se possa conhecer os elementos que envolvem a memória do local em que se está inserido.

Nessa perspectiva, os Projetos Pedagógicos de Curso de Edificações do IFG, embora não se relacionem com uma formação envolvendo o campo do patrimônio, contemplam a formação integral do aluno, formação esta que requer além dos conteúdos específicos para o trabalho como técnico em edificações, requer uma formação cidadã, com saberes sobre o espaço em que se vive. Dessa forma, é preciso que educandos se reconheçam como pertencentes ao espaço e à memória local, de modo que se possa aprender também na escola os elementos necessários para a preservação de suas raízes culturais.

O Instituto Federal de Goiás, que tem suas bases nas Escolas de Artífices, traz em seu projeto a concepção de uma formação humana integral, alicerçada nos pressupostos da Politécnica, Omnilateralidade e da escola unitária, na qual, além de uma formação para o trabalho, espera-se que o educando aprenda elementos para uma formação social, com saberes além daqueles do mundo do trabalho, para uma formação cidadã.

Nesse sentido, espera-se que a formação integral alcance também uma formação para o patrimônio, de modo que o aluno conheça a história e memória do seu povo, buscando, por meio da educação, caminhos para construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual o respeito para com outro seja uma das premissas essenciais.



A proposta do produto Cartilha Interativa foi construída com intuito de contribuir com o processo de ensino aprendizagem, oferecendo aos docentes um instrumento para ser utilizado nas aulas, não só nas disciplinas que compõem o núcleo específico do curso de Edificações, mas visando uma proposta interdisciplinar, para que temas envolvendo o Patrimônio Cultural possam ser discutidos por meio da realidade conhecida pelos alunos.

Destaca-se que a ideia de construir um produto que utilizasse como suporte às tecnologias digitais foi gestada antes da pandemia da COVID-19, visando facilitar o acesso dos alunos ao conteúdo proposto. Contudo, a pandemia em 2020 - responsável por adequações nas metodologias de ensino, fazendo com que o ensino remoto se tornasse uma realidade dos processos educativos - fez com que o produto educacional elaborado, ao usar como suporte dispositivos móveis (como celular), trouxesse mais facilidade durante o ensino remoto. Contudo, será mais prático também no ensino presencial, pois o usuário poderá acessar o conteúdo pelas plataformas digitais, facilitando, assim, o acesso. Além disso, poderá ser usado também como guia virtual, de forma que o Patrimônio da Cidade de Goiás seja apresentado além dos monumentos edificados, mostrando também elementos que remetem à memória do lugar.

Por meio da análise dos Projetos Pedagógicos do curso de Edificações, foi observado que as políticas educacionais estão quase sempre atreladas à formação técnica, voltada para o mundo do trabalho, sendo ofertadas, junto com as disciplinas dos núcleos comum e diversificado, as disciplinas técnicas que são necessárias para o trabalho.

Todavia, os estudantes são sujeitos de direitos historicamente constituídos e, quando começam a se identificar com o meio em que estão inseridos, são capazes de propor transformações dentro desse meio, intervindo nas políticas educacionais existentes. Por esse motivo, é importante que as discussões envolvendo a Educação Patrimonial sejam levadas em consideração nas matrizes curriculares não só dos cursos do Instituto Federal, como também nas demais redes de ensino.

Ao longo do trabalho realizado, ocorreram alguns desafios, a começar pela alteração na proposta traçada inicialmente, que seriam entrevistas presenciais com egressos do curso de Edificações e docentes, mas foram adequadas para formulários no *Google forms*, tendo em vista que a pandemia da Covid-19 impossibilitou a entrevista “presencial”.

Dessa forma, os questionários realizados com egressos do curso de Edificações do Câmpus Cidade de Goiás foram essenciais para pesquisa, possibilitando a análise entre teoria presente nas matrizes curriculares e a formação alcançada.

Os questionários realizados com os professores apontaram os caminhos para a reformulação do Projeto Pedagógico, em 2017, que culminou na inserção da disciplina Patrimônio Histórico, como também para o trabalho com Projetos Integradores, que discutem o patrimônio material da Cidade, elementos importantes para a formação do aluno. Contudo, como visto, a formação para o patrimônio não ocorre apenas por meio do trabalho envolvendo as edificações, estas devem ser integradas com elementos formadores da memória e da história presentes na cidade.

Ainda por meio dos questionários com os docentes do curso, percebeu-se que a equipe de reformulação do PPC compreendeu a necessidade de trazer para a matriz do curso a discussão envolvendo o patrimônio cultural, tendo em vista que o Câmpus está inserido em uma cidade reconhecida como Patrimônio Histórico da Humanidade. Entretanto, novamente, é preciso mais que a discussão envolvendo o patrimônio material edificado.

Assim sendo, os conceitos envolvendo o patrimônio cultural, material e imaterial devem ser trabalhados de forma interdisciplinar, para que o aluno possa compreender além dos elementos que compõem as edificações, relacionando a memória e a história atrelada a elas. Dessa forma, ao conhecer os referências de memória, os alunos poderão apropriar do patrimônio cultural, tornando-se agentes de preservação e fazendo com que a proposta de uma educação integral seja de fato alcançada. Logo, além de uma formação para o trabalho, o aluno adquire uma formação cidadã, reconhecendo-se como integrante da sociedade e sendo capaz de intervir no espaço em que está inserido.

Parte dos alunos que responderam ao questionário não teve em sua formação uma disciplina envolvendo Patrimônio Cultural, mas a ausência da temática não afastou o conhecimento sobre, pois, morar na Cidade de Goiás, elemento que remete ao patrimônio e faz parte da realidade desses alunos, é considerado um fator que contribui para certo conhecimento sobre os bens patrimoniais.

Analisando ainda os questionários aplicados com egressos, percebeu-se que estes possuem certo conhecimento acerca do patrimônio cultural, todavia, relacionam o patrimônio ao que foi tombado, elementos que remetem aos bens edificados. Os participantes da pesquisa sabem da necessidade de proteção dos bens, mas é preciso que percebam que patrimônio vai além do bem material, estando presentes nos elementos que compõem a cultura imaterial, em especial, a memória e as manifestações culturais. É por essa razão que se espera que a proposta de inserção das discussões envolvendo a educação patrimonial contribua na formação integral do aluno, para que os sujeitos compreendam a necessidade de preservar os elementos que compõem o patrimônio cultural, seja o tombado ou não.

Destaca-se, então, que o trabalho envolvendo a temática do patrimônio é necessário para formação dos educandos, para que estes conheçam a história/memória do seu povo, que não está presente apenas por trás dos monumentos edificados, indo além daquilo que é reconhecido pela política do patrimônio.

Faz-se necessário, ainda, que o aluno se reconheça como sujeito capaz de intervir na sociedade em que vive, de modo que as políticas de proteção do patrimônio possam de fato alcançar a realidade prática, promovendo além da preservação o conhecimento acerca dos elementos formadores da identidade. Debater e reconhecer sobre os elementos que compõem o patrimônio cultural é tarefa primordial nesse processo. Para tanto, não deve o IFG se furtar dessas discussões, até mesmo porque isso contribui para a consolidação de uma formação integral dos sujeitos.

Em todo caso, há que se reconhecer que as discussões envolvendo a Educação Patrimonial no Brasil são recentes, estando prevista na Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016, e na Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, e, embora seja resultado de muito trabalho, ainda está em processo de divulgação. O que se percebeu, até mesmo com os questionários, é o desconhecimento sobre o tema envolvendo a Educação Patrimonial. Por isso, o produto educacional decorrente da pesquisa busca auxiliar na divulgação da Educação Patrimonial e contribuir, de alguma maneira, para o trabalho com os conceitos envolvendo o Patrimônio Cultural.

Trabalhar Patrimônio Cultural e, em especial, a Educação Patrimonial nas escolas é elemento essencial na formação do educando, que poderá conhecer sua história por meio do Patrimônio Cultural tombado, como ocorre na Cidade de Goiás, todavia, sem deixar de lado os referenciais históricos que não foram contemplados pela política do patrimônio, mas que se constituem em elementos formadores da população, presentes na memória do povo, essenciais no processo de formação de identidades.

Dessa forma, ao se pensar na elaboração de matrizes curriculares, deve-se além de trazer a história da América Portuguesa e seus desdobramentos, valorizando a história e memória dos povos que também foram responsáveis pela formação da sociedade, como as etnias indígenas e a população negra. Assim, não será valorizada apenas uma história oficial, mas também a história “real”, presente na memória afetiva dos que descendem daqueles que aqui viveram.

Vale destacar que o trabalho com patrimônios edificados não deve ocorrer apenas em cidades tombadas, como acontece na Cidade de Goiás, pois nas mais diversas localidades as edificações trarão consigo elementos da história daquele povo. De tal modo, é inegável a importância de se estudar nos cursos que inevitavelmente terão como objeto as construções

edificadas a memória e o patrimônio, uma vez que este estudo possibilitará aos egressos do curso uma reflexão da sua própria história.

É preciso ainda reconhecer o trabalho pioneiro desenvolvido pelo Câmpus Cidade de Goiás, ao inserir na Matriz Curricular do curso de Edificações, do ano de 2017, as discussões envolvendo o Patrimônio Cultural. A Instituição local também possibilitou a realização de projetos integradores como forma de agregar elementos da realidade local com a Educação Profissional, tendo o Currículo Integrado e o Trabalho como Princípio Educativo como norteadores no processo educativo. No entanto, é preciso mais que isso. É preciso que o patrimônio imaterial e os referenciais da memória façam parte das discussões envolvendo o patrimônio, em reconhecimento ao processo histórico do espaço em que se está inserido, possibilitando a construção de uma sociedade que conheça sua história e respeite suas memórias.

Espera-se que discussões construídas neste relatório e consolidadas no produto educacional possam contribuir com o trabalho relacionado à Educação Patrimonial, fazendo com que esta seja incluída como parte da formação humana integral, de modo que o aluno possa compreender que patrimônio vai além dos bens edificados.

De fato ainda há muito que se caminhar para a consolidação da Educação Patrimonial nas matrizes curriculares, o que faz com que esta pesquisa não se encerre com a entrega do relatório. Pelo contrário, espera-se que ela abra espaço e oportunidade para outras pesquisas que visam analisar como o patrimônio cultural tem sido trabalhado nas instituições de ensino, podendo auxiliar nos processos de reformulações das matrizes curriculares e dos projetos pedagógicos dos cursos.

## REFERÊNCIAS

### 1. Listagem dos acervos e fontes

BRASIL, **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/10378.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10378.htm). Acesso em: 25 abr. 2020.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de Novembro de 1937. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**. 30 de novembro de 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 11 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016**. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria\\_n\\_137\\_de\\_28\\_de\\_abril\\_de\\_2016.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf). Acesso em: 13 fev. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018.** Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41601273/do1-2018-09-20-portaria-n-375-de-19-de-setembro-de-2018-41601031](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41601273/do1-2018-09-20-portaria-n-375-de-19-de-setembro-de-2018-41601031) Acesso em: 13 fev. 2020.

CARTAS DO PATRIMÔNIO. IPHAN. **Cartas do Patrimônio.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226/>. Acesso em: 28 dez. 2018.

CASA MUSEU AFOXÉ PILÃO DE PRATA DA CIDADE DE GOIÁS. Disponível em: <https://casa-museu-afoxe-pilao-de-prata.negocio.site/posts/5562849084622513717?hl=pt-BR>. Acesso em: 20 fev. 2020.

IFG. **Câmpus Cidade de Goiás.** Disponível em: <http://w2.ifg.edu.br/goias/index.php?start=610>. Acesso em 15 de julho de 2020. Disponível em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/3406?discover?rpp=10&etal=0&query=escola+de+art%C3%ADfices+de+goi%C3%A1s>. Acesso em: 20 abr. 2020.

IFG. **Câmpus Cidade de Goiás.** Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/goias/apresentacao?showall=&start=2>. Acesso em: 12 jan. 2020.

IFG. **Câmpus Cidade de Goiás.** Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/goias/apresentacao>. Acesso em: 12 jan. 2020.

IFG. **Câmpus Goiânia.** Disponível em: <http://cursos.ifg.edu.br/info/tecint/tec-edificacoes/CP-GOIANIA>. Acesso em: 10 abr. 2020.

IFG. **Câmpus.** Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/campus>. Acesso em: 20 fev. 2020.

PORTAL DO DIVINO. **Site Portal do Divino.** [http://www.portaldodivino.com/Goias\\_2007/Imagem%20127.jpg](http://www.portaldodivino.com/Goias_2007/Imagem%20127.jpg). Acesso em: 20 fev. 2020.

IPHAN. **Educação Patrimonial.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em: 23 fev. 2020.

IPHAN. **Monumentos e Espaços Públicos Tombados - Goiás (GO).** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1478/>. Acesso em: 23 jan. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS. **Acervo digital.** Disponível em: <http://www.prefeituradegoias.go.gov.br/2018/09/24/encontro-de-congos-e-congadas-festa-de-nossa-senhora-do-rosario/>. Acesso em: 20 fev.2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS. **Acervo digital.** Disponível em: <http://www.prefeituradegoias.go.gov.br/2017/04/13/tradicional-procissao-do-fogareu-encantos-vilaboenses-e-turistas-na-cidade-de-goias/>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

RECOMENDAÇÃO DE PARIS. **Recomendação Paris de Obras Públicas ou Privadas.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019

## 2. Bibliográfica

ALMEIDA, Ueberson Ribeiro *et al.* A devolutiva como exercício ético-político do pesquisador. **Fractal: Revista de Psicologia.** v. 30, n. 2, p. 204-213, 2018.

ANDRADE, L. M. **Educação de jovens e adultos e possibilidades de emancipação das juventudes: um estudo de caso.** Anápolis: IFG, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ifg.edu.br/handle/prefix/525>. Acesso em: 07 de jun. 2020

BRITTO, Clóvis Carvalho. A terceira margem do patrimônio: o rio Vermelho e a configuração do habitus vilaboense. **Diálogos.** v. 18, n.3, p. 975-1004, set-dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/artiele/view/33914/pdf>. Acesso em: 12 dez 2019.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória.** Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CABRAL, M. Memória, patrimônio e educação. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura.** v. 12, n. 1, p. 35-42, 2004.

CABRAL, M. Educação patrimonial x educação museal. *In: Educação patrimonial: reflexões e práticas.* João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. p. 38-43.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Cidades,** nº 23. Rio de Janeiro: IPHAN/Minc, 1994. p. 94-115.

CANDAU, J. **Memória e identidade.** Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

CARNEIRO, Keley Cristina. **Cartografia de Goiás: patrimônio, festa e memórias.** Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia - Universidade Federal de Goiás, 2005. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/CARNEIRO\\_Keley\\_Cristina.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/CARNEIRO_Keley_Cristina.pdf). Acesso em: 05 jan. 2021.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 6. ed. São Paulo: Estação da Liberdade: ED. UNESP, 2017.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada à escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**. v. 3, n. 3, 2005.

COELHO, P. M. F. Os nativos digitais e as novas competências tecnológicas. **Texto livre: Linguagem e tecnologia**. v. 5, n. 2, p. 88-95, 2012.

CORÁ, M. A. J. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Revista de Administração Pública**. v. 48, n. 5, p. 1093-1112, 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/33331>. Acesso em: 30 jul. 2019.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP. Brasília, DF: FLACSO, 2005a.

CUNHA, L. A. **O ensino Profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP. Brasília, DF: FLACSO, 2005b.

DE ABREU, G. R. Ressignificação da formação do professor de ensino técnico-profissional: por uma prática reflexiva na reconstrução de sua identidade. **Revista Profissão Docente**. v. 9, n. 19, p. 114-132, 2009.

DELGADO, Andréa Ferreira; DE OLIVEIRA, Ilse Leone Borges Chaves. Educação patrimonial como experiência interdisciplinar: patrimônio e memória na Cidade de Goiás. **Revista Polyphonia**. v. 19, n. 2, p. 135-150, 2008.

DELGADO, A. F. Goiás: a invenção da cidade "Patrimônio da Humanidade". **Horizontes Antropológicos**. v. 11, n. 23, p. 113-143, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000100007&script=sci_arttext). Acesso em: 10 jul. 2019.

FEDOCE, Rosângela Spagnol; SQUIRRA, Sebastião Carlos. A tecnologia móvel e os potenciais da comunicação na educação. **LOGOS 35 Mediações sonoras**. v. 18, n. 02, 2º semestre, 2011. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/logos>. Acesso em: 05 ago. 2020.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.

FLORÊNCIO, S. R. R. Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais. **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secultfor: Iphan (2015): 21-30.



FLORENCIO, S. R. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação. *In:* TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: IPHAN-PB, 2012. (Caderno Temático 2).

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

GARCIA, A. de. C. *et al.* A educação profissional no Brasil: origem e trajetória. **Revista Vozes dos Vales**. v. 12 (2018): 1-18.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GOMIDE, José Hailon; DA SILVA, Patrícia Reis; BRAGA, Sylvania Maria Nelo. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. *In:* ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, pp.25-33, 2009.

GONÇALVES, J. R. S. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Revista Estudos Históricos**. 2015. p.211-228. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55-0211.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

GOULART, Bya. **Cadernos Pedagógicos: territórios educativos para a educação integral – a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade**. Brasília-DF: Ministério da Educação, ago. 2010.

GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Sousa; DE ARAÚJO, Bruno Melo. Cartas Patrimoniais e a Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. **Informação & Informação**. v. 23, n. 3, p. 202-229, 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/30997/pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HENRIQUES FILHO, T. A evolução histórica da proteção ao patrimônio cultural. **ATHENAS**. v. II, n. 1, jan-jul. 2013. ISSN2316-1833. Disponível em: [http://www.fdcl.com.br/revista/site/download/fdcl\\_athenas\\_ano2\\_voll\\_2013\\_artigo6.pdf](http://www.fdcl.com.br/revista/site/download/fdcl_athenas_ano2_voll_2013_artigo6.pdf). Acesso em: 15 jul. 2019.

IFG. **Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Edificações**. Câmpus Aparecida de Goiânia, 2014a.

IFG. **Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Edificações**. Câmpus Jataí, 2014b.

IFG. **Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Edificações**. Câmpus Cidade de Goiás, 2014c.

IFG. **Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Edificações**. Uruaçu 2015.

IFG. **Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Edificações**. Câmpus Luziânia, 2017a.

IFG. **Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Edificações**. Câmpus Cidade de Goiás, 2017b.

IFG. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. (PDI/IFG – 2019/2023). Instituto Federal de Goiás, 2018.

KUNZE, N. C. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 2, n. 2, nov. 2009. Brasília: MEC, SETEC, 2009.

LACERDA, Regina. **Vila Boa: história e folclore**. Goiânia: Oriente, 1977.

LÔBO, Sônia Aparecida. Da Escola de Aprendizes Artífices à ETFG: educação e disciplinarização para o trabalho. *In*: BARBOSA, Waldir; PARANHOS, Murilo Ferreira; LÔBO, Sônia Aparecida. **A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o IFG no tempo: conduzindo uma recuperação histórica até os anos 1990**. Goiânia: IFG, 2015. p. 69-93.

LIMA, L. P. B.; ORTELLADO, P.; SOUZA, V. de. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. **IV Seminário Internacional de Políticas Culturais**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Luciana-Piazzon-Barbosa-Lima-et-alii.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

MACEDO, Eliene Nunes. **A dança dos Congos da Cidade De Goiás: Performances de um Grupo Afro-Brasileiro**. 2015. Dissertação (Mestrado em Performances Culturais). Universidade Federal de Goiás, Goiás. Disponível em <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5307/5/Disserta%20a7%20c3%a3o%20-%20Eliene%20Nunes%20Macedo%20-%202015.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021.

MACHADO, M. B.; MONTEIRO, K. M. N. Patrimônio, identidade e cidadania: reflexões sobre Educação Patrimonial. **Ensino de História: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST Edições 2010: ANPUH/RS, 2010. p. 25-37.

MAGALHÃES, F. P. **Gêneros discursivos da esfera empresarial no ensino da educação profissional: reflexões, análises e possibilidades**. Pelotas, 2011. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Universidade Católica de Pelotas.

MARCHETTE, T. D. **Educação patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

MEDEIROS, M. C.; SURYA, L. A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. *In*: CHUVA, M.; NOGUEIRA, A. G. R. **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: FABERJ, 2012.

MEIRELLES, L. F. T; TAROUCO, L. M. R. Framework para aprendizagem com mobilidade. **Anais do XVI Simpósio Brasileiro de Informática na Educação**, ser. SBIE 05. Sociedade Brasileira de Computação, 2005, pp. 623–633.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politécnica e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. v. 20, n. 63, p. 1057-1080, 2015.

MOREIRA, M. A. O mestrado (profissional) em ensino. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 131-142, jul. 2004.

NORA, P. Entre memórias e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistauucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 10 dez 2019.

OLIVEIRA, Marcelo Iury. **Das Margens ao Centro Histórico: patrimônios e turismo na perspectiva dos moradores das áreas periféricas na cidade de Goiás – em nome de patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás**. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Goiás, Goiás. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8531/5/Disserta%20-%20Marcelo%20Iury%20de%20Oliveira%20-%202014.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. 2018.

PELEGRINI, S. C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Patrimônio e Memória**. v. 2, n. 2, p. 54-77, 2006. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/37>. Acesso em: 20 jul. 2019.

PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PESCADOR, C. M. Tecnologias digitais e ações de aprendizagem dos nativos digitais. **Anais do V Congresso Internacional de Filosofia e Educação**. 2010.

PRENSKY, M. Digital Native, digital immigrants. Digital Native immigrants. **On the horizon**. **MCB University Press**. v. 9, n.5, October, 2001. Disponível em: <https://marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>. Acesso em: 07 de jun. de 2020.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**. v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 01 jul. 2019.

PONTES CORRÊA, Fernanda; OLIVEIRA LIMA, Leandro. A centralidade da cidade de Goiás: o setor João Francisco e o papel da avenida Dário de Paiva Sampaio na estruturação do espaço urbano. **Élisée-Revista de Geografia da UEG (ISSN 2316-4360)**. v. 4, n. 2, p. 182-195, 2015.

RODRIGUES, J. E. R; MIRANDA, M. P. S. **Estudos de direito do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SÁ, Helvécio Goulart Malta de. **A Transferência da Escola de Aprendizes Artífices da Cidade de Goiás para a Nova Capital: Contribuições para a Construção da Memória do IFG**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/1123>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Lavar as mãos, descolonizar o futuro (006)**. São Paulo: Editora N-1, 2020

SANTOS, M. C. T. M. **Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. v. 4. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008, 255 p.

SCIFONI, S. Para repensar a educação patrimonial. *In*: PINHEIRO, Adson R. S. **Caderno do Patrimônio Cultural**. Fortaleza: Secretaria Municipal de Cultural, IPHAN, 2015, p.195-206.

\_\_\_\_\_. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **Revista CPC**, v. 14, n. 27esp, p. 14-31, 2019.

SILVA, Neemias Oliveira da. **Patrimônio e Corpo: O Cine Teatro São Joaquim Como Paisagem Das Emoções**. *In*: Universidade Estadual de Goiás. (No prelo). p. 01 a 10.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu; BEZERRA, Márcia. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. *In*: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane. (org.). **Antropologia e patrimônio cultural**. Diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 81-97.

TAMASO, Izabela Maria. **Em nome de patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás**. (2007).

TAMASO, Izabela Maria Os Patrimônios como Sistemas Patrimoniais e Culturais: notas etnográficas sobre o caso da cidade de Goiás. **Revista Antropológica**. v. 26, n. 2, 2015.

TEZANI, T. C. R. Nativos digitais: considerações sobre os alunos contemporâneos e a possibilidade de se (re) pensar a prática pedagógica. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**. v. 19, n. 2, p. 295-307, 2017.

TOLENTINO, A. B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. *In*: BRAGA, E. O.; TOLENTINO, A. (org.). **Educação Patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas. IPHAN-PB: Caderno Temático de Educação Patrimonial, 2016. p. 38-48.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

TOLENTINO, Átila Bezerra; FRANCH, Mônica. **Espaços que suscitam sonhos**: narrativas de memórias e identidades no Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

TOLENTINO, A. B. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. **Revista CPC**. v. 14, n. 27esp, p. 133-148, 2019.

VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. **Revista Tempo Brasileiro**. n. 95, 1988.

VIANNA, Letícia. Legislação e preservação do patrimônio imaterial: perspectivas, experiências e desafios para a salvaguarda das culturas populares. **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**, v. 1, n. 1, 2004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/view/12643/9819>. Acesso em: 20 jul. 2019.

# APÊNDICES

## APÊNDICE 1 - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: QUESTIONÁRIO PARA EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM EDIFICAÇÕES

### Questionário:

O questionário será enviado via formulário eletrônico e trará como perguntas temas relativos a Educação Patrimonial no Curso de Edificações. Terá questões discursivas, com espaço para o informante, que desejar comentar algo, complementar a resposta.

### Identificação:

Nome:	
Idade:	
Naturalidade:	
É morador da Cidade de Goiás?	
Mora na cidade de Goiás a quanto tempo?	
Mora em qual bairro da cidade de Goiás?	
Em qual ano ingressou no Curso Técnico Integrado em Edificações do Instituto Federal de Goiás - Câmpus Cidade de Goiás?	

1. Para você o que é Educação Patrimonial?

---



---



---

2. Na sua opinião, qual é a importância de uma cidade ser considerada Patrimônio Histórico?

---

---

---

3. Antes de entrar no curso, teve a oportunidade de estudar sobre patrimônio? Se sim, fale um pouco sobre a sua experiência.

---

---

---

4. Em que o estudo sobre patrimônio contribuiu na sua formação como profissional de Edificações?

---

---

---

5. Na sua opinião, qual a importância de se estudar patrimônio numa cidade reconhecida como Patrimônio Histórico da Humanidade?

---

---

---

6. Como a disciplina Patrimônio Histórico Cultural foi trabalhada no curso?

---

---

---

7. O tema “patrimônio histórico” foi discutido em outras disciplinas? Como o estudo de patrimônio e de memória cultural estiveram presentes durante o curso de Edificações?

---

---

---

8. As visitas técnicas permitiram discutir sobre os bens patrimoniais? Como?



---

---

---

9. Você estudou durante o curso de Edificações sobre o conceito de memória cultural? Se sim, como isso contribuiu na formação do profissional de Edificações?

---

---

---

10. Após a conclusão do curso, como você compreende o seu papel como profissional de Edificações na preservação do patrimônio e da memória cultural?

---

---

---

11. Atualmente a tecnologia faz-se presente na educação. Qual a sua opinião? Como foi aplicada no curso de Edificações?

---

---

---

12. Como as questões sobre o patrimônio histórico podem ser trabalhadas na escola? Por favor dê a sua sugestão.

---

---

---

## APÊNDICE 2 - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM EDIFICAÇÕES

### Questionário:

O questionário será enviado via formulário eletrônico e trará como perguntas temas relativos a Educação Patrimonial no Curso de Edificações. Terá espaço para marcar “sim” ou “não” em questões de múltipla escolha e terá questões discursivas, com espaço para o informante, que desejar comentar algo, complementar a resposta.

### Identificação:

Nome:	
Idade:	
Naturalidade:	
Escolaridade/Titulação (informar apenas a última)	
Qual sua área de formação e de atuação?	
Tempo de vínculo no Instituto Federal de Goiás – Câmpus Cidade de Goiás?	
É morador da Cidade de Goiás?	
Mora na cidade de Goiás a quanto tempo?	
Mora em qual bairro da cidade de Goiás?	

Participou da construção do Projeto Pedagógico do Curso de Edificações

( ) SIM

( ) NÃO

De que forma participou da construção do Projeto Pedagógico do Curso de Edificações?

Já foi coordenador do Curso de Edificações

SIM                       NÃO

Se foi coordenador, por quanto tempo?

É coordenador do curso

SIM                       NÃO

Ministra ou ministrou a disciplina Patrimônio Histórico Cultural?

SIM                       NÃO

1. O que é Educação Patrimonial?

---

---

---

2. Por que optou em inserir a disciplina Patrimônio Histórico Cultural no Projeto Pedagógico do Curso de Edificações de 2016?

---

---

---

3. Como a disciplina Patrimônio Histórico Cultural é trabalhada no curso?

---

---

---

4. Nas suas disciplinas como o estudo de patrimônio e de memória cultural estão presentes?

---

---

---

5. Na sua opinião, qual a importância de se estudar patrimônio numa cidade reconhecida como Patrimônio Histórico da Humanidade?

---

---

---

6. Como as visitas técnicas permitem discutir sobre os bens patrimoniais?

---

---

---

7. Como o conhecimento sobre patrimônio histórico cultural/memória agrega no perfil profissional e nas possibilidades de atuação do egresso?

---

---

---

8. Existe uma proposta de visão multidisciplinar do Projeto Pedagógico do Curso de Edificações? Como isso ocorre?

---

---

---

9. Lecionar no curso de Edificações, que tem como eixo a Educação Patrimonial, modificou sua visão sobre a área de Edificações? Comente sobre.

---

---

---

10. Atualmente a tecnologia faz-se presente na educação. Qual a sua opinião? Como é aplicado no curso?

---

---

---

# **ANEXOS**

## ANEXO 1

## Matriz Curricular PPC Edificações - Câmpus Anápolis

<b>CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL CAMPUS ANÁPOLIS</b>					
<b>ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2013 *</b>					
Disciplinas	1º ano	2º ano	3º ano	Carga horária do curso em horas/aula	Carga horária do curso em horas/relógio
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	4	2	2	288	216
Língua Estrangeira – Inglês	2	2		144	108
Arte	2			72	54
Geografia	2	2	2	216	162
História	2	2	2	216	162
Matemática	4	2	2	288	216
Física	2	2	2	216	162
Química	2	2	2	216	162
Biologia	2	2	2	216	162
Filosofia	2	2	2	216	162
Sociologia	2	2	2	216	162
Educação Física	4	4		288	216
Matemática Aplicada	2			72	54
Física Aplicada	2			72	54
Oficina de Arte		2		72	54
Educação Física, Saúde, Lazer e Trabalho			2	72	54
Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho	2			72	54
Desenho Básico	4			144	108
Introdução à Pesquisa e Inovação	2			72	54
Introdução à Informática					
2º Língua Estrangeira – Espanhol/Libras			2	72	54
Materiais de Construção	4			144	108
Mecânica dos Solos		4		144	108
Desenho Arquitetônico		4		144	108
Topografia		2		72	54
Tecnologia das Construções		4	2	216	162
Desenho Assistido por Computador			2	72	54
Instalações Elétricas			2	72	54
Instalações Hidro-sanitárias		4		144	108
Noções de Estruturas		2	2	144	108
Orçamento			4	144	108

Fonte: PPC, 2013, p. 13.

## ANEXO 2

## Matriz Curricular PPC de Edificações – Câmpus Aparecida de Goiânia

Matriz curricular							
Curso Técnico Integrado em Edificações – IFG/Aparecida de Goiânia							
Disciplinas		1º ano	2º ano	3º ano	Carga horária do curso em horas/aula	Carga horária do curso em horas/relogio	
Núcleo comum	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	4	2	2	288	216	
	Língua estrangeira - Inglês	2	2		144	108	
	Artes	2			72	54	
	Geografia	2	2	2	216	162	
	História	2	2	2	216	162	
	Matemática	4	2	2	288	216	
	Física	2	2	2	216	162	
	Química	2	2	2	216	162	
	Biologia	2	2	2	216	162	
	Filosofia	2	2	2	216	162	
	Sociologia	2	2	2	216	162	
	Educação física	4	4		288	216	
	Aulas por semana	30	24	18			
	Hora aula / ano	1080	864	648	2592		
	Hora relógio / ano	810	648	486		1944	
NÚCLEO DIVERSIFICADO	Obrigatórias	Matemática Aplicada	2			72	54
		Física Aplicada	2			72	54
		Arte e Processo de Criação		2		72	54
		Educação física, Saúde, Lazer e Trabalho			2	72	54
		Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho.	2			72	54
		Desenho básico	4			144	108
	Optativas	Introdução a pesquisa e inovação	2			72	54
		Introdução a Informática					
		2º Língua Estrangeira – Espanhol			2	72	54
		Libras					
	Aulas por semana	12	2	4			
	Hora aula / ano	432	72	144	648		
	Hora relógio / ano	324	54	108		486	
	<b>TOTAL DO NÚCLEO COMUM</b>		<b>42</b>	<b>26</b>	<b>22</b>	<b>3240</b>	<b>2430</b>
		Materiais de Construção	4			144	108

<b>Mecânica dos Solos</b>		<b>4</b>		<b>144</b>	<b>108</b>
<b>Desenho Arquitetônico</b>		<b>4</b>		<b>144</b>	<b>108</b>
<b>Topografia</b>		<b>2</b>		<b>72</b>	<b>54</b>
<b>Tecnologia das Construções</b>		<b>4</b>		<b>144</b>	<b>108</b>
<b>Desenho Assistido por Computador</b>			<b>2</b>	<b>72</b>	<b>54</b>
<b>Instalações Elétricas</b>			<b>2</b>	<b>72</b>	<b>54</b>
<b>Instalações Hidrossanitárias</b>		<b>4</b>		<b>144</b>	<b>108</b>

<b>Noções de Estruturas</b>		<b>2</b>	<b>2</b>	<b>14</b>	<b>10</b>
				<b>4</b>	<b>8</b>
<b>Orçamento</b>			<b>2</b>	<b>72</b>	<b>54</b>
<b>Aulas por semana</b>	<b>4</b>	<b>20</b>	<b>8</b>		
<b>Hora aula / ano</b>	<b>144</b>	<b>720</b>	<b>288</b>	<b>11</b>	
				<b>52</b>	
<b>Hora relógio / ano</b>	<b>108</b>	<b>540</b>	<b>216</b>		<b>86</b>
					<b>4</b>

<b>Resumo</b>	<b>Carga horária total de disciplina/semana</b>	<b>46</b>	<b>46</b>	<b>30</b>		
	<b>Carga hora-aula total de disciplina/curso</b>	<b>1656</b>	<b>1656</b>	<b>1080</b>		<b>43</b>
						<b>92</b>
	<b>Carga hora relógio total de disciplina/curso</b>	<b>1242</b>	<b>1242</b>	<b>810</b>		<b>32</b>
						<b>94</b>
	<b>Atividades complementares</b>					<b>12</b>
						<b>0</b>
	<b>Estágio/Monitoria/PIBIC/PIBIT</b>			<b>200</b>		<b>20</b>
						<b>0</b>
	<b>Carga horária Relógio Total do Curso</b>					<b>36</b>
						<b>14</b>

Fonte: PPC Aparecida de Goiânia, 2014, p. 20-21.



## ANEXO 3

**Técnico Integrado de Nível Médio em Edificações - Matriz Vigente (2012/1) -  
Regulamento 2012 - Grade Curricular – Câmpus Goiânia<sup>15</sup>**

<b>Componentes Curriculares</b>		
<b>Período</b>	<b>Descrição</b>	<b>Carga horária</b>
1	Língua Portuguesa I	54
1	Matemática I	54
1	Filosofia I	54
1	Sociologia I	54
1	Física I	54
1	Biologia I	54
1	Química I	54
1	Geografia I	54
1	Artes	54
1	Desenho Básico	108
1	História I	54
1	Informática Básica	54
1	Educação Física I	81
2	Educação Física II	81
2	Mecânica dos Solos	54
2	Língua Portuguesa II	54
2	Matemática II	54
2	História II	54

<sup>15</sup> Entramos em contato com os responsáveis pelo Curso Técnico em Edificações do Câmpus Goiânia, contudo não foi enviado o Projeto Pedagógico. As informações que estão contidas na pesquisa foram obtidas na página eletrônica do câmpus.

<b>Componentes Curriculares</b>		
<b>Período</b>	<b>Descrição</b>	<b>Carga horária</b>
2	Química II	54
2	Biologia II	54
2	Geografia II	54
2	Filosofia II	54
2	Sociologia II	54
2	Física II	54
2	Desenho Arquitetônico	108
2	Informática Aplicada (cad)	108
3	Topografia	108
3	Matemática III	54
3	Química III	54
3	Biologia III	54
3	Física III	54
3	História III	54
3	Geografia III	54
3	Tecnologia das Construções I	54
3	Língua Portuguesa III	54
3	Filosofia III	54

<b>Componentes Curriculares</b>		
<b>Período</b>	<b>Descrição</b>	<b>Carga horária</b>
3	Sociologia III	54
3	Língua Estrangeira - Inglês I	54
3	Instalações Elétricas e de Sinais I	54
3	Educação Física III	81
4	Instalações Elétricas e de Sinais II	54
4	Noções de Estruturas	108
4	Língua Estrangeira - Inglês II	54
4	Materiais de Construção	108
4	Instalações Hidro-sanitárias	108
4	Língua Portuguesa IV	54
4	Língua Estrangeira – Espanhol	54
4	Tecnologia das Construções II	108
4	Orçamento	108
4	Matemática IV	54

**Fonte: Site IFG Câmpus Goiânia.**

## ANEXO 4

Matriz Curricular PPC Edificações – Câmpus Jataí

Disciplinas	1º ano	2º ano	3º ano	Carga horária do Curso em horas / aula	Carga horária do Curso em horas / relógio
Língua Portuguesa	4	2	2	288	216
Língua Estrangeira - Inglês	2	2	-	144	108
Artes	2	-	-	72	54
Geografia	2	2	2	216	162
História	2	2	2	216	162
Matemática	4	2	2	288	216
Física	2	2	2	216	162
Química	2	2	2	216	162
Biologia	2	2	2	216	162
Filosofia	2	2	2	216	162
Sociologia	2	2	2	216	162
Educação Física	4	4	-	288	216
Matemática Aplicada	2	-	-	72	54
Física Aplicada	2	-	-	72	54
Arte e Processos de Criação	-	2	-	72	54
Educação Física, Saúde, Lazer e Trabalho	-	-	2	72	54
Saúde, Higiene e Segurança no trabalho	-	2	-	72	54
Desenho Básico	4	-	-	144	108
Introdução à pesquisa e Inovação	2	-	-	72	54
Introdução a Informática*					
2ª Língua Estrangeira – Espanhol /Libras	-	-	2	72	54
Materiais de Construção	4	-	-	144	108
Mecânica dos Solos	-	4	-	144	108
Desenho Assistido por Computador	-	4	-	144	108
Topografia	2	-	-	72	54
Tecnologia das Construções	-	4	2	216	162
Desenho Arquitetônico	-	-	2	72	54
Instalações Elétricas	-	-	2	72	54
Instalações Hidrossanitárias	-	4	-	144	108
Noções de Estruturas	-	2	2	144	108
Orçamento	-	-	4	144	108
<b>Carga Horária aula dedisciplina semana</b>	<b>46</b>	<b>46</b>	<b>34</b>	-	-
<b>Carga Horária_aula total dedisciplina/ano</b>	<b>1656</b>	<b>1656</b>	<b>1224</b>	-	-
<b>Carga Horária_relógio total dedisciplina/ano</b>	<b>1242</b>	<b>1242</b>	<b>918</b>	-	<b>3402</b>
<b>Atividades complementares</b>	-	-	-	-	<b>120</b>
<b>Estágio/Monitoria/PIBIC/PIBIT</b>	-	-	-	-	<b>200</b>
<b>Carga horária_relógio total docurso</b>	-	-	-	-	<b>3722</b>

Fonte: PPC Edificações Jataí, 2014 p. 12.

## ANEXO 5

## Matriz Curricular PPC de Edificações – Câmpus Luziânia

<b>MATRIZ CURRICULAR DO CURSO EM EDIFICAÇÕES INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL(ANO DE IMPLANTAÇÃO 2012*) - CÂMPUS LUZIÂNIA</b>					
<b>Disciplina</b>	<b>1º Ano</b>	<b>2º Ano</b>	<b>3º Ano</b>	<b>Carga Horária do Curso em Horas/Aula</b>	<b>Carga Horária do Curso em horas/relógio</b>
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	4	2	2	288	216
Língua Estrangeira - Inglês	2	2		144	108
Artes	2			72	54
Geografia	2	2	2	216	162
História	2	2	2	216	162
Matemática	4	2	2	288	216
Física	2	2	2	216	162
Química	2	2	2	216	162
Biologia	2	2	2	216	162
Filosofia	2	2	2	216	162
Sociologia	2	2	2	216	162
Educação Física	4	4		288	216
Física Aplicada	2			72	54
Matemática Aplicada	2			72	54
Arte e Processo de Criação		2		72	54
Educação física, Saúde, Lazer e Trabalho			2	72	54
Introdução a Pesquisa e Inovação	2			72	54
Introdução a Informática					
2ª Língua Estrangeira – Espanhol / Libras			2	72	54
Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho	2			72	54
Desenho Básico	4			144	108
Materiais de Construção	4			144	108
Mecânica dos Solos		4		144	108
Topografia		2		72	54
Desenho Arquitetônico		4		144	108
Instalações Hidrossanitárias		4		144	108
Noções de Estruturas		2	2	144	108
Tecnologia das Construções		4	2	216	162
Desenho Assistido por Computador			2	72	54
Instalações Elétricas			2	72	54
Orçamento			4	144	108
<b>Carga horária aula total de disciplinas / semana</b>	<b>46</b>	<b>46</b>	<b>34</b>		
<b>Carga horária aula total de disciplina / ano</b>	<b>1656</b>	<b>1656</b>	<b>1224</b>	<b>4536</b>	
<b>Carga horária relógio total de disciplina / ano</b>	<b>1242</b>	<b>1242</b>	<b>918</b>		<b>340 2</b>
<b>Atividades Complementares</b>					<b>120</b>

Fonte: PPC de Edificações – Câmpus Luziânia, 2012.

**ANEXO 6** Matriz Curricular PPC de Edificações – Câmpus Uruaçu

<b>MATRIZ CURRIULAR DO CURSO TÉCNICO EM QUÍMICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO EMTEMPO INTEGRAL – CAMPUS URUAÇU ANO DE INPLANTAÇÃO 2012</b>					
<b>Disciplinas</b>	<b>1º ano</b>	<b>2º ano</b>	<b>3º ano</b>	<b>Carga horária do curso em horas/aula</b>	<b>Carga horária do curso em horas/relógio</b>
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	4	2	2	288	216
Língua Estrangeira – Inglês	2	2	-	144	108
Artes	2	-	-	72	54
Geografia	2	2	2	216	162
História	2	2	2	216	162
Matemática	4	2	2	288	216
Física	2	2	2	216	162
Química	2	2	2	216	162
Biologia	2	2	2	216	162
Filosofia	2	2	2	216	162
Sociologia	2	2	2	216	162
Educação Física	4	4	-	288	216
Arte e Processo de criação	-	2	-	72	54
Educação Física, Saúde, Lazer e Trabalho	-	-	2	72	54
Higiene e Segurança do Trabalho	-	2	-	72	54
Introdução a pesquisa e Inovação	2	-	-	72	54
Introdução à Informática	-	-	-	72	54
2ª Língua estrangeira – Espanhol	-	-	2	72	54
Libras	-	-	-	72	54
Desenho Básico	4	-	-	144	108
Física Aplicada	2	-	-	72	54
Matemática Aplicada	2	-	-	72	54
Materiais de construção	4	-	-	144	108
Topografia	2	-	-	72	54
Desenho Assistido por Computador	-	4	-	144	108
Instalações Hidro-sanitárias	-	4	-	144	108
Mecânica dos Solos	-	4	-	144	108
Noções de Estruturas	-	2	2	144	108
Tecnologia das Construções	-	4	2	216	162
Desenho Arquitetônico	-	-	2	72	54
Instalações Elétricas	-	-	2	72	54
Orçamento	-	-	4	144	108

Fonte: PPC Uruaçu, 2015, p. 20-21.

## ANEXO 7

Matriz Curricular Do Curso Técnico Integrado Integral Em Edificações 2014 –  
Câmpus Cidade de Goiás

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO INTEGRAL EM EDIFICAÇÕES 2014 Câmpus Cidade de Goiás							
Disciplinas		1º ano	2º ano	3º ano	Carga horária do curso em horas/aula	Carga horária do curso em horas/relogio	
Núcleo comum	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	4	2	2	28 8	216	
	Língua estrangeira - inglês	2	2		14 4	108	
	Artes	2			72	54	
	Geografia	2	2	2	21 6	162	
	História	2	2	2	21 6	162	
	Matemática	4	2	2	28 8	216	
	Física	2	2	2	21 6	162	
	Química	2	2	2	21 6	162	
	Biologia	2	2	2	21 6	162	
	Filosofia	2	2	2	21 6	162	
	Sociologia	2	2	2	21 6	162	
	Educação física	4	4		28 8	216	
	Aulas por semana	30	24	18			
	Hora aula / ano	1080	864	648	25 92		
	Hora relógio / ano	810	648	486		1944	
Núcleo Diversificado	Obrigatórias	Matemática Aplicada	2			72	54
		Física Aplicada	2			72	54
		Oficina de Arte		2		72	54
		Educação Física, Saúde, Lazer e Trabalho			2	72	54
		Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho		2		72	54
		Desenho Básico	4			14 4	108
	Optativa 1	Introdução à Pesquisa e Inovação	2			72	54
		Introdução a Informática					
	Optativa 2	1ª Língua Estrangeira – Espanhol/Libras			2	72	54
		Aulas por semana	10	4	4		

	Hora aula / ano	360	144	144	64 8	
	Hora relógio / ano	270	108	108		486
	<b>TOTAL DO NÚCLEO COMUM</b>	<b>40</b>	<b>28</b>	<b>22</b>	<b>32 40</b>	<b>2430</b>
<b>Núcleo Específico</b>	Materiais de construção	4			14 4	108
	Mecânica dos solos		4		14 4	108
	Desenho assistido por computador (Informática aplicada)			2	72	54
	Topografia	2			72	54
	Tecnologia das construções		4	2	21 6	162
	Desenho arquitetônico		4		14 4	108
	Instalações elétricas			2	72	54
	Instalações hidro-sanitárias		4		14 4	108
	Noções de Estruturas		2	2	14 4	108
	Orçamento			2	72	54

Fonte: PPC de Edificações – Câmpus Cidade de Goiás, 2014.



## ANEXO 8

## Matriz Curricular do Curso Técnico Integrado Integral Em Edificações Câmpus Cidade De Goiás – 2017

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO INTEGRAL EM EDIFICAÇÕES							
Disciplinas		1º ano	2º ano	3º ano	Carga horária do curso em horas/aula	Carga horária do curso em horas/relógio	
Núcleo comum	Artes	2			72	54	
	Biologia	2	2	2	216	162	
	Educação física	4	2	2	288	216	
	Filosofia	2	2	2	216	162	
	Física	2	2	2	216	162	
	Geografia	2	2	2	216	162	
	História	2	2	2	216	162	
	Língua estrangeira - inglês	2	2		144	108	
	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	4	2	2	288	216	
	Matemática	4	2	2	288	216	
	Química	2	2	2	216	162	
	Sociologia	2	2	2	216	162	
	Aulas por semana	30	22	20			
	Hora aula / ano	1080	792	720	2592		
	Hora relógio / ano	810	594	540		1944	
Núcleo Diversificado	Obrigatórias	Conservação e restauro - Projeto Integrador Orientado I	1			36	27
		Arquitetura Colonial - Projeto Integrador Orientado II		1		36	27
		Patrimônio Histórico Cultural - Projeto Integrador Orientado III			1	36	27
		Arte e processo de criação		2		72	54
		Matemática Aplicada	2			72	54
		Higiene e Segurança do Trabalho			2	72	54
		Topografia	2			72	54
	Optativa	1ª Língua Estrangeira - Espanhol / Libras			2	72	54
		Aulas por semana	5	3	5		
		Hora aula / ano	180	108	180	468	
	Hora relógio / ano	135	81	135		351	
	TOTAL DO NUCLEO COMUM + DIVERSIFICADO	35	25	25	3060	2295	

<b>Núcleo Específico</b>	Arquitetura Colonial		1		36	27
	Desenho Técnico	4			144	108
	História da arte aplicada ao restauro		2		72	54
	Instalações elétricas			2	72	54
	Instalações hidro-sanitárias		2		72	54
	Introdução a conservação e restauro	1			36	27
	Materiais de construção	2	2		144	108
	Mecânica dos solos		4		144	108
	Noções de Estruturas		2	2	144	108
	Orçamento			2	72	54
	Patrimônio histórico cultural			1	36	27
	Projeto de edificações informatizado		2		72	54
	Sistemas construtivos de edificações Históricas		2		72	54
	Tecnologia das construções		2	2	144	108
	<b>Aulas por semana</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>9</b>		
<b>Hora aula / ano</b>	<b>252</b>	<b>684</b>	<b>324</b>	<b>1260</b>		
<b>Hora relógio / ano</b>	<b>189</b>	<b>513</b>	<b>243</b>		<b>945</b>	
<b>Resumo</b>	<b>Carga horária total de disciplina/semana</b>	<b>42</b>	<b>44</b>	<b>34</b>		
	<b>Carga hora aula total de disciplina/curso</b>	<b>1512</b>	<b>1584</b>	<b>1224</b>		<b>4320</b>
	<b>Carga hora relógio total de disciplina/curso</b>	<b>1134</b>	<b>1188</b>	<b>918</b>		<b>3240</b>
	<b>Atividades complementares</b>					<b>120</b>
	<b>Estágio</b>			<b>200</b>		<b>200</b>
	<b>Carga Horária_Relógio Total do Curso</b>					<b>3560</b>

Fonte: PPC - Edificações Goiás, 2017.